Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º/18 986 4$00

TERÇA-FEIRA 24 FEVEREIRO 1976

SINTRA:

um atraso de vida

Cerca das 7 da manhã um comboio avariou no túnel do Rossio. Foi mais uma interminável série de incidentes que continua a marcar a linha de Sintra, e dele resultaram atrasos de meia hora em ambos os sentidos até às 9 e 30, para além das esperas (desesperadas) que a foto tenta documentar.

A linha, toda a gente sabe, encontra-se em péssimas condições. São constantes as avarias, para já não falarmos da superlotação das composições ou das «obras de Santa Engrácia» em vários apeadeiros.

Há promessas da C.P. no sentido de melhorar este estado de coisas, mas as dezenas de milhares de utentes tem boas razões para descrer da palavra da empresa.

ADMITE COSTA CORREIA, DO M.A.I.

Eleições a 25 de Abril se o decreto sair até quinta-feira

Embora faltem ainda 62 dias, para as eleições, observadores consideram o prazo curto e manifestam dúvidas quanto à possibilidade técnica de realizá-las na data sugerida pelo Conselho da Revolução ao Presidente da República.

Contactado esta manhã pelo nosso jornal, o comandante Costa Correia, do Ministério da Administração Interna, disse-nos que as eleições «são tecnicamente possíveis desde que a data seja anunciada até ao dia 26 de Fevereiro», mas que isso «implica a promulgação e publicação do respectivo decreto.»

O comandante Costa Correia revelou ainda que o M. A. I tem já muito trabalho adiantado e que a maior dificuldade podia residir na eventualidade, que ele julga afastada, da simultaneidade das eleições.

Entretanto o Conselho da Revolução apreciou ontem diversos aspectos da actual situação política e entre as decisões tomadas aconselhou o Presidente da República — como escrevemos acima — a marcar as eleições legislativas para o dia 25 de Abril, tendo emitido no final o seguinte comunicado:

«O Conselho da Revolução, reunido em 23.2.1976, debateu a situação político-militar e tomou conhecimento da forma como têm decorrido as negociações para a plataforma de Acordo Constitucional M. F. A.-Partidos.

«O Conselho observou com preocupação a actividade crescente de certos sectores antidemocráticos e reaccionários existentes no País.

«Ouviu um relato da recente viagem do sr. Primeiro-Ministro ao arquipélago da Madeira, tendo sido informado das aspirações mais urgentes da população daquele arquipélago, em particular dos projectos de construção do novo aeroporto e do porto de abrigo da Ilha de Porto Santo.

«O Conselho da Revolução, depois de apreciar a actual situação política e suas perspectivas a curto prazo, aconselhou o sr. Presidente da República a marcar as eleições legislativas para o dia 25 de Abril.»

POSSÍVEL ASSINATURA DO PACTO AINDA HOJE

Após cerca de dois meses de conversações é possível que o Pacto M. F. A.-Partidos seja finalmente assinado hoje. O texto está agora a receber a sua forma final e não há, em princípio, nenhum ponto em discordância com os partidos signatários, mas até ao momento da assinatura não é de excluir a eventualidade de surgirem mais algumas dificul-

Continua na pág. 20

Fechou a Penitenciária de Lisboa

NOVENTA "PIDES" TRANSFERIDOS PARA CAXIAS

Noventa antigos funcionários da extinta P. I. D. E.-D. G. S. e colaboradores desta, começaram ontem à tarde a ser transferidos da Cadeia Penitenciária de Lisboa para o Forte de Caxias, numa operação que prosseguiu hoje. Entretanto, hoje mesmo, a Penitenciária foi fechada como cadeia de presos sujeitos ao foro militar, devendo ser devolvida aos serviços prisionais civis que reactivarão o estabelecimento como cadeia penitenciária.

Em virtude desta operação, os «pides» ficam assim concentrados em Caxias e Alcoentre, sendo em número reduzido os que se encontram ainda na Penitenciária de Coimbra e no Forte de Custóias aguardando o termo dos respectivos processos.

A transferência verificada da Penitenciária de Lisboa para o Forte de Caxias, observada por vários populares foi, segundo algumas destas testemunhas, revestida de aspectos chocantes: «Vimos soldados a transportar a bagagem dos «pides». Soldados a servir de lacaios dos «pides». Foi incrível!»

Por curiosidade, refere-se que neste momento as vastas instalações da Penitenciária albergam, apenas, dois reclusos, e estes do foro civil.

Outras informações confiadas ao «DL» fazem supor que deverão ser brevemente transferidos para esta Penitenciária os presos por delito comum detidos na cadeia de Monsanto.

Entretanto, e ainda a propósito da transferência dos «pides», testemunhas oculares contam que à chegada destes presos a Caxias assistiu-se a fortes protestos dos militares aqui detidos (após o 25 de Novembro).

Supõe-se que era intenção das autoridades fazer entrar os «pides» pelos portões principais do forte, mas a contestação assumiu tais proporções que para evitar problemas, os responsáveis recorreram a uma porta lateral e mais discreta.

Em Agosto de 1974 foi assim a movimentação popular junto da Penitenciária

José de Almeida homem forte da "independência" dos Açores

(Pág. 5)

BREJNEV FALOU AO CONGRESSO DO P.C.U.S.

No seu discurso de abertura do XXV Congresso do P. C. da U. R. S. S., o secretário-geral daquele Partido, Leonid Brejenev, salientou que é preocupação da União Soviética estreitar e reforçar a cooperação multilateral com os países socialistas, continuar a dar todo o seu apoio aos legítimos anseios dos Estados em vias de desenvolvimento de se libertarem da opressão imperialista e reafirmar os princípios da coexistência pacífica com os Estados capitalistas.

Referindo-se a Portugal, Brejnev condenou as ingerências na política interna portuguesa. (Ler resumo do discurso na página 12 e noticiário na página 13).

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

UMA DECLARAÇÃO DO ALMIRANTE ROSA COUTINHO

Recebido pela Liga Nacional Africana, em Luanda, o almirante Rosa Coutinho afirmou: «O povo de Angola passou momentos difíceis — e ainda há-de passar alguns mais — mas já conquistou o respeito dos povos do mundo e também o respeito do Povo Português porque, mesmo aqueles que cá estavam e se foram embora já sentem que foram empurrados para fora de Angola pelas forças reaccionárias. E o Povo Português progressista, aquele que tem consciência do papel dos povos do mundo, esse está de alma e coração ao lado de Angola».

A afirmação de Rosa Coutinho, tanscrita de um discurso de saudação e de agradecimento ao povo de Angola, aflora um ponto importante e que é votado a um silêncio estranho. Referimo-nos à alusão ao facto dos «retornados» terem sido, em muitos casos normalmente citados sem a necessária concretização e em diversas regiões de Angola, objecto de pressões para abandonarem o território. É uma complexa história sobre a qual o Ministério da Cooperação se deveria debruçar.

ESCLARECIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os órgãos de Informação que pela sua longa tradição ou pela orientação presente se colocam ao serviço do esclarecimento da opinião pública, lutam com dificuldades sob múltiplos aspectos. Pede-se-lhes que defendam publicamente «dossiers» mantidos secretos ou dos quais apenas transpiram as pequenas verdades e as frias versões oficiosas.

É o caso da «descolonização». Uma política de esclarecimento público não foi devidamente apoiada, não foi facilitada por quem de direito. Não está — ainda neste momento — a ser encarada como uma real necessidade nacional. Pediu-se aos jornalistas, em momentos particularmente delicados, que expliquem o que lhes não foi explicado. Solicita-se-lhes uma colaboração de que frequentemente são afastados e para a qual vêm sendo desmobilizados por impertinentes advertências, remoques azedos e intimidativos processos judiciais que renovam nas redacções o espectro da «censura» e prejudicam as relações dos jornais politicamente independentes com o Estado.

CONTAS SÃO CONTAS

Um jornal da tarde, em acentuada viragem à direita, deu do apoio político ao reconhecimento da República Popular de Angola, a seguinte versão: «Dos quatro partidos de maior representatividade e com assento na Constituinte, dois declararam-se contra o reconhecimento — o P.P.D. e o C.D.S. — que, em palavras duras, criticaram... O P.C.P. e o P.S., que, irmanados no mesmo desejo, apoiaram o reconhecimento do novo Estado angolano.» Este formal equilíbrio — dois partidos a favor, dois partidos contra — entrou em desequilíbrio, segundo o articulista, pela junção ao número de descontentes com a decisão de reconhecimento de «meio milhão de retornados».

Este «meio milhão de retornados» somado aos eleitores C.D.S. e P.P.D. justificavam a afirmação crítica: «a decisão agora tomada em Belém deixa perplexos alguns milhões de cidadãos deste país». Mas se esta questão política pode ter avaliação numérica, façamos as contas.

A admitir-se que «meio milhão de retornados» se considera, na totalidade, descontente, e se a estes 500 mil portugueses juntarmos os 433.153 votantes C.D.S. e os 1.494.575, teremos 1.932.728 cidadãos portugueses que possivelmente não concordaram com a decisão assumida pelo Presidente da República.

Em contrapartida, a soma dos 2.145.392 eleitores P.S., dos 709.639 eleitores P.C.P., dos 233.362 eleitores M.D.P./C.D.E. totaliza 3.088.393 cidadãos portugueses. Número ao qual não será ilegítimo adicionar a totalidade dos votos obtidos pelo M.E.S., pela F.S.P., pela U.D.P. e teríamos 3.256.782 cidadãos portugueses favoráveis à decisão de reconhecer a República Popular de Angola. E com este número seria ainda possível somar os votos brancos de resposta ao apelo de voto M.F.A., o número total elevar-se-ia a 3.649.946 cidadãos portugueses que discordam da atitude condenatória dos Sá Carneiro e dos Freitas do Amaral.

E se nos remetermos às percentagens referentes aos resultados do último acto eleitoral, teríamos os seguintes valores: favoráveis ao reconhecimento da República de Angola: 64,44 por cento do eleitorado; desfavoráveis cerca de 35 por cento. Generosamente admitindo, neste cálculo, que o P.P.D. apoia maciçamente Sá Carneiro e que dos «dissidentes», também neste ponto, não se deslocaram algumas vozes para apoiarem a decisão de reconhecer a República Popular de Angola.

PROPRIETÁRIOS DOS «RETORNADOS»

Os «retornados» devem ser respeitados na sua situação difícil, nas suas preocupações legítimas e esclarecidos nas suas dúvidas. Não devem ser utilizados como corpo de pressão e de manobra. Não tardará que, integrados na sociedade portuguesa ou nas comunidades portuguesa dispersas pelos cinco continentes ou regressados aos territórios que deixaram de ser colónias portuguesas, eles se mostrem capazes de recusarem os falsos profetas, de repelirem os falsos guias. Eles são portugueses livres, cidadãos portugueses com maioridade cívica. Livres de se determinarem. Livres de escolherem. Com diferentes interesses pessoais e de classe; com diferentes opções pessoais e políticas.

Não existem «proprietários de retornados».

António Reis (P.S.) e Octávio Pato (P.C.P.) falam das próximas eleições

«Entendemos que o P. C. P. continua a fazer as suas propostas de unidade não na base de uma adesão convicta a um projecto democrático e pluralista, mas mais na base de uma necessidade táctica e da concepção de unidade que trás do período antifascista. Ou seja uma unidade em que a hegemonia da condução do processo continue a pertencer ao P. C. P.», afirmou o dirigente do Partido Socialista António Reis numa entrevista concedida ao semanário «Flama» que será publicada na edição desta semana daquela revista.

Convidado a encarar a hipótese de uma vitória dos partidos de direita, nas próximas eleições, António Reis afirmou: «Admitindo essa hipótese de uma vitória das forças de direita e da formação de uma maioria parlamentar e do Governo, creio que nada de realmente trágico aconteceria à Revolução Portuguesa, desde que as Forças Armadas continuassem a garantir, como se comprometeram agora com o Pacto, a defesa da Constituição. Esta Constituição amarra qualquer Governo com qualquer composição a uma política que não pode ser de retrocesso em conquistas essenciais.

Por outro lado esta constituição dá uma tal liberdade de actuação às classes trabalhadoras que lhes permite um fortalecimento da sua organização de base, nomeadamente das empresas, através do controlo operário e das comissões de trabalhadores, concendendo-lhes o exercício de formas de luta extremamente avançadas. A sua acção seria, portanto, outro travão, juntamente com as forças de direita se conseguissem aplicar uma política coerente com os seus objectivos de classe».

A PRESSA DO P. P. D. CONTRA COSTA GOMES

Octávio Pato, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, concedeu também uma entrevista à «Flama», a publicar no mesmo número em que sairá a de António Reis, e versando os mesmos temas.

Quanto às próximas eleições para a Assembleia Legislativa, e a sua realização antes daquelas que elegerão o Presidente da República, como defende o P. C. P., Octávio Pato, declarou: «São duas eleições completamente distintas. O Povo Português quando vai votar para a Assembleia Legislativa vota em listas partidárias. Se as pessoas fossem votar em listas de partidos e, ao mesmo tempo, para o Presidente da República, esta última eleição apareceria toda ela impregnada na luta partidária que se teria desenvolvido na campanha e no próprio acto eleitoral. Seria uma espécie de eleições a granel.

António Reis

Octávio Pato

«Além disso quando o P. P. D. defende eleições simultâneas, mostra que tem muita pressa em afastar o actual Presidente da República, general Costa Gomes. E não é propriamente o general Costa Gomes que o Partido Popular Democrático quer ver rapidamente afastado, mas sim o homem que personifica, melhor ou pior, o M. F. A.».

P. S. NÃO TERÁ MAIORIA

Também a hipótese de uma vitória eleitoral das forças de direita mereceu de Octávio Pato as seguintes considerações:

«É um problema da máxima importância dentro do que se vai processar nos próximos meses. Se a direita, se a reacção conseguisse aumentar as suas votações acabaria por obter uma maioria legislativa que automaticamente transformaria numa maioria de Governo. Quando falo em reacção estou a referir-me, por exemplo, ao P. P. D., ao C. D. S. e ao P. D. C., obtendo esses partidos a maioria, estaria criado um perigo muito grave para a Revolução Portuguesa. Esse perigo existe. É real. Mas na opinião do P. C. P. existem possibilidades reais de nos opormos com êxito a essa tentativa da reacção. Temos, por exemplo, a certeza de uma coisa: se o P. S., se o P. C. P. e se outras forças de esquerda actuassem unidas nas próximas eleições, a esquerda teria todas as condições para se obter uma maioria que assegurasse a sobrevivência da democracia em Portugal. Mas o que sucede? A direcção do P. S. afirma que não quer alianças. Mas com quem? Aceitamos e achamos muito bem que o P. S. não queria alianças com a direita. Simplesmente quando o P. S. diz que não quer alianças está a pensar sobretudo em não as realizar com a esquerda. E, principalmente, em não fazer qualquer aliança com o P. C. P. Assim a direcção do P. S. faz uma opção da máxima responsabilidade política, que é a recusa a uma unidade com as forças de esquerda para travar o avanço da reacção. E quando a direcção do P. S. admite a hipótese de obter uma maioria para poder governar sozinho está a enganar os seus próprios partidários. O P. S. não tem qualquer possibilidade de obter uma maioria, nem sequer de igualar a votação das anteriores eleições».

RAMALHO EANES NA N.A.T.O.

Refazer as boas relações

CASTEAU, 24 — (R./ D. L.) — A discussão dos recentes acontecimentos políticos em Portugal, terá sido o tema central do encontro entre o general Ramalho Eanes e o general Alexander Haig, chefe militar da NATO, segundo informações prestadas por funcionários da Aliança Atlântica e citados pela agência Reuter.

Entretanto, um porta-voz da NATO declarou que os dois oficiais-generais debateram, a pedido de Alexander Haig, vários problemas com que a Aliança Atlântica se defronta.

O general Eanes, que chegou ontem à Bélgica, no início de uma viagem pela Europa, a convite do general Haig não deve ser recebido na sede da NATO em Bruxelas, mas deverá visitar várias instalações militares dos Estados Unidos e da Organização Atlântica no Continente.

À partida de Lisboa, o chefe do Estado-Maior do Exército, que viajou em avião militar da NATO, salientou ser preocupação fundamental «intensificar ainda mais as nossas relações com a NATO. «Contactarei», prosseguiu, «diversas unidades e examinarei aspectos técnico-militares que nos possam interessar. Não levo, portanto, pontos específicos e concretos na minha agenda, mas apenas um desejo grande de dialogar e intensificar os nossos contactos militares com o exterior».

Estas afirmações de Ramalho Eanes, confirmam as convicções de alguns observadores, segundo os quais a visita se destina a refazer o clima de boas relações com a NATO, que continua preocupada com a situação portuguesa e nomeadamente com a presença de elementos do P. C. P. no Governo.

Ainda no Aeroporto de Lisboa, onde estiveram a despedir-se, entre outros os brigadeiros Vasco Lourenço e Pezarat Correia, os majores Melo Antunes e Vítor Alves, e o coronel Jaime Neves o chefe do E.M. E. comentou os acontecimentos ocorridos em Benavila, durante um comício do P. S. realizado no domingo.

«Estou convencido», afirmou Ramalho Eanes, «que se trata de coisa esporádica, até porque o Povo Português demonstrou o seu sentido civícico durante as últimas eleições. No entanto, se porventura houver arruaceiros que possam, com a sua actuação, comprometer o bom nome do Povo Português, não teremos pejo nenhum em utilizar as forças militares para garantir a segurança do próximo acto eleitoral. Estou convencido que os incidentes não têm significado. De qualquer maneira, nós estamos atentos.»

Delegação do P.P.D. à Dinamarca e à Holanda

Partiu ao princípio da tarde de Lisboa para Copenhaga uma delegação do P.P.D. constituída pelo secretário-geral Francisco Sá Carneiro e ainda por Francisco Pinto Balsemão e Luis Brito Correia.

O objectivo da viagem é contactar com dirigentes de partidos sociais-democratas e membros dos Governos da Dinamarca e da Holanda, para onde a delegação parte no dia 25, depois de encontrar-se com o vice-presidente do Partido Social-Democrático Dinamarquês, Kjeld Olesen e com o secretário do mesmo partido, Movgard Cristiansen.

Na Holanda, a delegação do P.P.D. avistar-se-á com, entre outros, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Haia.

O regresso está previsto para o dia 27.

Católicos e marxistas

No Teatro Vasco Santana efectua-se esta noite, às 21 e 30, um encontro entre católicos e marxistas, orientado pelo padre Luís França e Fernando Gusmão. A iniciativa é do MUTI.

Melo Antunes em Teerão a 1 de Março

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, visitará o Irão em princípios de Março, para discutir o alargamento das relações bilaterais e de cooperação entre os dois países — informa a ANOP.

No seu regresso de Teerão é possível que o ministro Melo Antunes visite a Grécia, mas nada de concreto está ainda assente a esse respeito. Por outro lado Melo Antunes estuda uma possível viagem à Turquia, que poderia ter lugar após as suas deslocações a Teerão e Atenas.

VÍTOR ALVES NA JUGOSLÁVIA

Foram alteradas, por conveniência dos dois países, as datas previstas para a visita de Vítor Alves, à Jugoslávia. Assim a viagem será iniciada no dia 1 de Março, e terminará a 5.

Os objectivos são fundamentalmente a observação dos problemas de ensino naquele país, bem como as soluções adoptadas no pós-guerra, para articulação da escola com as organizações sociais e organismos de base.

Em ABRANTES o DIARIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca Martins, Lda. Praça Visconde de Abrancalha

post scriptum

Frangos e miudezas

A determinação do preço da carne de frango define claramente a ignorância e a estupidez de quem sendo sapateiro se mete a tocar rabecão. Se o frango custa com ou sem miudezas 42$00, e as miudezas custam 23$60, claro que ninguém compra o frango com as miudezas, pois tem a carcaça a 42$50 e depois as miudezas a 23$60.

Será possível que alguém admita que as miudezas, quando pesadas com o frango, valem 42$50 o quilo e, quando separadas, já só 23$60? O que pretende quem determina estes absurdos? Será que a preocupação é provocar a confusão e o delito?

Sabendo-se que há zonas no País que necessitam importar doutras zonas, por vezes distanciadas mais de duzentos quilómetros, o frango vivo e morto que consomem, como pode concorrer, para seu abastecimento, com zonas que se abastecem localmente?

Sabendo-se que o mercado é carente de carne de frango, porque se joga ainda mais com preços irrealistas?

Sabendo-se o custo do pinto do dia, o das rações e o actual índice de reposição e o aumento do preço da mão-de-obra, onde está a coerência do máximo de venda em 42$50?

Se em tempos não distantes a carne de frango era vendida a 32$00 o quilo, carcaça pronta a cozinhar, o cabrito a 50$00 o quilo e o borrego a cerca de 48$00 o quilo, como pode situar-se hoje o preço do frango em 42$50 o quilo e o cabrito e o borrego a 120$00?

José Domingos Baptista Domingos — CASTELO BRANCO

Na defesa do que há de mais belo

Segundo me tenho apercebido a maioria de todos nós pretende que seja criada uma sociedade justa onde todo o português tenha a sua razão de existir, que o futuro seja uma certeza e não uma incerteza como o era antes do 25 de Abril e continua a ser pela força das circunstâncias. No entanto, todos se combatem tentando sobrepor os seus interesses pessoais favorecendo, deste modo, a reacção.

Ora, parece-me que aqueles senhores que agora ocuparam destacados cargos nos partidos burgueses — logo, neocapitalistas — como são o CDS e PPD, e que tantas coisas boas nos prometem, são os mesmos que já antes do 25 de Abril ocupavam importantes cargos e que nunca se preocuparam em modificar a sociedade injusta em que vivíamos então. Porquê toda esta bondade agora?

Não nos deixemos iludir camaradas!... Saibamos tirar ilações do contexto históricque vivemos e preparemo-nos para fazer face a mais uma tentativa de roubo das liberdades que já possuímos.

Que interessa que este seja pequeno ou médio comerciante, que aquele seja operário ou camponês!?... Temos de nos compenetrar que este solo jamais poderá voltar à posse de monopolistas e latifundiários. Assim sendo, ele chegará para todos.

Para finalizar proponho que nos unamos na defesa do que há de mais belo, que é o fim da exploração do homem pelo homem.

José Bernardo — AMADORA

Os critérios da fiscalização económica

Veio noticiado há dias nos órgãos de Informação e em nota oficiosa emanada da Direcção-Geral de Fiscalização Económica uma luta de comerciantes punidos em consequência de processos que lhes foram movidos em face de comprovada especulação económica.

É de louvar a iniciativa daquela Direcção-Geral, pois desse modo facultou a todo o público em geral a divulgação de inúmeras penalizações que, na maior parte dos casos, pecaram apenas por demasiado benevolentes.

No entanto, haveria todo o interesse que, e também em nota oficiosa, a Direcção-Geral de Fiscalização Económica procedesse à publicação dos casos em que os seus tribunais consideraram não haver motivo para procedimento, embora houvesse matéria legal para tal e que explicasse devidamente quais as razões que presidiram aos julgamentos pelos seus magistrados.

Vem isto a propósito de uma queixa que apresentei àquela Direcção-Geral em Setembro de 1974, contra um comerciante, após ter sido alvo de especulação na venda de um café, tendo sido na altura passado um recibo comprovativo, que foi entregue nos seus serviços a fim de fazer parte do processo.

Soube posteriormente que o referido comerciante tinha sido ilibado de responsabilidades, até à produção de melhor prova, embora não tenha ainda obtido qualquer comunicação oficial sobre o assunto.

Em devido tempo solicitei àquele organismo, por carta registada com aviso de recepçao, informações sobre o resultado final do processo, a fim de reconhecer se, em face da pena atribuída, valeria a pena aceitar a colaboração desde há muito proposta pela Direcção-Geral de Fiscalização Económica.

Dado o silêncio daqueles serviços, encontro-me presentemente a aguardar notícias sobre o processo que, brevemente se encontra em vias de ser arquivado.

Mário Mota de Magalhães — LISBOA

SITUAÇÃO ECONÓMICA

Para quando uma informação objectiva e responsável?

CELSO FERREIRA

1. Após certa acalmia quanda da entrada em funções do VI Governo Provisório e posteriormente a seguir ao 25 de Novembro, assiste-se novamente à difusão de informações sobre a situação económica, da maneira mais inesperável e demagógica.

Pelos meses de Julho-Agosto do ano transacto, a direita portuguesa e internacional, ajudada por forças e personalidades políticas que objectivamente serviram a sua estratégia de curto e médio prazo, lançaram em todos os quadrantes o aspecto do caos e da bancarrota. Logo na altura foi dito quanto de manipulação e de irresponsabilidade existiam nos dados então divulgados. Graves consequências tiveram para o nosso país estes actos irresponsáveis e cujas repercussões certamente será o povo português a pagar. Voltaremos a este tema.

A história parece que vai agora repetir-se nesta fase eleitoral e com intentos semelhantes. História que será, no essencial, aproveitada por toda a direita, nomeadamente dos que invocam a brancura e a limpeza das suas mãos.

2. Em declarações recentes, o embaixador itinerante dr. Vasco Vieira de Almeida (Ministro da Coordenação Económica do I Governo Provisório), citou uma quebra de 10 por cento no PIB em 1975. Por sua vez, e quase simultaneamente, o G.E.E.F. do Banco Português do Atlântico informa que a redução na produção foi de 15 por cento e que o desemprego deve atingir 450 mil desempregados. E logo a imprensa diária e semanal ao serviço da direita e afastada na recuperação do capitalismo no nosso país, seja ele liberal, democrático ou em liberdade, faz os mais desencontrados e espectaculares comentários.

Também a Radiodifusão Portuguesa e a RTP, pagas por todos nós, cumprem o seu papel e divulgam a todo o país em sucessivos noticiários (15/2/76), os espantosos dados revelados pelo B. P. A.

Ao mesmo tempo as forças e personalidades políticas do costume pretendem insinuar que a recuperação de alguns indicadores económicos foi já obra do VI Governo Provisório (cujo sector económico é hegemonizado pelo PS-PPD), enquanto o negativo foi o resultado dos desastrosos governos anteriores. É altura de dizer basta e vamos a contas. Comecemos pela produção e emprego.

PRODUÇÃO

3. Quanto à produção, o que conhecemos de oficial e que foi divulgado na altura, quer pelos departamentos governamentais competentes (Ministério do Planeamento e Coordenação Económica), quer pelo próprio Conselho da Revolução (Plano de Acção Política), foram as estimativas divulgadas em meados de 1975, segundo as quais se previa uma quebra de 6 por cento no PIB para esse ano, em termos reais.

Daí para cá, apenas no relatório do Orçamento Geral do Estado encontramos nova referência a uma estimativa para a produção: redução igualmente na ordem dos 6 por cento. Esta estimativa certamente que não foi elaborada tendo presente as últimas informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística, em particular no que se refere à evolução da indústria transformadora e que permitem concluir que a quebra na produção total neste sector e no conjunto da economia terá sido sensivelmente inferior à inicialmente prevista.

Neste sentido pode-se agora afirmar com alguma segurança, o que poderá ser confirmado pelas novas estimativas certamente em curso nos departamentos oficiais **competentes**, que **em 1975 a quebra na produção total deverá rondar as vizinhanças dos 3 por cento.**

Parece ser importante referir que no conjunto dos **países capitalistas da O. C. D. E.**, sejam eles liberais ou social-democratas, se prevê uma **redução global de 2 por cento no PNB em 1975.** Situação de crise que certamente não pode deixar de reflectir-se gravemente na nossa economia, dada a sua dependência em relação ao capitalismo internacional e que alguns tão apostados estão em reforçar.

VARIAÇÕES DO P.N.B. E TAXA DE DESEMPREGO EM 1975

INDICADORES	O.C.D.E.	Alem.	E.U.A.	R. U.	Bélg.	Fran.	Hol.	Dinam.	Port.
% de variação do P.N.B.	— 2,0	— 3,8	— 3,0	— 2,5	— 2,5	— 2,0	— 2,0	— 1,5	— 3,0
Taxa de desemprego	5,2	4,9	8,6	4,7	5,0	4,0	4,4	13,8	10,0 (a)

(a) — **Correspondente a 290 mil desempregados (excluindo portanto a estimativa de 70 mil refugiados à procura de emprego). Estimativa de taxa de desemprego constante do relatório do Orçamento Geral do Estado.**

A este propósito parece-nos ser de realçar que nos Estados Unidos a quebra será de 3 por cento. Que nos «paraísos» da social-democracia se prevê — 3,75 por cento na Alemanha Federal, — 3 na Austria, — 2,5 no Reino Unido, — 4 na Suíça, — 2,5 na Bélgica e — na Holanda (ver «Perspectives Economiques de L'OCDE — Dez 1975). E tudo isto sem as transformações económicas e sociais que se verificaram no nosso país em 1975.

4. Quanto às produções sectoriais mais significativas, é de admitir que o produto agrícola tenha apresentado uma taxa de crescimento real inferior ao previsto inicialmente, situando-se na ordem dos 2 a 3 por cento. Embora a produção de cereais tenha registado um acréscimo superior a 25 por cento e a de azeitona cerca de 10, em relação à média dos últimos 10 anos, obtido principalmente na zona onde a reforma agrária tem sido executada, registaram-se noutras produções de peso no produto agrícola, realizadas predominantemente noutras regiões do País, volumes de produção aquém das inicialmente previstos. É o caso da batata, milho, vinho e arroz.

No que se refere à indústria transformadora, prevê-se de facto uma quebra na produção, mas bastante aquém dos previstos 15 por cento, referidos no relatório do Orçamento Geral do Estado. A redução efectiva deverá situar-se sensivelmente na ordem dos 6 por cento. Previsão aliás confirmada por recente indicador de Produção Industrial elaborado pelo INE e que aponta para -5,8 por cento até ao final de Novembro.

A quebra ficará a dever-se essencialmente à evolução negativa nas indústrias de bens de equipamento. Conforme revela o Inquérito à Conjuntura realizado em Setembro passado pelo INE, o baixo nível de utilização da capacidade produtiva instalada deve-se principalmente a uma desaceleraçao na procura do sector ou seja no investimento. O que é compreensível se atendermos a:

. a) Processo de desmantelamento do poder monopolista verificado em 1975;

. b) Impossibilidade de arranque imediato de novos projectos de investimento nas empresas e sectores sob controlo de Estado, pois que necessariamente em relação às grandes iniciativas, elas se encontrarão dependentes dos programas de reestruturação e expansão dessas empresas e sectores. E isto em vista à sua integração numa lógica de plano económico-social a nível nacional, subordinada obviamente a uma estratégia de desenvolvimento que conduza a economia portuguesa a metas previamente definidas. De modo a que se perceba se se pretende construir o socialismo ou a recuperar o capitalismo. Estratégia de que ninguém com responsabilidades governamentais fala. Plano e sistema de planeamento cada vez mais difusos na teia complicada de ministros, secretários e subsecretários do VI Governo Provisório (75 membros do Governo!).

c) O insuficiente grau de preparação dos projectos de investimento desfavoráveis sob controlo do sector público e que até ao IV G. P. não haviam sofrido aceleração significativa.

d) Suspensão dos projectos de investimento privado pela ausência de clarificação oportuna de um conjunto de parâmetros de natureza institucional, como sejam a delimitação do sector privado e o controlo operário da produção.

É curioso sublinhar que para além da insuficiência da procura, a indústria de bens de equipamento apresenta dificuldades de equipamento para aumentar a produção. Não há referência a dificuldades produtivas derivadas das relações de produção. Nas indústrias, nomeadamente as de bens de consumo (onde se atingiu um dos níveis mais elevados de utilização da capacidade dos últimos 5 anos), onde a procura foi elevada, houve resposta e produziu-se.

Registe-se, ainda, que o Inquérito anteriormente referido aponta para uma recuperação nas indústrias de bens de equipamento para os meses em curso. É de perguntar: tal recuperação dever-se-á aos efeitos das medidas tomadas pelo IV e V Governos Provisórios e à alta conjuntura das indústrias de bens de consumo, apoiada nas subidas dos salários reais dos trabalhadores, ou às actuações do VI Governo Provisório que ainda não tinha tomado posse na altura do Inquérito e que adopta as primeiras medidas significativas (medidas de austeridade) de política económica 3 meses após a sua entrada em funções?

. No que se refere à construção civil, sector onde a lógica especulativa e a iniciativa privada sempre dominaram, previa-se no relatório do Orçamento Geral do Estado uma redução da ordem dos 16 por cento. As últimas informações disponíveis levam a colocar algumas dúvidas sobre o nível real de actividade do sector, nomeadamente se tivermos em consideração os efeitos da construção clandestina. Neste sentido, é de assinalar a elevação do consumo de cimento e a recuperação nas vendas de aço que se registam a partir de Maio-Junho do ano transacto, o que leva a admitir que a quebra, em termos reais, será substancialmente inferior ao previsto.

Também o comércio por grosso e o comércio a retalho iniciam um processo de aceleração a partir do trimestre de Junho-Agosto (ver «Conjuntura Económica» do Centro de Estudos e Planeamento). Governaram por estas alturas os IV e V Governos Provisórios, nas condições extremamente difíceis que todos certamente recordam, em boicotes a nível interno e do capitalismo internacional.

EMPREGO

5. O desemprego também tem sido frequentemente utilizado para manipular e enganar. Em documento recentemente vindo a público, fazia-se referência aos níveis de desemprego que o dr. Mário Soares citava por alturas de Agosto (500 mil sem contar com os refugiados) e que passadas semanas já rondava umas vezes pelos 400 mil, outras pelos 300 milhares.

Actualmente, as referências vão de 400 mil (dr. Vieira de Almeida) a 450 mil (B. P. A.). Sem falarmos na Imprensa reaccionária que já atira por vezes para os 800 milhares!

De oficial o que temos?

No relatório do Grupo de Trabalho sobre «Emprego» constituído no Secretariado Técnico do Planeamento, no **final de 1974** estimava-se que o desemprego rondaria os **177 milhares** (incluindo os que procuravam 1.º emprego cujo número atingiria os 90 mil). Teríamos, portanto:

Procura de 1.º emprego: 90 milhares; procura de novo emprego: 87 milhares. Total de 177 milhares.

De igual modo se referia nesse relatório que destes 177 milhares se considerava que

Continua na pág. 4

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS AGENTES TÉCNICOS AGRÍCOLAS

COMUNICADO

Comunica-se a todos os interessados que, conforme publicação no «Diário do Governo» n.º 43, III Série, de 20 de Fevereiro, foram aprovados os estatutos deste Sindicato.

Paiã, 23.2.76

Pel' A Comissão Directiva Provisória
ARTUR DAVID DAS MERCÊS DUARTE

Nacional

Economia e Informação

Continuação da pág. 3

95 milhares corresponderia a um nível de desemprego normal em economias capitalistas (taxa de 3 por cento) e que **82 milhares** estariam directamente relacionados com a crise económica.

De oficial temos, depois, os 5 a 6 por cento referidos no Plano de Acção Política e os 10 por cento citados como taxa de desemprego no relatório do Orçamento Geral do Estado. Finalmente o Ministério do Trabalho (Grupo de Estudos, Planeamento e Organização) no Relatório de Conjuntura de Outubro prevê um desemprego da ordem dos **360 milhares** (incluindo refugiados à procura de emprego) para **Dezembro de 1975.**

Tomando por base os dados referentes a 1974 e tendo em consideração os efeitos da descolonização (volume de desmobilizados que não foram reabsorvidos nos seus anteriores postos de trabalho e de refugiados activos à procura de emprego), e a evolução da procura de emprego registada pelo S. N. E., prevê-se que os 360 milhares se distribuam do seguinte modo:

Procura de novo emprego: 135 milhares; procura de 1.º emprego: 115 milhares; desmobilizados à procura de emprego: 40 milhares. Total, 290 milhares = desemprego interno. Refugiados à procura de emprego, 70 milhares = desemprego excepcional.

Do desemprego interno, se admitirmos a taxa de 3 por cento como a taxa normal nos países capitalistas, teremos 85 milhares como desemprego normal e **205 milhares** como desemprego (incluindo 40 mil desmobilizados) ligados à crise económica.

Esta estimativa é, aliás, confirmada pela evolução das informações recolhidas a partir do Inquérito de Emprego (MT-SE), cujos índices revelam uma recuperação do nível de emprego a partir de Abril de 1975.

6. Face a esta situação pergunto:

1) Existe ou não um sistema estatístico nacional?

2) Existem ou não órgãos centrais de planeamento onde a informação estatística deverá ser concentrada e trabalhada?

3) Existem ou não possibilidades de efectuar neste país previsão económica a curto prazo, com um mínimo de rigor científico?

4) Existem ou não departamentos oficiais competentes em áreas especializadas da informação económica?

A resposta é claramente positiva. Então porque não se informar com verdade e objectividade o povo português, com informação económica regular e coordenada, para confirmar quem tem ou não razão?

A não ser que se prefira que a situação económica seja objecto da mais incompetente e irresponsável manipulação por personalidades políticas, forças políticas nacionais e internacionais que tão preocupadas parecem estar com a recuperação do capitalismo no nosso país. E porque será que essas personalidades não citam a grave crise que o capitalismo atravessa (17 milhões de desempregados) e que nalguns casos como os Estados Unidos, país capitalista liberal, e a Dinamarca, país social-democrata, se encontram em pior situação que Portugal, conforme se prova nos dados atrás citados?

Na fase eleitoral que se aproxima, a quem servem os dados incorrectos e demagógicos sobre a situação económica?

A quem servem as previsões divulgadas pelo Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros do Banco Português do Atlântico, em que se estima, por exemplo, o desemprego para 1976 a partir da taxa de aumento de 1975, sem investigação mínima das causas que fizeram variar o desemprego em 1975? Será que haverá, por exemplo, novo processo de descolonização?

Servem objectivamente, mesmo que tal não se pretenda, as forças de direita e jamais a esquerda. As forças contra-revolucionárias avançam todos os dias e a unidade das forças que visam a construção do socialismo é cada vez mais urgente, a todos os níveis.

Celso Ferreira

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE **SANTARÉM**

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!
U N I D O S V E N C E R E M O S !

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO N.º 12

Aos trabalhadores de escritório

Realizou-se no dia 11.2.76 na Voz do Operário, uma Assembleia Geral de trabalhadores da Previdencia onde foi deliberada a criação de um Grupo de Trabalho alargado.

Nesta conformidade, informa-se que as inscrições estão abertas na Sede do Sindicato nas horas normais de funcionamento.

Pela DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE FARO

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE **FARO**

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!
U N I D O S V E N C E R E M O S !

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE COIMBRA

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE **COIMBRA**

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!
U N I D O S V E N C E R E M O S !

Nacional

Como um ex-deputado fascista pediu a Kurt Waldheim a independência dos Açores

Depois de um período em que se movimentou livremente nos Estados Unidos, tentanto criar uma base de apoio para a independência, quer entre os núcleos de emigrantes e seus descendentes, quer através de pressões exercidas sobre o Governo de Washington (este interessado também, até à entrada em funções do VI Governo, em agitar as teses separatistas), a reacção açoriana tenta agora instalar-se outra vez no arquipélago para desenvolver uma nova estratégia.

São sintomáticas as notícias publicadas em alguns jornais dos Açores anunciando que o dr. José de Almeida se preparava para regressar a S. Miguel e os indícios de que procurará reintegrar-se no corpo docente do Liceu de Ponta Delgada.

A denúncia é feita pela organização da L.A.P.A. (Liga de Acção Patriótica Açoriana) nos Estados Unidos, a qual divulga também a carta enviada pelo dr. José de Almeida ao secretário-geral das Nações Unidas em representação de um autodenominado «Governo Provisório Clandestino dos Açores.»

De pé, mãos nos bolsos, envergando um casaco aos quadrados muito à moda dos «states», o dr. José de Almeida, agora presidente do Governo provisório clandestino dos Açores», escuta no hemiciclo de S. Bento, entre estupefacto e incrédulo, a notícia da queda do regime de Caetano. Daí a promover-se a libertador dos Açores foi questão de meses

AÇORES

GOVERNO PROVISÓRIO CLANDESTINO

7 de Julho, de 1975

Senhor Secretário Geral da O.N.U.

O Governo Provisório Clandestino dos Açores, legítimo representante do Povo Açoriano, vem perante Va. Exa. afirmar:

1) A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, em 1789, consagra o princípio de que a soberania reside indivisivelmente no povo todo inteiro.

2) A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS afirma o direito dos povos a Auto-determinação.

3) O consenso universal da ordem democrática defende que os povos podem, através de um REFERENDUM livre, definir o futuro que melhor desejam.

4) Os Açorianos são um povo com mais de quinhentos anos.

5) Os Açorianos vivem marginalizados de todo o processo económico, cultural, administrativo e político da sua terra.

6) Os Açorianos, colonizados durante quinhentos anos, foram sempre homens explorados ao serviço dos interesses do governo de Lisboa.

7) Os Açorianos foram explorados, não lhes sendo permitido até ter uma Universidade própria onde os valores Açorianos se desenvolvessem e mais facilmente podessem, pelo esclarecimento, terem sido expurgados do nosso povo as imposições de caracter ecenómico, o servilismo humilhante e degradante e a situação de ignorância e de ausência de meios técnicos e civilizacionais.

8) O Governo Provisório Clandestino dos Açores, único legítimo representante do povo Açoriano, sente ser seu dever exigir por intermédio da Organizacão das Nações Unidas a retirada para Lisboa de todos os militares Portugueses e de todos os que representam o governo de Lisboa e que ofendem e oprimem o povo açoriano.

9) O Governo Provisório dos Açores pede, ainda, por interrédio da O.N.U., a todos os governos que o reconheçam como legítimo representante do povo Açoriano.

10) O Governo Provisório Clandestino dos Açores afirma a Va. Exa. a sua disposição inabalável de levar o povo Açoriano, no mais curto espaço de tempo possível, a manifestar-se através de um REFERENDUM sobre qual o futuro que pretende para as suas ilhas.

11) O Governo Provisório Clandestino dos Açores permite-se chamar a atenção de Vossa Excelência, Senhor Secretário Geral, para o facto de que a nossa caminhada para a Independência é irreversível e definitivamente separada do processo que o povo Português resolver adoptar no campo ideológico, económico ou político.

Com a maior das considerações, somos

GOVERNO PROVISÓRIO CLANDESTINO DOS AÇORES

AÇORES

GOVERNO PROVISÓRIO CLANDESTINO

PRESIDÊNCIA

«Fac-simile» da carta ao secretário-geral da O.N.U.

QUEM É JOSÉ DE ALMEIDA

A foto que publicamos é do último dia do fascismo. Mostra o «chefe» do Governo Provisório Clandestino dos Açores na Assembleia Nacional ouvindo as notícias da queda do regime e ajudará a compreender melhor o sentido das teses separatistas e quem agita esse estandarte.

A quem serve, de facto, a independência dos Açores? Quem a reclama? O povo explorado com certeza que não.

Imediatamente após o 25 de Abril surge nos Açores, impulsionada pelos representantes da classe possidente, a defesa da apelidada «vocação autonómica», nunca invocada nos negros tempos do fascismo. Nessa altura talvez tivesse o significado verdadeiro de uma tentativa de libertação da burguesia açoriana face à ditadura terrorista dos monopólios, mas agora, quando estão criadas condições para a efectiva libertação do povo trabalhador, esse movimento autonomista não é mais do que uma tentativa para perpetuar a exploração. Aliás, a evolução dos movimentos, começando no M.A.P.A. (Movimento para a Autonomia do Povo Açoriano) até alcançar a sua sigla actual — a F.L.A. (Frente de Libertaçãc dos Açores) — processa-se de acordo com a ofensiva reaccionária a nível nacional.

É neste processo que se integra a figura do dr. José de Almeida, deputado, filiado da ex-ANP, e ligado por casamento à alta burguesia micaelense.

À data do 25 de Abril, além das funções de deputado na assembleia fascista, o dr. José de Almeida leccionava no norte do País. Os ventos deixaram de lhe ser favoráveis e pediu transferência para Ponta Delgada, em cujo liceu passou a trabalhar como estagiário de História.

Aí, onde os condicionalismos sociopolíticos impediam o conhecimento efectivo do 25 de Abril, encontrou o dr. José de Almeida terreno favorável à sua actuação como defensor do regime falido.

PORTA-ESTANDARTE DA REACÇÃO

Aderente ao M.A.P.A., e só aparecendo publicamente como tal algum tempo após a ofensiva desse movimento, o dr. José de Almeida deixa o seu lugar como professor, o que lhe vale a expulsão por abandono da função pública, e vai para os Estados Unidos, encarregado pelo movimento de fazer propaganda separatista junto dos núcleos de emigrados nesse país.

Aproveitando a chantagem que Washington vinha exercendo sobre Lisboa através de um possível apoio à independência dos Açores, o dr. José de Almeida movimenta-se rapidamente e, desde a fundação do chamado Comité Açoriano 75 até autonomear-se presidente do «Governo Provisório Clandestino dos Açores», vai um passo.

Nessa posição envia ao secretário-geral da O.N.U. a carta que reproduzimos e as credenciais para quem o representa na fantochada.

Embora sem consequências políticas que impliquem a sua discussão pela organização, a L.A.P.A. considera que ela tem um significado demasiado importante pela «traição» que representa ao portuguesismo do povo trabalhador açoriano, o qual, isolado na vastidão do Atlântico e duplamente vítima da exploração fascista, é terreno fértil para as forças reaccionárias, que o confundem e levam muitas vezes a manifestar-se contra os seus próprios interesses.

No momento em que o dr. José de Almeida pretende regressar, é em nome desse povo que a L.A.P.A., através da sua organização nos Estados Unidos, tenta alertar a opinião pública no sentido de que a promessa de garantia das liberdades democráticas feita pelo governador militar dos Açores não abranja quem tão declaradamente pretende destruir essas liberdades e recuperar as hostes fascistas do arquipélago.

Sauvagnargues chega amanhã a Portugal

O ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Jean Sauvagnargues, inicia depois de amanhã uma visita de três dias ao nosso país, a convite do major Melo Antunes.

O ministro francês deve chegar a Lisboa pelas 17 horas da próxima quinta-feira, acompanhado de sua esposa e de uma delegação oficial.

Após as honras militares, Jean Sauvagnargues prestará declarações aos órgãos de Informação, seguindo depois para o Palácio das Necessidades onde terá um encontro privado com Melo Antunes.

O segundo dia da visita. O ministro Sauvagnarques será recebido, logo de manhã e sucessivamente, pelo Presidente da República e Primeiro-Ministro. Depois, as conversações entre as duas delegações prosseguirão até às 19 horas, altura em que os dois ministros darão uma conferência de Imprensa conjunta, no Palácio das Necessidades.

No sábado, dia 28 e terceiro da visita, o ministro francês receberá em audiência, na Embaixada de França, personalidades políticas portuguesas, repressando ao seu país nesse mesmo dia. A partida está prevista para as 15,30 horas.

Do programa constam ainda os habituais jantares. No dia 26 o ministro Melo Antunes oferece um jantar no Palácio das Necessidades em honra do seu homólogo francês, retribuindo este, no dia seguinte, na Embaixada do seu país em Lisboa.

Durante a visita, a esposa do ministro Melo Antunes acompanhará a esposa do ministro Sauvagnargues numa visita turística pelo centro do País.

ALTINO DE MAGALHÃES ESPERADO EM LISBOA

. É esperado esta tarde em Lisboa o general Altino de Magalhães, governador e comandante-chefe das Forças Armadas nos Açores.

Pensa-se que a deslocação de Altino de Magalhães estará ligada à aprovação do estatuto da Junta Regional daquele arquipélago, considerado por alguns observadores como demasiado voltado para a independência.

Espera-se que durante a sua estadia em Lisboa o general Altino de Magalhães tenha conversações com diversas personalidades, nomeadamente com membros do Conselho da Revolução», que na sua sessão de ontem analisou a actual situação nos Açores.

PUB

INATEL

Inscrição para frequência dos Centros de Férias e Parques de Campismo.

Os sócios do INATEL que pretendam inscrever-se para frequência dos Centros de Férias e Parques de Campismo poderão fazê-lo na Sede do INATEL, Calçada de Santana, 180 — Lisboa 2 ou nas delegações distritais, no horário normal de funcionamento.

Na sede, para prestação de informações, venda de impressos e recepção de inscrições ou serviços, funcionarão com o seguinte horário:

Das 9,30 às 12.30 e das 14.00 às 18.00 h. de 25 a 27 de Fevereiro

Das 9.30 às 20 horas — Ininterruptamente de 3 a 15 de Março

(Excepto aos Sábados e Domingos)

COMUNA
Teatro de Pesquisa

NOVO HORÁRIO
Às 5.as, 6.as e SÁBADOS ÀS 21.30

FOGO!

Domingos — Só às 18 h.

PRAÇA DE ESPANHA
METRO - PALHAVÃ
Tel. 762624

Sábado, 28, a peça «Fogo!» será apresentada no Salão dos Bombeiros em Mem Martins

MUTI

MOVIMENTO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS PARA A DEFESA DA REVOLUÇÃO

HOJE

ASSEMBLEIA POPULAR

TEATRO VASCO SANTANA

Nacional

REESTRUTURAÇÃO DA IMPRENSA

Almeida Santos defende projecto das "setas do martírio"

«Porque entendo que se foi longe de mais nas concessões à paixão em detrimento do calmo raciocínio, um gesto valeria sempre a pena: estender, lado a lado, o martirizado projecto e as setas do martírio, ou sejam as diatribes e os impropérios («celerado», «fascista», «militarizante» e «escravocrata» são «mimos» que vale a pena reter como expoentes de crítica objectiva, desapaixonada e isenta)» — afirma o ministro da Comunicação Social num comunicado que enviou aos órgãos de Comunicação Social a propósito do repúdio de que tem sido alvo o seu projecto (esboço) de reestruturação da Imprensa, nomeadamente a estatizada.

Dando cumprimento à intenção manifestada na afirmação acima transcrita, o ministro Almeida Santos sumaria no seu comunicado as principais críticas formuladas ao projecto, autodefende-se e junta o texto integral do mesmo projecto (de que mais adiante damos circunstanciado resumo).

«O tom geral» — afirma Almeida Santos — «é menos de crítica do que de repúdio do diploma *in totum* (!), repúdio veemente, diga-se. Em rigor, nada nele se salva. E leio com pasmo as *horrorosas* coisas que através dele eu visaria atingir».

SUMÁRIO DAS CRÍTICAS

O ministro sumaria depois os repúdios e críticas, nos seguintes termos:

«No entender do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa das Artes Gráficas, o «monstro» esconderia, nada menos que os seguintes propósitos inconfessáveis: controlar todo o aparelho repressivo; liquidar as comissões de trabalhadores; dispensar o controlo dos jornais pelos trabalhadores através da criação de conselhos de informação a integrar proporcionalmente pelos partidos políticos com representantes na Assembleia Legislativa; dividir os trabalhadores dos jornais do resto do povo; atirar os trabalhadores uns contra os outros; dividir os que ganham mais dos que ganham menos; dividir os que trabalham mais horas dos que trabalham menos; dividir os trabalhadores com um só emprego dos que têm dois ou mais; dividir os que têm a reforma à vista dos que não têm.

Todos estes fenómenos de cissiparidade caberiam no veneno concentrado dos escassos dezasseis artigos do projecto.

SINDICATO DOS JORNALISTAS: Para o Sindicato dos Jornalistas, o pouco menos do que inócuo projecto constituiria: um acto ditatorial e antidemocrático; um meio de intimidação e de divisão dos trabalhadores da Informação; uma ameaça à liberdade de expressão; uma «celerada» tentativa de militarizar a Informação; o agitar do espantalho do desemprego e do subemprego como forma de «chantagem»; os redactores do «Diário de Notícias», por seu turno, entendem que: a criação dos conselhos de informação conduziria à manipulação e ao monolitismo da Informação; a passagem dos trabalhadores à disponibilidade visa a institucionalização dos saneamentos políticos; a obrigatoriedade da assinatura dos artigos de conteúdo doutrinário visa conduzir à autocensura, coarcta a liberdade de expressão e expõe os jornalistas a possíveis represálias pelas suas opiniões; a colocação dos trabalhadores na situação de disponibilidade é um atentado contra o direito ao trabalho e à própria dignidade humana (esta medida, classificada de «fascista», foi mesmo considerada mais atentatória dos direitos do trabalhador do que «toda a legislação do anterior regime»; particularmente grave é a possibilidade de virem a ser colocados na situação de disponibilidade trabalhadores da Imprensa não estatizada — uma «perfeita escravatura»; o aumento do tempo de trabalho viria roubar uma regalia consignada em contrato colectivo de trabalho.

TELEJORNAL: Para os redactores do Telejornal, que acudiram em defesa dos seus colegas, o projecto enfermaria das seguintes lepras: atropelo as leis do trabalho; revoga a Lei de Imprensa ao criar os conselhos de informação; privilegia a iniciativa privada; é um convite à institucionalização da censura interna; cria o desemprego; tem carácter penalizador e persecutório.

CONSELHO DE IMPRENSA: The last but not the least, o Conselho de Imprensa entende que o projecto: atenta contra a Lei de Imprensa em vigor; ao obrigar à assinatura dos artigos de conteúdo doutrinário atenta contra o «sigilo profissional»; comina multas sem dizer quem as aplica; confia ao Ministério da Comunicação Social o controlo das tiragens e das sobras quando a Lei de Imprensa comete tais funções a ele, Conselho de Imprensa; ao proibir o pluriemprego e ao criar a situação de disponibilidade o projecto põe em causa, directa ou indirectamente, a liberdade de Imprensa.

Quase todos os críticos do projecto realçam a minha tentativa de fazer um decreto sobre a Informação nas costas dos trabalhadores».

AUTODEFESA DO MINISTRO

O ministro Almeida Santos inicia depois a sua autodefesa frisando que «o povo conhece

«E leio com pasmo as horrorosas coisas que através dele» (projecto) «eu visaria atingir...»

as críticas, profusamente difundidas, mas não conhece o projecto, que salvo erro só um jornal, por coincidência de limitada tiragem, se limitou a publicar». O dr. Almeida Santos ressalva a hipótese de erro, e fez bem porque o projecto foi pelo menos publicado em dois jornais diários, um dos quais de grande expansão.

Mais adiante o ministro Almeida Santos refere que teve conversações com os sindicatos interessados sobre o teor do projecto e que antes de o elaborar recebeu directivas do Governo, as quais foram divulgadas no comunicado do respectivo Conselho de Ministros.

Quanto à criação dos Conselhos de Informação, a integrar por representantes indicados pelos partidos políticos, Almeida Santos diz que só refere esse órgão no preâmbulo do projecto e a propósito da sua consagração no texto da futura Constituição.

«Sendo para mim», prossegue o ministro, terreno firme que os meus críticos não desconheciam, ao criticar-me, que me estavam imputando pretensas «culpas» da Constituinte, fico a pensar se a sua reacção não representará uma jogada de antecipação não já contra mim, mas contra a própria Constituição (!) oxalá que não (!). É que isso seria grave, e de mau augúrio para o futuro da nossa democracia debutante. Se cidadãos tão responsáveis como são os jornalistas, e tão influentes também, começam já de véspera a formar planos de ataque à matriz da vontade popular, só porque em dado ponto os importuna, venha o diabo e escolha: adeus democracia ou adeus Informação democrática».

O DÉFICE DOS JORNAIS

O ministro defende-se logo de seguida de alguns pontos em que o projecto foi mais atacado:

«O projecto não pretende reprimir nem dividir ou intimidar ninguém. Limita-se a enfrentar situações de facto a que, nem o povo, nem o Governo, podem manter-se indiferentes. Essas situações são conhecidas: jornais estatizados a mais, repetitivos de mais, crónica e progressivamente deficitários, somando défice mensal da ordem dos 50 000 contos, ou sejam 600 000 por ano (o que significa que, em cada cinco anos, custam qualquer coisa como a ponte do Tejo). Se a isto somarmos o que perdem as distribuidoras e as empresas de publicidade, também caídas ou prestes a isso, por obra do que perdem, no regaço do sector público, tem-se uma ideia da situação herdada pelo VI Governo e pelo IV ministro da Comunicação Social.

Examinam-se as causas e o que se vê? O empolamento do cus do papel, a baixa na receita da publicidade, o aumento — em alguns casos a duplicação — da massa salarial, o pluriemprego, sobemprego, tiragens irreais e, apesar disso, regressivas, sobras dilapidantes, horários de 25 horas por semana, em contraponto de horários de 45 horas e mais, distorções salariais chocantes, sobreposição de circuitos (gráficos e de distribuição) uma inflacionada proliferação de jornais privados a acotovelarem-se no mesmo espaço, a disputarem-se a mesma procura, a resvalarem para o sensacionalismo fácil e para o combate, sempre rendoso, ao Poder nstituído, nessmedida acantonando a Imprensa estatizada no seu acrescido dever de objectividade e circunspecção com maior incidência nuns jornais do que noutros, são estes os factes explicatos do défice dos jornais que o povo suporta.

Se, pois, redir o encargo com eles é um dever de quem governa, será que é isso possível mantendo o número de jornais, o emprego actual, o salário actual e o horário actual de todos os trabalhadores, ou seja intactas as chamadas «conquistas dos trabalhadores?» Talvez seja. Mas o Conselho de Ministros e eu próprio não tivemos a sorte ou o talento de descobri-las. E os trabalhadores da Informação não tiveram a bondade de adiantá-las.

«Se cidadãos tão responsáveis como são os jornalistas, e tão influentes também, começam já de véspera a formar planos de ataque à matriz da vontade popular, so porque em dado ponto os importuna, venha o diabo e escolha: adeus democracia ou adeus informação democrática...»

O GOVERNO DECIDIU QUE MORRAM DOIS

Restringir o número de jornais privados, actuais ou potenciais, é-nos impossível. Trava-nos a Lei de Imprensa, a nova Constituição, e sobretudo a incapacidade de talhar na fazenda, de um direito fundamental, sem o qual carece de sentido a própria liberdade de expressão, tão exaltada pelos que, ao que parece, não relutariam em aplaudir que se proibissem novos jornais. Vigorará pois, quanto à Imprensa privada, a selecção natural. Assim o quer a Constituição, ou seja, o povo.

Já porém, nada nos impede de restringir o número dos estatizados. E o Governo decidiu, em princípio, que morram dois.

Prevendo a sua morte, havia que prevenir o destino dos respectivos trabalhadores. E como não cabem nos seis que subsistem, optou-se por colocá-los na situação de disponibilidade, por paralelismo com o que acontece com os funcionários públicos cujos lugares são extintos. Como tais, sujeitos a ser destacados para outros locais de trabalho, dentro da Informação ou fora dela, em Lisboa ou na província. Enquanto inactivos receberão — foi o que propus — 75 por cento do respectivo salário. Os funcionários dos actuais quadros de adidos chegam a receber só 50 por cento. E convém que se reserve uma margem de estimulo para que os próprios trabalhadores colaborem na procura de novo emprego.

Foi duramente causticada a possibilidade de este regime ser estendido aos trabalhadores da Imprensa privada. Mas esqueceu-se um pormenor de enorme relevo. É que tal extensão só será possível a «requerimento dos próprios trabalhadores». Assim a pensar, por antecipação, em situações como a dos trabalhadores da «República», da «Época», etc. esclavagismo isto? O povo que responda.

A finalizar, o ministro da Comunicação defende-se das críticas do Conselho de Imprensa, que no seu entender alinhou pelo coro das vozes apaixonadas e se ficou «pela comodidade de uma rejeição liminar». A propósito, do Conselho de Imprensa, Almeida Santos pergunta:

«Pois como é? Para poderem exprimir-se livremente, os jornalistas devem poder ter mais de um emprego, ou ser inamovíveis, apesar de pagos pelo Estado, e ocupar postos de emprego que o interesse público manda que se extingam?

PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO

Apesar de conter só 16 artigos, o projecto (esboço) de reestruturação da Imprensa estatizada é bastante longo pelo que nos ficamos por um resumo desenvolvido.

Na parte dispositiva do projecto de decreto-lei começa por se estabelecer que o diploma se aplica a todas as empresas editoras de publicações diárias e aos trabalhadores ao seu serviço, com ressalva das normas cuja aplicação for expressamente reservada a determinado tipo de empresas.

Poíbe-se depois o pluriemprego, entendendo-se por tal a prestação da actividade profissional a mais de um órgão de Comunicação Social estatizado, ou sob intervenção do Estado e respectivas empresas.

Todos os trabalhadores naquela situação devem até 30 dias após a entrada em vigor do diploma comunicar por escrito aos Ministérios da Comunicação Social e do Trabalho qual o órgão de Comunicação Social em que pretendem continuar a trabalhar, quais os que deixam e quais os ordenados.

Se o trabalhador não comunicar a opção, dentro do prazo, cabe aos ministros da Comunicação Social e do Trabalho decidir em despacho conjunto. Também a estes membros do Governo é facultada a possibilidade de alargarem o regime a órgãos de Comunicação não estatizados nem sujeitos a regime de intervenção do Estado, ouvido o Conselho de Imprensa.

Por outro lado, é facultado aos trabalhadores dos órgãos estatizados o direito de permuta, o qual deve ser exercido, mediante requerimento conjunto dos permutantes dirigido à administração das duas empresas. A permuta colocará o permutante, quanto a direitos e deveres nas mesmas condições em que se encontrava o trabalhador que com ele permuta, à excepção da antiguidade e direitos dela decorrentes.

HORÁRIO E DISPONIBILIDADE

Nenhum trabalhador ao serviço de qualquer órgão estatizado ou sob intervenção do Estado pode trabalhar menos de 36 horas e mais de 45 horas semanais, salvo casos excepcionais autorizados pelo Ministério do Trabalho. A adaptação àquele máximo e mínimo pode

Continua na pág. 18

COMARCA DE CUBA

ANUNCIO

No dia 31 de Março próximo, pelas 9.30 horas, no Tribunal desta comarca, no processo de Execução de sentença que o exequente José Pinto Caeiro, Limitada, sociedade por contas com sede em Beja, move contra os executados Manuel Joaquim Cardoso e mulher Maria Isabel Candeias Zorrinho Cardoso, de Faro do Alentejo hão-de ser postos em praça para serem arrematados ao maior lanço oferecido, acima dos respectivos preços anunciados os seguintes:

PRÉDIOS

1.º

Prédio urbano, sito aos Coitos, freguesia de Faro do Alentejo, inscrito na matriz sob o art.º 175. Vai pela primeira vez à praça no valor de 11.880$00

2.º

Prédio urbano, sito na Rua Nova, freguesia de Faro do Alentejo, inscrito na matriz sob o art.º 118. Vai pela primeira vez à praça no valor de 2.100$00.

Cuba, 30 de Janeiro de 1976

O Juiz de Direito, 3.º Subst.º
a) **José Francisco Costa**
O Escrivão de Direito
a) **José Ferreira Garcia**

Pasta Medicinal Couto
Evita e trata doenças da boca
PORQUE É MEDICINAL

Estudantes em batalha campal entre a "esquerda" e a "direita"

PORTO, 24 — Depois de uma autêntica batalha campal travada ontem entre as «esquerdas» e as «direitas» do Liceu Rodrigues de Freitas, foram encerradas as aulas deste estabelecimento de ensino, de acordo com uma decisão do seu conselho directivo.

A questão surgiu no decorrer de uma reunião geral de alunos convocada para se discutir a proibição da propaganda do C. D. S., decretada há cerca de um ano.

Os ânimos começaram a exaltar-se quando um aluno afecto ao P. P. D. enviou para a mesa uma moção de repúdio pelo reconhecimento do Governo de Angola, que foi aplaudida por parte dos presentes e repudiada pelos restantes. Aos gritos de «morte ao fascismo» e de «morte ao comunismo», os alunos abandonaram, então, o anfiteatro e começaram a agredir-se no exterior do edifício, recorrendo a matracas, barras de ferro e outras armas improvisadas.

A meio da contenda, chegou o P.S.P. que se manteve algum tempo no local mas que não pôs termo à luta, já que logo após a sua retirada, as duas facções voltaram a degladiar-se, agora à pedrada.

De acordo com informações obtidas esta manhã, o Conselho Directivo, que se encontra demissionário há mais de um ano, resolveu encerrar o liceu até à chegada de um delegado do M. E. I. C. que é aguardado a todo o momento.

C.D.S. VENCEU AS ELEIÇÕES NO GARCIA DE ORTA

O segundo escrutínio efectuado ontem para a eleição dos corpos gerentes da Associação de Estudantes do Liceu Garcia da Horta deu a vitória à lista A, afecta ao C.D.S. A lista B, apresentada por alunos afectos ao P.P.D. obteve 647 votos. Verificaram-se 169 abstenções e 385 votos nulos. Este escrtínio foi o segundo realizado no Garcia da Horta no espaço de dois dias, e a sua realização deve-se ao facto do primeiro ter sido anulado por terem aparecido nas urnas 200 votos a mais.

POSSÍVEL GREVE ESTUDANTIL

A Comissão Coordenadora do distrito de Setúbal, formada há dias para velar pelos interesses dos professores sem trabalho e pela sua colocação imediata tomou já uma medida que pode vir a contribuir para apressar a resolução do problema como «golpe de força» que não deixa de ser: greve em todos os estabelecimentos de ensino daquele distrito, se até ao dia 5 de Março os doze mil professores desempregados não forem colocados nos seus «devidos lugares».

A decisão resultou de um plenário efectuado há três dias no Liceu do Barreiro e entrará em prática logo após as férias do Carnaval, que terminam em 5 do próximo mês.

Na mesma reunião, que teve como ordem de trabalhos três pontos («colocação de professores», actividades fascistas nas escolas» e «medidas a tomar»), foi aprovada por unanimidade uma moção em que é reivindicada a «colocação dos professores que faltam nas escolas do distrito» e «a garantia que os estudantes não terão o ano lectivo anulado». Foi também denunciada a existência de «uma crescente actividade dos grupelhos nazi-fascistas nas escolas do ensino secundário», aspecto, aliás, inserido no ponto «actividades fascistas nas escolas».

À Comissão Coordenadora criada, de acordo com outra das decisões tomadas, cumprirá «dinamizar a luta pela colocação de professores e denunciar o avanço da direita nas escolas».

PROFESSORES CONTESTARAM O M.E.I.C.

Os «problemas e consequências da situação dos conselhos directivos e gestores eleitos que se mantêm em exercício apesar de já ter expirado o respectivo mandato conferido por professores que já não se encontram nas escolas» e «actuação do M. E. I. C. face aos conselhos directivos e gestores, atrasos e contradições de normas e circulares, atitudes demissionistas e irregulares e carências em serviço de apoio administrativo e burocrático» foram os dois pontos debatidos no plenário de professores com experiência de gestão que ontem decorreu na Escola Preparatória Manuel Damaia.

Foi contestado o mau funcionamento e desmobilização da classe e, especialmente, o funcionamento dos Serviços Centrais do M.E.I.C., tendo-se exigido a garantia por parte daquele Ministerio de um debate público sobre o novo projecto de gestão, prevendo-se a realização de uma mesa redonda na TV com representantes dos Sindicatos dos Professores, conselhos directivos e do M.E.I.C.

Entre outras medidas, foi decidido exigir a manutenção dos actuais conselhos directivos até ao fim do ano lectivo e a realização de um inquérito à Comissão Central de Colocações, a fim de se esclarecer o atraso na colocação de professores, enquanto que por exemplo, em Torres Novas existem cerca de 40 vagas cujo preenchimento não se prevê para breve.

CASAPIANOS NO M.A.S.

Não se realizou a manifestação dos alunos da Casa Pia de Lisboa convocada para ontem, dado que o ministro dos Assuntos Sociais, Rui Machete, recebeu uma delegação dos alunos ontem à tarde, tendo sido abordados problemas relativos às deficiências do ensino ministrado naquela instituição. Os estudantes pensam efectuar um plenário dos seus colegas para lhes dar conhecimento da entrevista com o ministro.

FÉRIAS ESCOLARES DE CARNAVAL

As férias escolares de Carnaval do ensino médio, preparatório e secundário, começam oficialmente na próxima quinta-feira, terminando no dia 3.

Arnaldo Matos à saída da UTIC

ONTEM NA UTIC

Operários calaram a voz do "grande educador"

Por decisão dos trabalhadores da UTIC, o dr. Arnaldo Matos, secretário-geral do M. R. P. P. viu-se forçado a abandonar as instalações da empresa, em Cabo Ruivo, onde pretendia fazer ao fim da tarde de ontem uma «sessão de esclarecimento».

Acompanhado de cerca de uma dezena dos seus partidários, o responsável do M.R. P.P. — «grande educador e dirigente da classe operária», assim o designa a propaganda oficial do Partido — chegaria a entrar no refeitório da empresa, local marcado para a sessão. No entanto os operários da UTIC foram intransigentes e, sob a palavra de ordem «Morte à CIA», puseram fora da empresa o dr. Arnaldo Matos.

Durante a tarde, antes da hora marcada para a sessão, havia sido divulgado um comunicado conjunto da base do M. D. P. / C. D. E. do núcleo do P. S. e da célula do P. C. P., na empresa, intitulado «Um «educador» na UTIC», e onde a dada altura se sublinhava: «é com esta gente, com os amantes de castelos e grandes educadores, que os trabalhadores, que querem o socialismo, não desejam dialogar.»

Noutro passo do comunicado perguntava-se: «serão pura coincidência as posições em comum de Arnaldo Matos com o C. D. S. e o P. P. D. no que respeita ao Pacto M. F. A.-Partidos e à própria Constituição?».

A propósito de recentes declarações do dr. Arnaldo Matos acerca das eleições, o comunicado observa: «Serão estas as directrizes que dá aos seus aderentes conforme comunicado distribuido na Têxtil Manuel Gonçalves, onde apoia uma minoria de lacaios e o patronato no saneamento de trabalhadores, procurando transformar um «lock-out» numa greve? Não virá ele fazer o que o C. D. S. e o P. P. D. não tiveram coragem? Será que a sua vinda à UTIC terá como objectivo preparar o terreno para o regresso do patrão, como na Têxtil Manuel Gonçalves? Isto no momento em que procuramos e necessitamos da unidade entre todos os trabalhadores!»

O comunicado salienta ainda que os trabalhadores da UTIC «devem dizer **não** a estas manobras de elementos da pseudo-esquerda, que mais não são do que pontas de lança da extrema-direita», e termina alertando para o «perigo à direita» e apela «à unidade de todos os trabalhadores» e à «unidade da esquerda».

Segundo apurámos ainda junto dos trabalhadores, o dirigente do M. R. P. P. que há meses vira também repudiada pelos operários da Sorefame a sua pretensão de «esclarecer» — entrara na UTIC à sucapa, 45 minutos antes da hora marcada, e quando o trabalho ainda decorria na empresa. Os trabalhadores deram pelo facto mais tarde, cerca das 18 horas, e convidaram-no a sair.

com a tua vontade de vencer

PARTIDO SOCIALISTA

RECOLHA DE FUNDOS

POR UM AMANHÃ A CONSTRUIR

Os fundos podem ser remetidos para:
B.P.A. conta nº 500/4008235, sede Nacional | vale postal | secretariados das secções ou sedes do Partido

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do **Regulamento** de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Lagos em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/55900, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de S. Sebastião, concelho de Lagos, de uma linha mista a 15 kV com 4562 m constituída por um troço aéreo com 4194 m e um troço subterrâneo com 368 m da Subestação de Portelas aos Serviços Municipalizados de Lagos (Lagos II).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 10 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Nacional

P.P.D. Madeirense pronto a rever a sua "oposição"

FUNCHAL, 24 — A bomba que na madrugada de ontem destruiu o automóvel do deputado do P.S. Monteiro de Aguiar, poderá levar o P. P. D. a rever a atitude de oposição que vem assumindo, nomeadamente quanto à Junta Governativa local.

Através de um comunicado agora distribuído, o P. P. D. Madeirense afirma textualmente: «Partido governamental mas de oposição ao Governo local, o P. P. D. poderá ter de rever a sua posição local se tal for necessário para um único e severo combate contra as forças que desconhecem a linguagem democrática.

No mesmo comunicado diz-se que para além da acção criminosa em si, «tais atentados são absolutamente nocivos a um tipo de economia como a madeirense que, dependendo fundamentalmente das receitas da emigração e do turismo, não prescinde de um ambiente de total paz e estabilidade». Entende-se a alusão à emigração e ao turismo: Emigração, é justamente um dos pelouros de Monteiro de Aguiar na Junta Governativa, cabendo a Félix Pita (outra vítima de um atentado, frustrado) a direcção dos Serviços Fiscais da Delegação de Turismo da Madeira.

Entretanto, também o P. S. e o P. C. P. emitiram comunicados de repúdio pelos atentados bombistas.

PUB

GASTECO

Centro Técnico

de Gás, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais estatutárias, convoco os Srs. Accionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 11 de Março pelas 11 horas, na sede social, na Rua Tomás de Figueiredo, 14-B, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Discutir, aprovar ou modificar o Balanço e Contas do Exercício de 1975, bem como o parecer do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal;

2 — Preencher os lugares vagos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

3 — Deliberar sobre a revisão dos artigos 24.º, 26.º e 30.º dos Estatutos e sua eventual alteração;

4 — Eleição da Comissão a que se refere o art.º 30.º dos Estatutos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral — a) **Serafim Augusto da Silva Garcia**

PUB

ROCHA BRIOSO, LDA.

Certifico que, por escritura de ontem, lavrada de fl. 62 a fl. 63 do livro n.º 103-C de escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo to notário licenciado António Lopes Fernandes Costa, os sócios da sociedade Rocha Brioso, L.dª, com sede em Lisboa, António da Rocha Brioso e Joaquim da Rocha Brioso, alteraram parcialmente o respectivo pacto, substituindo o § 1.º do artigo 8.º pelo seguinte:

8.º

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos ou contratos é suficiente a assinatura de qualquer dos gerentes.

Vai conforme.

2.º Cartório Notarial de Lisboa, 14 de Janeiro de 1976. — A Ajudante, **Maria José Caldeira da Silva**.

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADAS

TINTURARIA GUANABARA Dep. de confecções

INCIDENTES EM BENAVILA

P.C.P. "versus" P.S.

«Não é difícil ver nestes acontecimentos uma provocação destinada a excitar os ânimos e a dificultar qualquer aproximação entre militantes comunistas e socialistas, precisamente numa altura em que se tornam necessários esforços no sentido de unitariamente se fazer frente à reacção e se defenderem as conquistas populares» — diz o P. C. P. numa nota do seu Serviço de Informação e Propagada ontem emitida a propósito dos incidentes em torno de um comício do P. S. no domingo em Benavila.

O P. S. acusara o P. C. P., militantes seus a nível local, de responsabilidade directa na provocação dos acontecimentos e tornara pública a sua versão sobre os incidentes ocorridos. O P. C. P. dá a público uma versão diferente.

«Na sessão do P. S. em Benavila — diz a nota a que nos reportamos — Mário Soares começou a sua intervenção dirigindo insultos aos comunistas, o que provocou uma legítima indignação por parte da gente da terra. Quando um militante do P. C. P. de nome Vieira procurou acalmar os ânimos e criar condições para a continuação do discurso do dr. Mário Soares, foi agredido a murro e a pontapé e à navalhada por Ilídio Tavares e Marcelino Cuco. Estes indivíduos, que se dizem militantes do P. S., foram detidos pelas autoridades porque o povo de Benavila exigiu a sua prisão. Quando o camarada Vieira era conduzido para o hospital, foram disparados dois tiros sobre o carro que o transportava. O suposto autor desta agressão é um marginal conhecido por «Chico Corrécio». Nos acontecimentos, o único ferido hospitalizado é militante do P. C. P. e os únicos detidos dizem-se militantes do P. S.»

Como se vê, a versão do P. C. P. é substancialmente diferente da versão posta a correr pelo P. S. A primeira confirma, aliás, alguns aspectos por nós revelados já na nossa edição de ontem. Parece não se confirmar a versão que o P. S. talvez um pouco apressadamente fez correr e a que tanto a Imprensa que lhe é afecta como a Imprensa de direita ontem e hoje divulgam com relevo sem terem em conta outras informações além das provenientes do seio do P.S.

A S. I. P. do P. C. P. lamenta as alterações da ordem pública em questão e considera que é tempo de Mário Soares «deixar de procurar os seus inimigos no P. C. P. e procurá-los na direita reaccionária, nos grandes agrários e capitalistas.

Denunciando como «estes acontecimentos estão a ser exagerados e transformados por certos órgãos de Informação no ponto de partida para nova campanha anticomunista de envenamento do clima político», o P.C.P. cita como exemplo o «Diário de Notícias»: este jornal — diz — «não relatou com verdade e isenção os acontecimentos de Benavila», ao fazê-lo exclusivamente pela palavra do dr. Mário Soares.» Por sua vez, a RTP «censurou parcialmente a comunicarão a este respeito por Sérgio Vilarigues». O P.C.P. «considera necessário o apuramento rigoroso do que se passou e a informação imparcial dos acontecimentos».

VERSÃO DO P. S.

A versão do P. S., a que «DL» fazia referência já na sua edição de ontem, não era a mesma, muito embora coincidissem em aspectos factuais, diferentemente interpretados, todavia.

O P. S. denunciava «grupos de indivíduos identificados como elementos do P.C.P.», que «praticaram actos de vandalismo que se revestem da maior gravidade». E fazia assim o relato das ocorrências: «Começaram (os referidos indivíduos) por tentar interromper o comício com insultos, assobios e ameaças. Perante a serenidade e a firmeza dos socialistas, os provocadores «pecepistas» acabaram por atacar as pessoas que assistiam pacificamente ao comício, agredindo-as com pedras, limas e navalhas. Já depois de terminado o comício, foram disparados tiros de zagalote sobre viaturas. Várias pessoas ficaram feridas. Aires Rodrigues, membro do secretariado nacional do P.S., foi atingido com uma pedrada». — E o P.S. prosseguiu a sua extensa comunicação tecendo amplas considerações acerca do comportamento das bases do P.C.P.

De notar que as duas versões são comuns enquanto se trata dos primeiros acontecimentos. Já diferem substancialmente na descrição das acções cometidas e sofridas. A partir daqui, a versão do P.C.P. é muito pormenorizada e compensa as lacunas de Informação existentes no texto do P.S. Um pormenor — talvez não de tão pouca importância —, o texto do P.S. tem de comum com o do P.C.P., aquele onde se diz que houve insultos, assobios, ameaças. Um ponto o texto do P.S. omite, precisamente aquele por onde o texto do P.C.P. começa, quando declara que «Mário Soares começou por dirigir insultos aos comunistas». Foi assim? Não foi assim? Duas dúvidas podem pôr-se desde já, como em conclusão: talvez as bases locais do P.C.P. não se tenham comportado com uma extrema correcção; talvez o P.S. tenha sido excessivo, tanto na palavra dos seus dirigentes como no comunicado posteriormente emitido em Lisboa. De assinalar: os incidentes não se declararam abertamente enquanto falavam outros oradores: começaram quando Mário Soares estava no uso da palavra.

C.D.S. adia congresso

O Partido do Centro Democrático Social adiou o seu II Congresso para os dias 26, 27 e 28 de Março.

Motivo do adiamento: a realização, em 21 e 22 de Março que vem, do Congresso da União Europeia da Democracia Cristã, em Roma.

O Congresso do CDS terá lugar no Casino da Póvoa de Varzim.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

A LUTA CONTINUA

GREVE NACIONAL

Dia 26 de Fevereiro, das 15 às 17 horas

— PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO C.C.T. VERTICAL DA METALURGIA E METALOMECÂNICA
— PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
— CONTRA A SUBIDA DO CUSTO DE VIDA
— CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
— CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
— CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
— PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES
— PELO CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
— PELO CONTROLO DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
— CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
— CONTRA O TERRORISMO, PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

UNIDOS VENCEREMOS

CONCENTRAÇÃO COMÍCIO

4ª FEIRA, 25 DE FEV. ÀS 19 H. NA FIL (FEIRA DAS INDÚSTRIAS)

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS
CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES
CONTRA O TERRORISMO

A LUTA CONTINUA

Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar.

Na continuação da Grande Jornada do dia 17 de Janeiro no Estádio 1.º Maio os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários de Lisboa, Transportes Colectivos de Lisboa, Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, Ferroviários do Centro, a Cintura Industrial de Lisboa e o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa em nome da Comissão Organizadora Alargada, apelam a todos os trabalhadores e à população em geral para a Concentração-Comício.

Só através da luta unida, firme e não sectária, só através de grandes acções de massas conseguiremos fazer recuar a burguesia e os seus agentes, só assim garantiremos as conquistas alcançadas e defenderemos as liberdades

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

PELA COMISSÃO ORGANIZADORA ALARGADA DE 17 DE JANEIRO, OS SINDICATOS: METALÚRGICOS DE LISBOA, QUÍMICOS DE LISBOA, CONSTRUÇÃO CIVIL DE LISBOA, ELECTRICISTAS DO SUL, RODOVIÁRIOS, TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIOS DO SUL, TRANSPORTES COLECTIVOS DE LISBOA, FERROVIÁRIOS DO CENTRO, C.I.L. (CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA, CONSELHO DE TRABALHADORES DA ZONA OCIDENTAL DE LISBOA

Trabalho

CASO TIMEX

"Afinal eram 1168 despedimentos"

— revela o Ministério do Trabalho

Um novo elemento surgiu agora no «Caso Timex». Afinal a administração desta multinacional não só tenciona despedir os 668 trabalhadores como tinha mais outros «500 despedimentos na forja». Esta informação foi divulgada num comunicado do Ministério do Trabalho, no qual chama mais uma vez a atenção «para a necessidade de cumprir as leis portuguesas, nomeadamente as que regulam matéria de trabalho. Não é com despedimentos que o clima de serenidade regressa às instalações fabris, nem os trabalhadores produzirão mais e melhor num ambiente de trabalho rodeado de incógnitas quanto à estabilidade futura dos postos de trabalho».

Os outros 500 despedimentos só terão lugar se não for aceite a proposta de redução de tempo de laboração. Proposta que já passou à prática, pois a administração está a fazer cumprir o seu plano, sem ter esperado os resultados da Comissão Técnica que se encontra a estudar o problema.

Considera o Ministério do Trabalho que a «comunicação da intenção de proceder a um despedimento colectivo deverá ser feita pela entidade patronal a cada um dos trabalhadores abrangidos e à Secretaria de Estado do Emprego, com a antecedência mínima sobre a data prevista de 90 dias, sob pena de multa de 10 a 200 contos por cada trabalhador despedido».

«Essa comunicação — prossegue o comunicado do M.T. — de despedimentos será acompanhada não só da lista de trabalhadores a despedir e de documentaos escritos contendo as razões de ordem económica, financeira ou técnica, bem como todas as informações necessárias à apreciação dos motivos invocados».

«A pretensão da administração da Timex de reduzir a laboração a três dias por semana, configura-se como uma verdadeira redução de horário acompanhada da correspondente redução salarial. Ora — considera ainda o M.T., estando em vigor a resolução do Conselho de Ministros de 12 de Junho de 1975 que transfere para o Governo a competência para aprovação de horários reduzidos a menos de 45 horas, só o Conselho de Ministros poderá pronunciar-se sobre a alternativa proposta».

Mais uma tomada de posição do Ministério face ao «Caso Timex». Só que o plano da administração se continua a desenrolar com precisão e pontualidade.

Rendeiros do Norte exigem legislação imediata

. «A aplicação da Lei do Arrendamento Rural significa melhor vida para cerca de metade da população agrícola do Norte» — afirmam os rendeiros através da comissão coordenadora do MARN, em mensagem enviada ao Presidente da República e ao ministro da Agricultura.

Os rendeiros discordam da revogação do n.° 2 do art.° 14 do Decreto-Lei 201/75, que lhes retira a garantia de 18 anos do contrato escrito. Os rendeiros justificam a sua posição no facto de essa revogação, feita com base no regresso de senhorios emigrantes e retornados, acabar por abranger, na prática, todos os senhorios.

Assim o MARN exige, em nome de milhares de rendeiros, «que o direito de retomar as terras antes de 18 anos de contrato seja apenas exercido por senhorios emigrantes e retornados em más condições económicas» e ainda que o mesmo só possa ser exercido «dentro do prazo de um ano a contrar da data da entrada definitiva em Portugal, de acordo com o n.° 1 do art.° 14 do Decreto-Lei 201/75». Os rendeiros exigem legislação imediata para proteger e indemnizar os rendeiros despedidos nessas condições, com base, aliás, no art.° 16 daquele diploma.

Contestam, também a afirmação do Ministério de que «as comissões arbitrais não têm provado ser funcionais» pois o que é verdade «é que elas nem sequer se têm constituído». A solução portanto (dizem os rendeiros) não é acabar com elas mas dar imediatamente instruções ao IRA para as constituir». O MARN manifesta a disposição de colaborar com as comissões arbitrais.

O MARN contesta a resposta recebida do Ministério sobre «situações de conflito entre pquenos proprietários e rendeiros». O que existe, nas muitas dezenas de casos tratados pelo MARN, «são conflitos entre rendeiros e grandes proprietários ou absentistas, que recorrem a todos os meios, violentos e ilegais, para não cumprirem a Lei do arrendamento». A propósito, o MARN aponta exemplos na mensagem enviada ao Presidente da República e ao ministro da Agricultura, verificando-se casos de senhorios ricos e absentistas, que possuem quintas arrendadas e rendimentos de prédios urbanos, que já evocam a revogação daquela disposição da Lei do Arrendamento para recuperar terras e despedir rendeiros, a pretexto de que precisam da terra «para subsistir». Perguntam os rendeiros: «Por justiça quem deve ficar na terra?» Exigem, assim, que aquela disposição legal deve ser «corrigida rapidamente» até porque da parte do MARN e dos rendeiros, nunca esteve em causa a atenção que merecem os senhorios pobres. O que não aceitam é que, a coberto da lei, que revoga artigos sobre o arrendamento rural, os senhorios absentistas e com outros rendimentos venham pôr em causa a subsistência de rendeiros muitas vezes idosos e, esses sim, muitas vezes pobres. Já há casos em Tribunal que visam os interesses desses rendeiros pobres — acrescenta o MARN, que considerando que não é justo que tal se passe «sem que existam comissões arbitrais para ajudar e esclarecer os rendeiros».

O MARN E AS LIGAS AGRÁRIAS

«Só o MARN está disposto a uma discussão aberta e amigável com os elementos do secretariado provisório das Ligas do Porto, pois a nossa luta é comum» — afirma o Movimento dos Rendeiros do Norte,

O MARN refere-se a recentes declarações do secretariado das Ligas Agrárias, em conferência de Imprensa; e acrescenta: «O nosso movimento não contribui para dividir os agricultores e decidiu-se avançar para a formação de secções de rendeiros nas ligas, conforme a opinião do seu secretariado provisório. Para isso, haverá a colaboração das comissões de rendeiros já formadas ou a formar».

Metalúrgicos preparam greve para quinta-feira

«Não houve tentativa que não fizéssemos, nem porta a que não batêssemos» — afirmam, num comunicado, os delegados sindicais da Metalúrgia e Metalomecânica, no qual confirmam a paralisação para depois de amanhã, das 15 às 17 horas.

«A maior parte do nosso contrato colectivo vertical está por negociar; muitos patrões reaccionários negam-se a cumprir a Portaria de 8 de Setembro; o custo de vida continua a subir em flecha; a contratação colectiva está congelada; o ministro Tomás Rosa e o secretário Marcelo retiram credenciais às Comissões de Trabalhadores; os patrões sabotadores regressam às empresas; o decreto de controlo da produção não é publicado; os trabalhadores são afastados da gestão da Previdência; o desemprego aumenta e os atentados bombistas contra trabalhadores e suas organizações sucedem-se».

«É tempo de dizer BASTA — declaram os metalúrgicos — chegou a hora de mais uma vez mostrarmos a nossa força! É preciso que os patrões e os que governam saibam que os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica não se vergam, que lutamos e lutaremos pelos nossos direitos, que nada nem ninguém nos vergará».

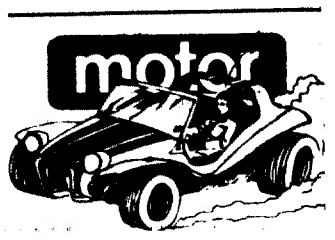
DEPOIS DA FUGA DO PATRÃO

Os padeiros decidem unificar estabelecimentos

Os trabalhadores dos quatro estabelecimentos de panificação, cujo patrão fugiu para o Canadá com 17 pessoas da família, decidiram a unificação dos estabelecimentos e a centralização da caixa, como primeiras medidas a tomar para fazer face à situação em que se encontram.

Os cerca de 200 trabalhadores da Padaria Roma, a Panificação Canadá, a Sociedade Panificadora do Campo Pequeno e a Padaria Estrela Polar estão agora em serias dificuldades, pois o patrão, Henrique de Carvalho, não tinha escritórios nem escrita. Desconhecem, por isso, quem lhes deve e a quem a empresa deve.

Para já, os trabalhadores não esperam receber o salário deste mês, dado que o patrão levou todo o dinheiro em caixa. A fuga do patrão não foi de todo inesperada. Henrique de Carvalho tinha já em funcionamento uma padaria no Canadá. Restava-lhe apenas ir tomar conta do negócio.



FESTA EM PENAFIEL

No próximo domingo, dia 29, terá lugar em Penafiel uma «festa dos trabalhadores agrícolas». O MARN estará presente com uma delegação, para além dos rendeiros que individual ou colectivamente queiram particiar na festa.

Pedida a nacionalização duma empresa estrangeira de adubos

Os trabalhadores da Sapec, empresa de adubos, recusam ser marginalizados em relação ao mercado nacional, e sugerem a nacionalização da empresa como forma de ficar em pé de igualdade com as restantes unidades industriais do sector.

Em plenário realizado ontem à tarde, foi aprovado um relatório apresentado pela comissão de trabalhadores, focando três pontos: «Os mil trabalhadores da Sapec defendem a manutenção dos seus postos de trabalho, objectivo legítimo a que qualquer trabalhador tem direito; nada têm de comum com a administração (estrangeira) e repudiam a sua defesa; consideram que cabe ao Governo a iniciativa que conduz à ultrapassagem dos problemas existentes na empresa com a salvaguarda responsável dos postos de trabalho».

Este relatório sera apresentado, amanhã, ao secretário de Estado da Indústria Pesada.

Recorde-se que a Sapec, de capital estrangeiro, é a única unidade industrial produtora de adubos não nacionalizada.

CENTROS DE FÉRIAS DO INATEL

Abrem amanhã, prolongando-se até dia 15 de Março, as inscrições para os centros de férias e parques de campismo do Inatel, Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores.

Os contactos estabelecem-se na sede daquele Instituto, na Calçada de Santana, 180, ou nas delegações distritais. Para prestação de informações, venda de impressos e recepção de inscrições, os serviços da sede funcionarão com o seguinte horário: de 25 a 27 de Fevereiro, das 9 e 30 às 12 e 30 e das 14 às 18; de 3 a 15 de Março, das 9 e 30 às 20, ininterruptamente, excepto aos sábados e domingos.

SOLIDARIEDADE COM A BLANDY BROTHERS

Os trabalhadores da Eni/Mitrena (Setenave) estão solidários com a luta das operárias da Blandy Brothers, fábrica de material eléctrico e electrónico da Madeira, e propõem ao Sindicato dos Electricistas que promova a forma de luta mais adequada junto dos seus associados, no sentido de unir forças «contra os despedimentos e contra todos os nossos inimigos de classe».

Segundo comunicado que nos enviaram, as operárias da Madeira, em luta pelo direito ao trabalho, «estão isoladas, sujeitas a todas as pressões e sem qualquer apoio».

UMESCLARECIMENTO

A comissão de delegados sindicais do Banco da Agricultura solicita-nos a rectificação de algumas informações por nós relatadas no passado dia 14, reconhecendo que talvez tenham derivado de «um deficiente esclarecimento» da sua parte.

«Quando nos referimos ao saneamento por despedimento do sr. Francisco Trindade Calha, ele verificou-se por prepotências, conivência com a ex-administração capitalista e por ser agente de boicotes ao caderno reivindicativo e ao saneamento. De facto, referimos a participação desse senhor em operações ilícitas (vulgo saco azul), muitas em relação a empresas de construção civil (as que ele agora inquira sobre o 25 de Novembro), mas tal não foi motivo do seu saneamento, tão só porque não havia, na data, provas de tal implicação — foi só após a nacionalização em 14 de Março que os trabalhadores puderam fazer o levantamento de situações deste tipo».

MEMBROS DO GOVERNO NO PORTO

Em visita de trabalho, encontram-se hoje no Porto o secretário de Estado da Segurança Social, eng.° Vítor Manuel Gomes Vasques, e o secretário de Estado do Emprego, eng.° Tito de Morais.

O eng.° Gomes Vasques manterá contactos com o Governo Civil daquela cidade, deslocando-se, amanhã, às Caixas de Previdência de Viana do Castelo e Braga.

Por seu turno, o eng.° Tito de Morais terá sessões de trabalho na delegação do Porto do Serviço Nacional de Emprego, e uma reunião na comissão de planeamento da região Norte. Os problemas a tratar são inerentes à interligação regionalização-emprego.

CUF APOIA RECONHECIMENTO

«Convicta de interpretar o sentir dos milhares de trabalhadores que representa», a Comissão de Unidade de Trabalhadores da CUF manifestou publicamente o seu apoio à decisão «histórica» do Presidente da República ao reconhecer a República Popular de Angola.

Os trabalhadores da CUF regozijam-se «pela vitória do bom-senso, da razão e da dignificação do nome da Nação portuguesa», e consideram que o reconhecimento, «além de consagrar uma grande vitória dos povos oprimidos, significa a defesa dos interesses do nosso povo e dos sacrificados retornados de Angola que, deste modo, vêem surgir no horizonte a esperança de uma vida melhor, mais justa e fraterna, rumo à sociedade socialista por que todos os povos anseiam».

Estrangeiro

7 de Novembro de 1967. O Poder soviético tem 50 anos. Impera já uma sociedade socialista desenvolvida. Na foto: os trabalhadores desfilam na Praça Vermelha, comemorando cinquenta anos de luta e abnegação

A PROPÓSITO DO XXV CONGRESSO DO P.C.

Seis décadas de

Vinte anos de luta pelo poder e sessenta anos de edificação duma sociedade socialista, rumo ao comunismo — eis, em suma, a vida do Partido Comunista da União Svoética (PCUS), cujo XXV Congresso se inicia hoje em Moscovo. O projecto do décimo plano quinquenal para 1976-1980, que tem estado a ser discutido pelo povo soviético e que será aprovado pelo Congresso, visa « a elevação do nível de vida e do nível cultural do povo, com base no desenvolvimento dinâmico e equilibrado da produção social e aumento da sua eficácia, na aceleração do progresso científico-técnico, no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade do trabalho em todos os escalões da economia nacional». Consolidado há muito o regime socialista na União Soviética, o povo, que, antes de 1917, gemia sob a opressão czarista, caminha hoje a passos seguros e firmes para a realização do princípio marxista, que a muitos povos parece ainda uma máxima do reino da utopia: «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades».

«O proletariado russo sacudirá o jugo da autocracia, a fim de prosseguir com a máxima energia a luta contra o capitalismo até à vitória completa do socialismo» — eis o compromisso assumido no Manifesto saído do I Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR), constitutivo do partido que mais tarde viria a denominar-se Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Quando, na Primavera de 1898, nove delegados de seis organizações social-democratas — era essa então a designação das organizações marxistas revolucionárias — se reuniram secretamente numa raa discreta da cidade de Minsk, para se fundirem num único partido, estava dado um passo gigantesco para a História da humanidade. Na verdade, esses seis homens iriam fundar, sob a orientação ideológica de Lenine — consagrada na sua obra «As tarefas dos sociais-democratas russos» — o partido que iria fazer a primeira revolução socialista vitoriosa da Humanidade. De 1898 a 1917 o novo partido, no qual confluiam várias organizações — uma das quais a «União de Luta» de Lenine — preparou a conquista do poder. Seis congressos serão dedicados a essa questão fundamental. Quando foi apontada a tarefa imediata da «Revolução Socialista», estávamos em Julho-Agosto de 1917. Daí a dois meses, eclodia a Grande Revolução Socialista de Outubro. Se o I Congresso fica a assinalar o nascimento do futuro Partido Comunista da União Soviética, o certo é que só depois do II Congresso, reunido daí a cinco anos, a nova formação adquiriu as caracteríticas de «partido novo», leninista, dotado de programa único, estatutos, e centro de direcção. Nasce com o segundo Congresso o bolchevismo, saído da divisão que se operou no seio da organização entre os partidários de Lenine (a maioria, que em russo se diz *bolchinstvo*) e os de Martov (a minoria, *menchinstvo* em russo). A corrente menchevique, inspirada no revisionismo de Bernstein, negava a necessidade da luta política do proletariado e, por consequinte, a dum partido que fosse a força dirigente do movimento operário. De 1900 a 1903, travou-se um duro combate ideológico contra o revisionismo e o economicismo da corrente de Martov. O jornal «Iskra» (a chama), fundado por Lenine, teve um papel fundamental nessa luta.

Lenine foi a alma do II Congresso, que em Julho-Agosto de 1903 realizou os seus trabalhos em Bruxelas e Londres, com a presença de representantes de vinte e seis organizações sociais-democratas.

O Congresso encerrou os seus trabalhos, adoptando um programa, que apontava uma tarefa imediata ao partido (a instauração da república democrática — programa mínimo) e o seu objectivo final (o derrube do capitalismo e a instauração da ditadura do proletariado para a transformação socialista da sociedade — programa máximo).

O resultado deste Congresso foi a criação dum partido marxista revolucionário, segundo os princípios ideológicos, políticos e de organização elaborados por Lenine.

DA INSURREIÇÃO ARMADA À REVOLUÇÃO SOCIALISTA

O III Congresso, reunido em Londres, em Abril de 1905, decorre na época da primeira revolução democrática burguesa da Rússia. O O problema que o partido tinha de resolver era o da definição do seu comportamento político na revolução. A corrente menchevique, que normalmente se mantinha ainda no partido, praticava uma política conciliatória com a burguesia, incitando a classe operária a subordinar-se aos liberais, que, mediante umas reformas (a criação duma monarquia constitucional) queria afastar a revolução. Todas as organizações do POSDR foram convocadas para Londres, mas os mencheviques preferiram reunir sòzinhos em Genebra.

Em face da situação criada na Rússia, o partido decidiu que a sua tarefa prioritária fosse a da preparação e organização de uma insurreição armada à escala nacional, único meio de derrubar a autocracia, e de realizar o programa mínimo. As decisões do Congresso orientavam o partido para a hegemonia do proletariado na revolução e para a sua aliança com o campesinato, a fim de neutralizar a política oportunista da burguesia e de instaurar a ditadura do proletariado e do campesinato. Lenine consagrou a sua obra «Duas táticas da social-democracia na revolução democrática» à análise das decisões do III Congresso e da conferência dos mencheviques em Genebra.

O problema agrário do Partido dominou o IV Congresso, reunido em Estocolmo em Abril de 1906, quando a revolução russa estava já em declínio. Este Congresso foi o da unificação: 46 delegados bolcheviques contra 62 delegados mencheviques adoptaram um programa agrário, de inconsequente carácter revolucionário. Enquanto Lenine defendia um programa agrário baseado na transformação revolucionária de todo o velho sistema fundiário, através duma profunda democratização do regime social e político e da nacionalização de todas as terras, os mencheviques apoiavam uma solução reformista e reaccionária para a questão.

A Igreja da Fraternidade de Londres foi o cenário do último Congresso em que bolcheviques e mencheviques se reuniram juntos. Cento e cinquenta mil membros de 145 organizações do partido se reuniram nesse mês de Maio de 1907, para debater entre outras um problema essencial: o da atitude a adoptar em relação aos partidos burgueses, problema directamente ligado à questão de saber quem pode e deve ser a força predominante na revolução democrática burguesa. As atitudes contra-revolucionárias que os partidos burgueses (cuja hegemonia era preconizada pelos mencheviques) haviam adoptado durante a revolução confirmaram a justeza das análises bolcheviques. O Congresso adoptou a resolução de Lenine, sublinhando a necessidade de travar uma luta intransigente contra o liberalismo contra-revolucionário, de arrancar os partidos pequeno-burgueses à sua influência, fazendo-os participar como aliados do proletariado na luta contra o czarismo.

Dez anos separam o V do VI Congresso. Dez anos, durante os quais a Rússia percorrera diferentes etapas do seu processo revolucionário. De 1907 a 1910, a revolução democrática — em declínio por alturas do V Congresso — fora seguida dum período de feroz reacção, e depois de quatro anos de florescimento revolucionário, da I Guerra Mundial e, finalmente, da revolução democrática burguesa de Fevereiro de 1917, que assinalou a queda da monarquia. Formara-se, entretanto, uma dualidade de poderes: dum lado, os sovietes de deputados operários e soldados, do outro, o governo provisório burguês. Os sovietes, apoiados nas massas armdas, representavam o poder real, enquanto o governo era apenas apoiado pelos partidos oportunistas (mencheviques e socialistas revolucionários).

A tarefa imediata que o VI Congresso assinalou ao Partido foi a da revolução socialista. Por via pacífica ou por insurreição armada? Nas suas «Teses de Abril», Lenine orientava o partido no sentido de desenvolvimento pacífico da revolução, dada a circunstância de existir um novo poder de Estado, formado pelas próprias massas: os sovietes. Mas a política dos partidos oportunistas, que controlavam os sovietes, permitiu que as forças contra-revolucionárias se apoderassem do poder. As condições criadas levaram a que o proletariado e o campesinato só pudessem conquistar o poder pela força das armas. Em Petrogrado (a antiga S. Petesburgo) os congressistas apoiaram a tese de Lenine sobre a possibilidade da vitória do socialismo inicialmente num pequeno número de países ou mesmo num só. A preparação da insurreição armada tornou-se a questão mais urgente da táctica dos bolcheviques.

A etapa histórica encetada

Dezembro,

O regime ezarista numa sátira revolucionária: 1-«Reinamos sobre vós»; 2-Quem vos governa somos nós»; 3-«Quem vos abençoa somos nós»; 4-«Quem vos fuzila também somos nós»; 5-«Comemos por vós»; 6-Quem vos alimenta somos nós»; «Trabalhamos por vós.» E no sopé da pirâmide: «Mas virá o dia em que o povo se levantará...»

O primeiro tractor sai de um

C.U.S.

Socialismo

, 1917: na frente, os soldados saúdam o armistício

pelo I Congresso de Minsk chegava ao fim em Petrogrado. Nova etapa se iniciava agora: pela primeira vez na lhistória da humanidade, um partido defrontava a tarefa da construção do socialismo. Os Congressos que doravante se seguem são os marcos que assinalam essa tarefa e a subsequente missão de construir o comunismo.

na fábrica de Estalinegrado (1930)

DO SOCIALISMO AO COMUNISMO

A obtenção da paz era essencial para a salvaguarda do poder dos sovietes, que se implantara por toda a Rússia nos dois ou três primeiros meses que se seguiram à revolução de Outubro. O apelo para a conclusão imediata duma paz justa e democrática que o primeiro governo proletário do mundo enviara a todos os povos e governos não fora ouvido. Os imperialistas viam que a guerra era a grande oportunidade de derrubar o governo revolucionário. A luta contra as posições dos «comunistas de esquerda» e de Trotsky nesta questão crucial dominou os trabalhos do Congresso. A posição de Lenine venceu por maioria de votos, o que garantiu a pausa necessária para que a República dos Sovietes criasse o Exército Vermelho operário e camponês. Foi ainda neste Congresso que o Partido decidiu mudar de nome, passando a chamar-se Partido Comunista Bolchevista, traduzindo, deste modo, o objectivo final da sua acção: a criação duma sociedade comunista.

A guerra civil e a intervenção estrangeira pertubaram os planos de edificação pacífica do socialismo. Em pleno período de luta contra os guardas brancos (apoiados pelas grandes potências EUA, Grã-Bretanha, Franca, Japão), o partido reúne o seu VIII Congresso, no qual é elaborado o novo programa (o primeiro, adoptado em 1903 estava cumprido). A aliança do proletariado e do campesinato pobre com o campesinato médio, foi de particular importância para a salvaguarda da revolução.

No ano seguinte, a intervenção armada contra-revolucionária estava a chegar ao fim, quando se reuniu o IX Congresso, cuja tarefa principal foi a da construção da economia nacional, assente na necessidade de centralizar a administração do Estado e de estabelecer a direcção única nas empresas.

O IX Congresso, reunido em Março de 1921, marca uma viragem na política do partido: a passagem do «comunismo de guerra» à nova política económica (NEP). A requisição dos excedentes de cereais aos camponeses, a interdição do comércio livre, o trabalho obrigatório que as circunstâncias de gùerra tinham imposto em 1919, eram agora postas de lado. Num país em que o campesinato era maioritário, havia que, em tempo de paz, permitir a troca de cereais por produtos manufacturados, e autorizar o comércio livre dos excedentes de produtos alimentares. Segundo Lenine, a tarefa do Estado proletário nestas condições (isto é, partindo da existência do mercado e tendo em conta as suas leis) consistia em controlar esse mercado, e assegurar a sua regulação bém como a da circulação fiduciária. A nova política económica visava assegurar a solidificação da aliança da classe operária com o campesinato, a fim de transformar a pequena produção em grande produção socialista.

Este Congresso ficou ainda assinalado pela proibição das actividades divisionistas no seio do Partido, por se considerar que a unidade era uma das condições decisivas da força e da invencibilidade da ditadura do proletariado.

«Aprender a fazer comércio» — eis o ponto fulcral em debate no XI Congresso, o último a que assistiu Lenine, aquele em que Estaline é eleito para o cargo então criado de secretário-geral do Comité Central do Partido. Neste Congresso, que decorreu em Março-Abril de 1922, fez-se o balanço do primeiro ano da recuperação da economia no quadro da NEP.

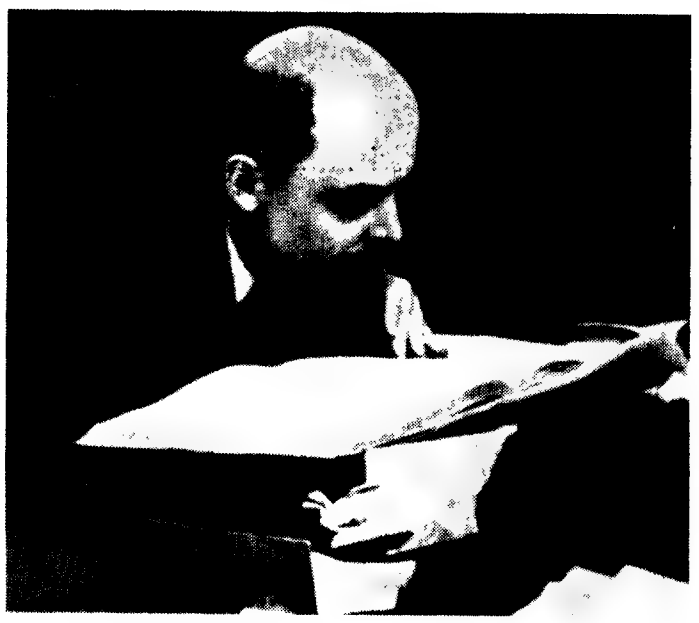
Em Abril de 1923 reúne o XII Congresso, que será consagrado aos problemas vitais da política económica. O progresso da indústria, a electrificação do país, a eliminação das desproporções nos preços dos artigos manufacturados e a supressão da desigualdade económica e cultural das nações e minorias nacionais da URSS, legadas pelo regime de exploração — eis os problemas abordados por este Congresso, e cuja solução estava contida no plano leninista da edificação do socialismo. Foi esse plano que determinou a linhas gerais da política do partido.

Quando em Maio de 1924 se reuniu o XIII Congresso, Lenine havia desaparecido do mundo dos vivos há quatro meses. As ideias e os desejos de Lenine sobre a construção da economia e sobre o reforço da direcção colegial e a formação dum Comité Central estável foram discutidas neste Congresso. Trotsky e os seus partidários são qualificados de desviacionistas reformistas.

«A luta pela vitória da edificação socialista na URSS é o objectivo essencial do nosso partido» — esta decisão do XIV Congresso, que reuniu em Dezembro de 1925, assinala a vitória das teses de Lenine quanto à edificação do socialismo num só país, sobre as teses de Trotsy e da «nova oposição» (Zinoviev, Kamenev). Foi decidido que a garantia do êxito da construção socialista estava na rápida industrialização, na transformação da URSS (país importador de máquinas e bens de equipamento) num país exportador, garantindo a sua independência face ao mundo capitalista.

Na sequência da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Partido passou a ser designado por Partido Comunista (bolchevista) da URSS.

Dois anos depois, em Dezembro de 1927, reunia o XV Congresso. Dez anos tinham passado sobre a data da Grande Revolução de Outubro, e, ao fim desse tempo, podiam assinalar-se já os primeiros progressos na industrialização. Inaugura-se agora a era dos planos quinquenais, do desenvolvimento planificado da economia nacional na via do socialismo. É decidida a colectivização da agricultura, pois enquanto no campo da indústria se registavam progressos satisfatórios, a produção agrícola mal chegava para satisfazer as necessidades dos próprios camponeses. Para resolver o problema da escassez dos géneros alimentícios, foram



Lenine na presidência do IX Congresso

Militantes do P.C.U.S.: 1905-8400; 1917-350 000; 1937-1 981 697; 1957-7 494 573; 1974-15 025 915; 1975-15 294 803

criadas uma larga rede de explorações agrícolas colectivas, que funcionavam como cooperativas de produção, assim como grandes explorações agrícolas estatais (sovkhozes).

Este Congresso ficou ainda assinalado pela expulsão dos trostskystas-zinovievistas, considerado elementos anpartido.

O XVI Congresso, reunido em Junho-Julho de 1930, em plena época de depressão do sistema capitalista internacional, decorreu sob o signo da «ofensiva geral do socialismo». Os primeiros frutos do primeiro plano quinquenal estavam a surgir na forma de centrais eléctricas, fábricas metalúrgicas, construções mecânicas. Pela primeira vez na história do país, a participação da indústria na economia nacional (53 por cento) ultrapassava a da agricultura (47 por cento). A colectivização da agricultura dava também os seus frutos. Em contraste com isto, o mundo capitalista afundava-se numa depressão sem precedentes. Chegara a hora da ofensiva socialista: com vista às novas tarefas, o Congresso decidiu a modificação do funcionamento das organizações do partido, dos organismos de Estado e das organizações sociais.

Em 1934, quando se reuniu o XVII Congresso, a guerra ameaçava a Europa, com a asecensão do nazi-fascismo. O Congresso recomendou ao Comité Central a prossecução duma política consequente de paz, com o reforço dos laços de negócios com todos os países. Mas, ao mesmo tempo, havia que reforçar a capacidade de defesa da URSS. Por outro lado, traçou-se o balanço da reconstrução socialista da economia. O partido havia asseguraeo os fundamentais da economia socialista, a transformação dum país agrícola em país industrial a passagem do grosso do campesinato da pequena produção para a grande produção colectiva socialista. Foi aprovado o segundo plano quinquenal de desenvolvimento, prevendo-se a total concretização da reconstrução ténica da economia do país.

Em Março de 1939, os comunistas soviéticos realizam o seu XVIII Congresso, quando o capitulacionismo das potências ocidentais em Munique não deixava lugar a dúvidas sobre o desencadear da guerra. Lutar activamente pela salvaguarda da paz e para afastar a agressão fascista, dar prova de prudências, a fim de não ceder às provocações e de não deixar arrastar o país dos sovietes para quaisquer conflitos reforçar, por todos os meios as Forças Armadas da URSS fortalecer os laços internacionais com os trabalhadores dos outros países — foram as recomendações do Congresso para responder à ameaça de guerra que a URSS enfrentava 22 anos depois da revolução. A tarefa fundamental que ficou assinalada no domínio da economia foi a de alcançar e ultrapassar os países capitalistas mais evoluidos na producão

Continua na pág 12

Estrangeiro

Seis décadas de socialismo

Continuação da pág 11

por habitante. Foram adoptados novos estatutos do partido, tendo em conta as modificações radicais sobrevindas na estrutura de classe da sociedade soviética e reflectindo a necessidade do desenvolvimento posterior da democracia no interior do partido.

O SISTEMA SOCIALISTA

Durante treze anos, ficaram interrompidas as realizações dos Congressos do PCUS. Quando o XIX reuniu, em 1952, o país dos sovietes tinha terminado vitoriosamente uma guerra heróica contra os invasores nazis, que havia custado a vida a um milhão de patriotas. A recuperação da economia estava já então praticamente conseguida, e a URSS podia abordar nova etapa do seu desenvolvimento.

Este Congresso, que, uma vez mais, alterou a designação do partido, retirando a especificação de «bolchevista» — pois os mencheviques há muito haviam desaparecido da cena política — adoptou uma nova redacção dos estatutos do partido, e analisou as modificações radicais, que haviam ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial. A criação do sistema socialista mundial é de importância decisiva para o posterior desenvolvimento histórico. O socialismo deixa de ser circunscrito a um único país, e os progressos incessantes que a comunidade socialista vai conhecer de então para cá contribuem cada vez mais para minar o sistema capitalista, assenta na exploração e opressão.

O XX Congresso, reunido em Fevereiro de 1956, ficaria conhecido como o Congresso da eliminação do culto da personalidade e da correcção dos erros estalinistas. Mas foi também o Congresso sobre o orientação para o reforço das posições internacionais do socialismo, tendo desempenhado um papel eminente no desenvolvimento da URSS e do movimento comunista mundial. Na sua análise da situação internacional, o Congresso partiu da divisão do mundo em dois sistemas mundiais: capitalista e socialista, cuja competição e confronto marcam os aspectos fundamentais da vida económica, política e ideológica dos povos. Os documentos do Congresso desenvolvem vários problemas teóricos vitais: a coexistência pacífica de países de diferentes regimes sociais, a possibilidade de afastar uma nova guerra mundial na época actual, as formas de passagem de diferentes países ao socialismo. O Congresso traçou ainda o balanço do quinto plano quinquenal e adoptou as directrizes para o sexto. As quwstões relativas ao reforço do regime social e político e ao desenvolvimento da democracia socialista ocuparam também um importante lugar nos trabalhos.

A vitória definitiva do socialismo na URSS — eis o que os congressistas reunidos quarenta e dois anos após a revolução podem constatar no XXI Congresso, no qual se elege uma comissão para preparar o projecto do novo programa do PCUS. As tarefas do septanato 1959-1965 são examinadas, sendo aprovadas as directrizes para o plano de desenvolvimento da economia nacional nesse período. Agora que o socialismo havia transbordado do quadro dum só país, o que constituia uma profunda mudança da relação de forças no mundo favorável ao socialismo, agora que o socialismo estava definitivamente consolidado, o o país dos sovietes entrava em novo período do seu desenvolvimento, o da edificação duma sociedade comunista, o do triunfo do princípio «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades».

O Palácio dos Congressos, de construção recente, albergou os participantes no XXII Congresso em Outubro de 1961, cujos debates foram travados em torno do terceiro programa do partido, o da edificação do comunismo. De 1919 a 1961, os soviéticos haviam cumprido as tarefas assinaladas no seu segundo programa, apesar das graves destruições materiais e humanas causadas pela invasão nazi. O novo programa formulava as seguintes tarefas: criação da base material e técnica do comunismo, transformação das relações socialistas em relações comunistas, educação de todos os trabalhadores num espírito de alta consciência comunista. O programa fazia também uma análise do processo revolucionário mundial ligado ao reforço do poder do sistema socialista, à liquidação do sistema colonial do imperialismo, ao acréscimo do movimento comunista e operário internacional.

Para novas tarefas, novos estatutos. Os estatutos adoptados no congresso prevêem um novo acréscimo do papel e da responsabilidade dos comunistas soviéticos, do desenvolvimento da democracia no seio do partido, da iniciativa e da autonomia das organizações do partido.

A um ano do cinquentenário da Revolução, reuniu o XXIII Congresso, em Março-Abril de 1966. Leonid Brejnev foi eleito secretário geral do Comité Central do partido, neste congresso que tratou essencialmente da concretização das tarefas de edificação do comunismo. Sublinhou-se o papel especialmente importante da aceleração do progresso social e técnico no desenvolvimento das forças produtivas e melhoria do bem-estar dos trabalhadores. Indicou-se a necessidade de reforçar os métodos e os estimulantes económicos na gestão da economia nacional, de melhorar a planificação e de alargar a iniciativa e a autonomia económica das empresas, dos *sovkhozes* e dos *kolkhozes*. Por outro lado, acentuou-se a necessidade da consolidação do sistema socialista mundial, principal força revolucionária da nossa época. O Congresso discutiu, além disso, os problemas relativos aos êxitos dos movimentos de libertação nacional dos povos da Ásia e da África, à luta contra o imperialismo, pela defesa da paz, da democracia e do socialismo.

A adopção do programa de paz e a definição da tarefa principal do novo plano quinquenal (elevação considerável do bem-estar dos trabalhadores) caracterizaram o XXIV Congresso, realizado em Março-Abril de 1971. O Congresso, que durou onze dias, foi o que teve maior número de delegados, representantes de 14 455 321 comunistas.

O Congresso estabeleceu um programa cientificamente fundamentado de desenvolvimento económico, social, político e cultural da sociedade soviética, assim como da política externa e interna do Estado socialista. Os objectivos da política externa do partido consistem, como no passado, em estreitar a unidade e a coesão dos países socialistas, a sua amizade e fraternidade, assegurando com eles as condições favoráveis à construção do socialismo e do comunismo, em apoiar os movimentos de libertação nacional e em praticar, em todos os domínios, a cooperação com os novos Estados nacionais, em defender o princípio da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, em ripostar firmemente às forças agressoras do imperialismo, em evitar um novo conflito mundial.

Este programa de paz, aceite pela grande maioria dos países, levou à convocação e realização da histórica Conferência de Segurança e Cooperação Europeias, concluída este ano em Helsínquia. Continuam entretanto as negociações para a limitação de armas estratégicas e para a redução mútua e equilibrada de forças na Europa Central. O programa de paz que tão brilhantes concretizações tem conhecido, será retomado e alargado no XXV Congresso que hoje se inicia em Moscovo.

Política e "business"

O acesso de moralidade aguda que atacou a América após Watergate, está a preocupar grandemente numerosas capitais ocidentais. Depois de ter mudado de presidente, reposto a CIA no seu lugar, «limpo» a administração e sacudido o venal poderio das multinacionais, eis agora que Washington se põe a exportar para todas as latitudes essa propensão purificadora tão alimentada de «má consciência» como de preocupações pré-eleitorais. Os inúmeros pares de luvas distribuídos por esse mundo, de Amsterdão a Tóquio, pela sociedade «Lookheed», só constituem, a falar verdade, a parte anedótica de um «escândalo» mais profundo.

As reacções registadas na Europa e no Japão após estas «revelações» são, pelo menos, muito ambíguas. Os protestos indignados, as negativas oficiais e os juramentos de inocência de tantos homens políticos, importantes alguns deles, não poderão ser tomados à letra.

A verdadeira surpresa situa-se a outro nível. Espantamo-nos bruscamente, mas «em privado», das actuações «inconsequentes» de um parceiro que, por razões que lhe são próprias, deixa por um momento de «fazer o jogo». Irritamo-nos ao ver subitamente oficial o que era simplesmente notório. Interrogamo-nos, enfim, acerca dos riscos comerciais que hoje correm os Estados Unidos, que, se condenarem os seus futuros parceiros a revelações eventuais, poderão muito bem perder alguns mercados.

De facto, a corrupção é desde há muito característica dos meios comerciais e políticos dos países industrializados, mesmo que se denuncie regularmente — e com singular farisaísmo — o «sistema» em vigor numa grande parte do Terceiro Mundo. Dois elementos contribuíram há já alguns anos para agravar tais hábitos. Antes de mais as novas batalhas para a exportação que, ao reforçar o poder das multinacionais, atribuem à diplomacia tarefas que às vezes dizem exclusivamente respeito à procura do «mercado comercial». Em seguida, o incrível desenvolvimento das vendas de armas, que por vezes dá a políticos subalternos o poder exorbitante de arbitrar enormes mercados.

Nestes dois domínios, tornaram-se tão «necessários» os presentes discretos dados «às escondidas», que tanto em França como nos outros países, muito poucas empresas renunciam àquilo que já consideram despesas normais de «marketing».

Ver nisso um dos aspectos da crise do capitalismo ou até da «decadência ocidental», como já o fazem a agência Tass e o «l'Humanité», seria querer ignorar práticas vizinhas que até se encontram, por vezes, do lado de lá da cortina de ferro. A política e o comércio internacional têm muito a ver com a moral. É grande a tentação do «realismo» vagamente cínico.

E, vendo bem, essas provas que se acumulam, essas revelações sucessivas que deveriam esclarecer os povos sobre a «realidade dos factos», chegam indirectamente a um resultado que seria errado subestimar. Em muitos países, a juventude tem mais dificuldade em se adaptar a um tal realismo. A atracção que — apesar do seu dogmatismo —, os partidos revolucionários exercem nas classes políticas ou mesmo nos sistemas desacreditados, tem uma larga preocupação de limpeza, bastante refrescante. Não é, sem dúvida, por acaso, que, de Saigão a Paris, a moral se vai tornando a pouco e pouco um dos principais argumentos revolucionários, e que o recente apelo do Papa teve tamanho eco. O Partido Comunista teve razão ao fazer da moral um artigo de fé.

Quando a imoralidade política está a tal ponto institucionalizada por democracias «muito realistas», a virtude encontra todo o seu poder de subversão.

(c) — «Le Monde»

Brejnev reafirma a coexistência pacífica

MOSCOVO, 24 (serviço especial da «Novosti») — Nesta capital, no Palácio dos Congressos do Kremlim, inaugurou-se, hoje, o XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

O «Relatório do Comité Central do P.C.U.S. e as Actuais Tarefas do Partido no Domínio da Política Interna e Externa» foi apresentado pelo secretário-geral do C.C. do P.C.U.S., Leonid Brejnev.

Na parte do relatório referente «à situação no mundo e a actividade internacional do P.C.U.S.», Leonid Brejnev salientou que o Partido se preocupa, em primeiro lugar, em estreitar a unidade e reforçar a cooperação multilateral com os Estados Socialistas.

Graças à unidade, os países socialistas conseguiram realizar aquilo por que vinham lutando há muito tempo. Trata-se, antes de mais nada, da vitória do povo vietnamita, do recohecimento Universal da soberania da República Democrática Alemã e da afirmação do socialismo em terra cubana. O socialismo influi, já hoje, poderosamente sobre o pensar e o sentir de centenas de milhões de homens da Terra.

Ao referir-se às relações com a China, Leonid Brejnev assinalou que a política de Pequim, cujo objectivo é provocar uma guerra mundial, contradiz profundamente os interesses de todos os povos.

A União Soviética continuará a travar uma luta intransigente de princípios contra o maoismo. Se Pequim entrar pela via da cooperação e da solidarledade com o mundo socialista, isto terá a respectiva repercussão da nossa parte, e abrir-se-á a possibilidade de desenvolvimento de boas relações entre a U.R.S.S. e a R.P. da China. Tudo depende da parte chinesa.

Ampliaram-se e fortaleceram-se os contactos da União Soviética com os países em vias de desenvolvimento. A União Soviética dá todo o seu apoio aos legítimos anseios dos Estados recém-constituídos e a sua decisão de se libertarem por completo da exploração imperialista.

O principal aspecto da política da U.R.S.S. em relação aos Estados capitalistas, foi e continua sendo a luta pela afirmação dos princípios da coexistência pacífica. Nos últimos cinco anos, conseguiu-se um considerável progresso neste sentido. É na Europa que se notam melhor as mudanças operadas no sentido do desanuviamento e do fortalecimento da paz. Em consequência da Conferência Europeia de Helsínquia, criaram-se condições propícias para a manutenção e consoliação da paz em todo o continente. Agora, o principal é concretizar em actos práticos todos os princípios e acordos alcançados em Helsínquia.

A viragem para melhor nas relações entre a U.R.S.S. e os E.U.A. teve uma importância decisiva para a diminuição da ameaça de uma nova guerra mundial e para o fortalecimento da paz. O desenvolvimento em geral positivo das relações soviético-amerianas, é complicado, no entanto, pelo desejo de influentes forças dos E.U.A. de impedir este processo.

Leonid Brejnev salientou que o desenvolvimento da luta pela paz, a liberdade e a independência dos povos exige, agora, que sejam cumpridas, em primeiro lugar, as seguintes tarefas: Fortalecendo continuamente a unidade dos Estados Socialistas irmãos e desenvolvendo a sua cooperação multifacetada na construção da nova sociedade, elevar a sua activa contribuição conjunta para a consolidação da paz. Lutar no sentido de pôr termo à crescente corrida aos armamentos, perigosa para a paz, de passar à redução das reservas de armas até agora acumuladas e ao desarmamento, concentrar os esforços dos Estados amantes da paz na liquidação dos focos de guerra subsistentes e, antes de mais nada, na obtenção de uma regularização justa e duradoura no Médio Oriente, fazer tudo para aprofundar o desanuviamento internacional e plasmá-lo em formas concretas de cooperação reciprocamente vantajosa entre os Estados, seguir activamente a linha de plena concretização da Acta Final da Conferência Europeia e Desenvolvimento da Cooperação Pacífica na Europa. De acordo com os princípios da coexistência pacífica, prosseguir consequentemente o desenvolvimento das relações de cooperação mutuamente vantajosa a longo prazo, em diversos domínios, com os Estados capitalistas, tentar garantir a segurança na Ásia com base nos esforços conjuntos dos Estados deste continente, esforçar-se por concluir um tratado mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais, considerar como uma das tarefas internacionais mais importantes a plena liquidação de todos os vestígios do sistema de opressão colonial, de menosprezo da igualdade de direitos e da independência dos povos, assim como de todos os focos de colonialismo e racismo, lutar pela eliminação da discriminação e de quaisquer obstáculos artificiais no comércio internacional, bem como pela liquidação de todas as manifestações de desigualdade, imposição e exploração nas relações económicas internacionais.

Leonid Brejnev deteve-se detalhadamente no avanço do processo revolucionário mun-

Continua na pág 20

Inaugurado em Moscovo o XXV Congresso do P.C.U.S.

MOSCOVO, 24 — (FP e R) — Inaugurou-se hoje nesta capital o XXV Congresso do P.C. da U.R.S.S. descrito na Imprensa oficial como «o acontecimento político mais importante dos tempos modernos».

Brejnev, que ocupa o cargo de secretário-geral há onze anos, preferiu hoje o principal discurso no Congresso, que se espera esteja reunido em sessão até 5 de Março.

Não se esperam viragens políticas espectaculares, embora se julgue provável que Brejnev transforme o Congresso num conclave de consolidação e de continuidade e não de mudança.

A opinião geral em Moscovo era a de que Brejnev reafirmaria o «programa de paz» que traçou ao XXIV Congresso, há cinco anos, e que serviu como sanção formal do partido para a política de desanuviamento com países ocidentais.

Diplomatas ocidentais pensam que o problema principal de Brejnev seria o de encontrar novos objectivos políticos, de forma a manter o ritmo do desanuviamento, agora que foram materializados muitos dos seus fins originais.

O dirigente do Kremlin, de 69 anos, deveria certamente afirmar o compromisso de Moscovo, em princípio, com um novo pacto com os Estados Unidos sobre limitação de armas estratégicas (SALT).

As negociações encontram-se ainda num impasse devido a divergências acerca da situação de duas armas novas: o bombardeiro de reacção soviético e o míssil de cruzeiro norte-americano. Contudo, anunciou-se que o presidente Ford chegara a um novo compromisso SALT.

Na frente interna, aguarda-se que Brejnev saliente que a U.R.S.S. manterá a resistência a qualquer forma de influência ideológica «liberal» do Ocidente.

Funcionários soviéticos afirmaram, pelo menos, a um político visitante que haveria um congresso «sem mudança» no que respeitava à formação do Politburo, o organismo máximo do Kremlin.

Brejnev esteve gravemente doente, nos últimos dois anos, segundo se propagou frequentemente, e o extenso discurso — da última vez durou mais de cinco horas — será uma dura prova para o seu estado de saúde.

No entanto, não houve qualquer indicação em Moscovo de que Brejnev se pretenda afastar. Nas últimas semanas, tem-se dado realce à sua chefia pessoal, aparecendo frequentemente em público.

O Congresso, considerado na Imprensa Soviética como um «acontecimento histórico de tremendo significado internacional», contará com a comparência de 5000 membros do P.C. soviético e de comunistas de destaque de mais de 90 países estrangeiros.

Os convidados estrangeiros incluem o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, que pela primeira vez assiste a um congresso do P.C. soviético, e o dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P. Encontra-se também em Moscovo uma delegação de comunistas franceses, mas o secretário-geral do P.C.F., Georges Marchais, não assiste ao Congresso.

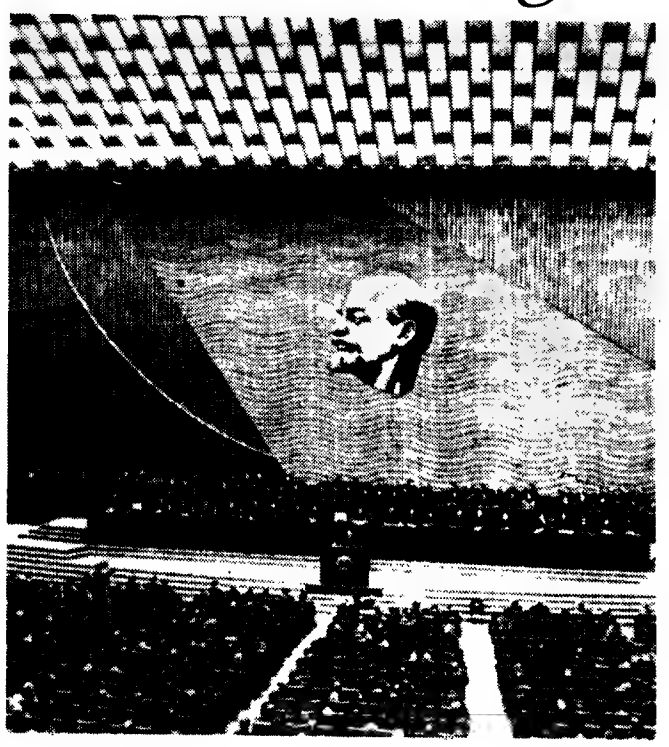
O relatório de Brejnev será completado de maneira exaustiva no plano económico pelo de Alexei Kossyguine, chefe do Governo, no sétimo dia do Congresso. Kossyguine apresentará o balanço do Nono Plano Quinquenal (1971-1975), salientando que ultrapassou os objectivos quanto ao conjunto da indústria e o nível de vida da população. Evocará igualmente «as condições meteorológicas catastróficas» de 1973 e 1975, que dificultaram os progressos da agricultura.

O Décimo Plano Quinquenal (1976-1980) visa essencialmente a obtenção de um desenvolvimento importante da indústria, numa óptica «qualitativa» e o desenvolvimento das trocas comerciais com os países capitalistas, no âmbito da «materialização do desanuviamento».

Para além destes dois relatórios, tendo por eixo a paz e o realismo, o Congresso, que deve durar uma dezena de dias, ouvirá as intervenções de delegados soviéticos e de convidados de partidos irmãos. Entre eles, o primeiro-ministro e dirigente do P.C. cubano, Fidel Castro, o presidente Romeno, Nicolae Ceausescu, e Enrico Berlinguer, secretário-geral do P.C. italiano.

Nos últimos dias, em data ainda não indicada, o Congresso elegerá o novo Comité Central, que escolherá imediatamente o novo Politburo o secretariado e o secretário-geral. Leonid Brejnev, secretário-geral cessante, deverá ser reeleito. Não se esperam em Moscovo modificações na composição actual do Politburo, que conta 14 membros desde a saída, em Abril de 1975, de Alexandre Chelepine, que não foi substituído.

Para este Congresso, a capital soviética foi totalmente limpa dos blocos de gelo e de neve, por equipas de moscovitas voluntários, sob um sol quese primaveril, embora o termómetro desça ainda a 10 graus negativos. Nas ruas ornamentadas e com montras apresentando decorações alusivas ao acontecimento, os milicianos (polícias) envergaram um novo uniforme. E esforçam-se por tornar a circulação mais fluída, saudando frequentemente os múltiplos automóveis oficiais que percorrem a cidade em todos os sentidos.



Aspecto do XXIII Congresso do P.C. soviético, realizado e Março-Abril de 1966. Neste Congresso, que tratou essencialme te da concretização das tarefas de edificação do comunism Leonid Brejnev foi eleito secretário-geral daquele partido

Caleidoscópio

■ ALBANY (NOVA IORQUE), 24 — (ANOP) — A legislatura do estado de Nova Iorque aprovou ontem uma lei segundo a qual o avião supersónico anglo-francês não poderá utilizar o aeroporto de John F. Kennedy, em Nova Iorque.

■ CONCORD (NOVO HAMPSHIRE), 24 — (R.) — O presidente Gerald Ford depara hoje com a sua primeira prova de popularidade na campanha eleitoral deste ano quando os eleitores do Novo Hampshire forem às urnas.

■ SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 24 — (ANOP e R.) — O secretário de Estado, orte-americano, Henry Kissinger, chegou ontem à Costa Rica, penúltima etapa da sua digressão por seis países da América Latina.

Kissinger segue hoje para a Guatemala.

Ontem, Kissinger, mostrou-se perplexo ao ser informado de que o antigo presidente Richard Nixon fizera uma declaração em Pequim que parece criticar o desanuviamento.

■ MADRID, 24 — (ANOP) — A possível renúncia do conde de Barcenola, pai do rei Juan Carlos à chefia da Casa Real Espanhola foi desmentida ontem em Madrid por Luis Maria Anson, secretário do gabinete de Informação do conde de Barcelona.

■ ROMA, 24 — (R.) — Roma será hoje virtualmente uma cidade fantasma quando milhões de trabalhadores da capital dos arrabaldes declararem uma greve geral de 24 horas.

A paralisação é o primeiro protesto organizado contra o novo Governo minoritário chefiado pelo primeiro-ministro democrata-cristão Aldo Moro que obteve um voto de confiança da Câmara dos Deputados, no sábado passado.

■ BUENOS AIRES — O jornalista brasileiro Sidney Marques dos Santos, que normalmente vivia na Argentina, teria sido preso no passado dia 15, segundo fonte bem informada. No entanto, a Polícia não teria confirmado tal prisão. Não havendo qualquer outra notícia sobre o jornalista, receia-se que esteja morto.

Ultimato à presidente da Argentina?

BUENOS AIRES, 24 — (ANOP) — A presidente Maria Estela Perón efectuou ontem conversações com altos dirigentes peronistas, os quais deveriam ter-lhe entregue um ultimato, exigindo uma profunda remodelação do seu gabinete ou, como alternativa, o abandono do cargo.

A senhora Perón marcara um encontro para ontem à noite com dez membros proeminentes do partido, o movimento operário e o bloco legislativo, tendo a sessão decorrido num ambiente de grande tensão.

Por seu turno, os três comandantes das forças armadas argentinas reuniram-se, dando a entender que, caso não seja alcançado um acordo para estabilizar o Governo civil, os militares poderão ascender ao Poder.

Os angolanos aplaudidos na conferência da O.U.A.

ADIS-ABEBA, 24 — (R) — Uma delegação angolana tomou o seu lugar pela primeira vez numa reunião da Organização de Unidade Africana quando ministros dos Negócios Estrangeiros da O. U. A. iniciaram ontem uma conferência.

Outros delegados aplaudiram quando os angolanos, representando a República Popular de Angola formada pelo M. P. L. A. entraram na sala de conferência.

No discurso de abertura da conferência de seis dias, o chefe do Estado etíope, general Teferi Bante recordou que após a Cimeira especial da O. U. A. aqui realizada, há seis semanas, o resto do Mundo interpretava a sua inconclusiva suspensão como malogro e afirmara que a África estava irremediavelmente dividida.

O general acrescentou que uma solução da disputa angolana fora agora encontrada — deixar que o povo angolano pronunciasse o veredicto, o que fizera.

A conferência debaterá a cooperação entre Estados árabes e africanos. Os angolanos são chefiados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Eduardo dos Santos.

O general Teferi Bante disse que a independência de Angola aumentara as perspectivas de independência de Zimbabwe (Rodésia) e da Namíbia (Sudoeste Africano).

EVENTUAL INTERVENÇÃO EM NAMÍBIA

HELSÍNQUIA, 24 — (R.) — A África do Sul tem de abandonar brevemente Namíbia (Sudoeste Africano) ou enfrentar a perspectiva de intervenção militar de tropas da O. N. U. ou de Cuba, segundo Ben Amathila, representante na Escandinávia, da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) foi citado como sendo dito por um diário de Helsínquia.

Entrevistado pelo jornal «Helsingin Sanomat», quando assistia a um congresso de movimentos de libertação efectuado neste fim-de-semana, Amathila declarou que a SWAPO podia pedir auxílio a Cuba sem a aprovação da O. N. U. se fosse necessário.

Se a África do Sul não abandonasse Namíbia até 31 de Agosto — prazo limite para eleições, controladas pela O. N.U., no território — A Assembleia Geral poderia aprovar uma resolução no sentido do envio de tropas voluntárias para ali combater, não obstante a possibilidade de um veto do Conselho de Segurança — declarou Amathila.

Segundo este, a SWAPO incrementou as suas operações militares em Namíbia e está activa na frente diplomática.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DA METALURGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

A LUTA CONTINUA

PELO RECOMEÇO DAS NEGOCIAÇÕES DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL NACIONAL
PELO CUMPRIMENTO DA PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
CONTRA A POLÍTICA REACCIONÁRIA DO MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
PELA REVALIDAÇÃO DAS CREDENCIAIS AS COMISSÕES DE TRABALHADORES
PELO CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
PELO CONTROLE DOS TRABALHADORES SOBRE A PREVIDÊNCIA
CONTRA O DESEMPREGO E PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA O TERRORISMO PELAS LIBERDADES E PELA DEMOCRACIA

PARALISEMOS TODOS

DIA 26 DE FEVEREIRO, DAS 15 ÀS 17 HORAS!

UNIDOS VENCEREMOS!

Espectáculos

Luzia Maria Martins encenou "O Preço da Vida"

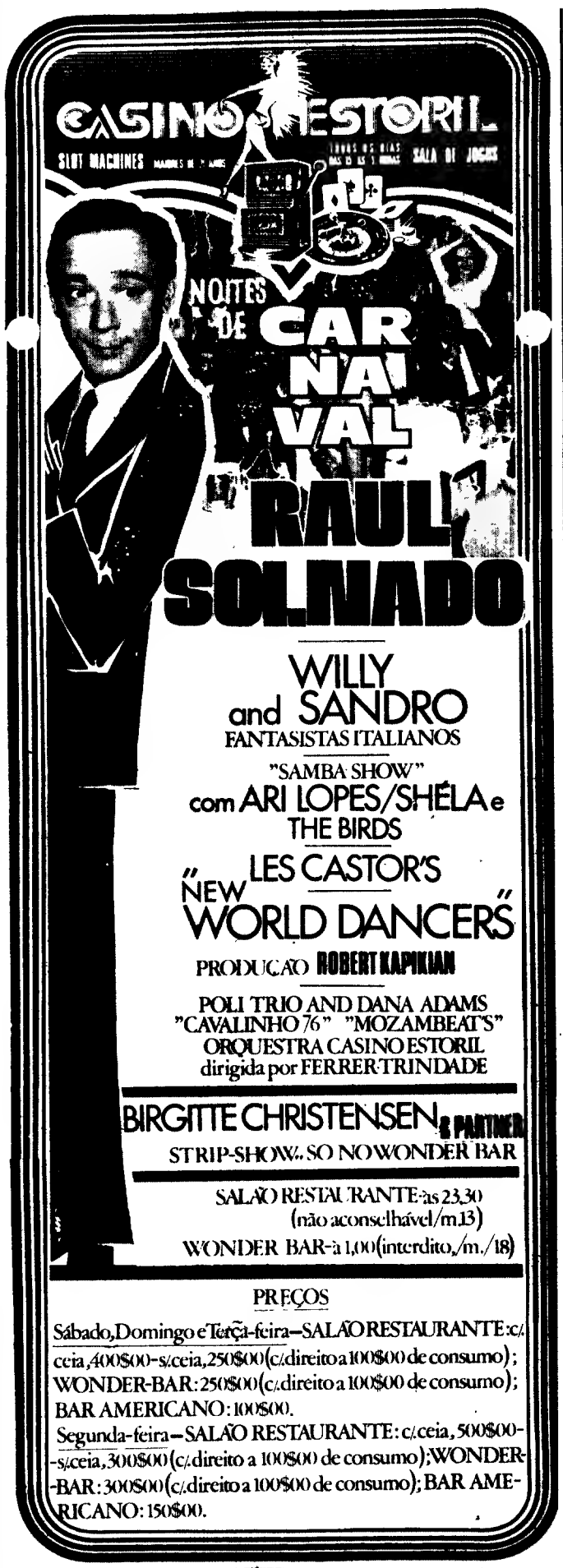
Luzia Maria Martins acaba de encenar a peça «O Preço da Vida», de Michael O'Neill e Jeremy Seabrook, a estrear no próximo dia 6 pela Companhia Teatro-Estúdio de Lisboa, no seu Teatro Vasco Santana.

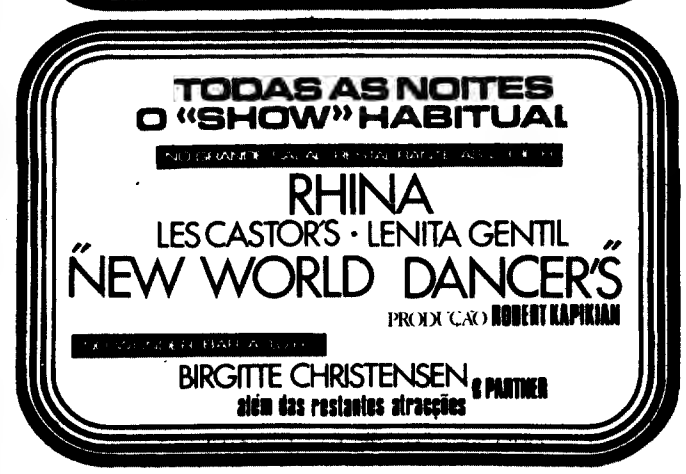
Depois da inauguração da sua actividade para 75/76, em 16 de Novembro passado, o grupo repôs «Trapos e Rendas» enquanto preparava o novo espectáculo.

«O Preço da Vida» é um trabalho de dois jovens sociólogos ingleses que, não sendo dramaturgos profissionais, criaram um texto notável, resultante de um trabalho de campo que realizaram numa pequena cidade inglesa dos Midlands, no norte da Inglaterra.

Denunciando as deficiências de uma «sociedade de abundância» que mantém e alimenta autênticas colónias de marginalizados, os autores recriaram no palco as observações colhidas ao vivo, dando-nos um espectáculo violento e cruel, de acordo com as condições da existência dos núcleos populacionais que estudaram.

«O Preço da Vida», encenado por Luzia Maria Martins, será interpretado por Maria Laura, Fernanda Montemor, Maria Manuela Cassola, Fernanda Coimbra, Helena Félix, Vítor Hugo, Mário Pereira, Susana Prado, Augusto Leal, Dário de Barros e Dinis Castelo, de acordo com a entrada em cena. O cenário é de Luís Suarez, que também faz parte da Companhia Teatro-Estúdio.





NOVAS GRAVAÇÕES

BOHEMIAN RAPSODY

Sai em breve o novo L. P. dos «Queen», que se chama «A Nigght at the Opera», que já vendeu em Inglaterra 500.000 cópias, e que traz consigo o já famoso single «Bohemian Rapsody» (um milhão de cópias) e o maior arranjo vocal no rock dos últimos tempos.

ÊXITOS DE JOHN LENNON

Sai no fim de Fevereiro o Lp-compilação dos grandes êxitos de John Lennon, que inclui a Plastic Ono Band e Yoko Ono e faixas como «Power to the people», «Mother», etc.

O L. P. tem o nome genérico de «Shaved Fish», nome mais ou menos insultuoso com que Lennnon mimoseava o seu ex-companheiro Paul McCartney.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURAL REVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA CAMARADA ZÉ !

SALVADOR ★ FLORBELA ★ HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES
CARLOS GONÇALVES
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA

Domingo e 3.ª feira de CARNAVAL, «matinées» às 16 h. e 2 sessões, às 20.30 e 22.45

2.ª feira, espectáculos às 20.30 e 22.45, descansando a Companhia na 4.ª feira de Cinzas

Bilhetes à venda sem aumento de preço

TEATRO INFANTIL no CARNAVAL — Sábado e 2.ª feira, 2 «matinées», às 15 e 17 h. com «O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Bilhetes a 10$00, 15$00 e 20$00 (só !)

CRÍTICA DE TEATRO — CARLOS PORTO

Sean O'Casey: guerrilheiros e intelectuais

«A SOMBRA DE UM FRANCO-ATIRADOR», de Sean O'Casey. Tradução, encenação e cenografia do grupo «Os Bonecreiros». Vítor Ribeiro, António Rama, Helena Isabel (ou Carmen Santos), Mário Jacques, Carlos Queirós, Júlio Cleto, Graça Vitória, José Severino, Inês Palma. Teatro de Moscavide (R. António Maria Pais, 6-r/c). 10-2-1975.

«A Sombra de um Franco-Atirador» (não se poderia evitar o galicismo?), peça do dramaturgo irlandês Sean O'Casey que «Os Bonecreiros» estão a apresentar em Moscavide, é um espectáculo importante por vários motivos: porque permite um primeiro contacto com um dramaturgo essencial do teatro moderno que a censura fascista proibira (embora não seja esta a sua melhor peça); porque se trata de um trabalho de reflexão do grupo sobre os sobrepostos cénicos do texto, em parte ultrapassados graças a uma «dramaturgia» correcta; pelo próprio tema da peça que põe em confronto duas maneiras opostas de enfrentar a vida; pelo nivel geral do espectáculo.

Lamentando usar de novo a expressão (que causa engulhos a muita gente, nem sempre por razões desinteressadas), devemos começar por dizer que «Os Bonecreiros» interpretaram Sean O'Casey à luz de Brecht, embora o tivessem feito de uma forma suficientemente maleável. Esta perspectiva brechteana pareceu-nos correcta na medida em que o teatro de O'Casey implica uma leitura política de factos históricos, embora o autor irlandês não se tenha servido para fazer do recurso da parábola que Brecht tão frequentemente utilizou.

Uma legenda a toda a largura do palco, pintada na trave superior contém a seguinte indicação: **Irlanda — Dublin — Maio 1920.** O espectáculo surge cortado em cenas ou sequências, de maior ou menor duração, que são sinalizadas por uma cortina pintada que cai da teia e onde foi inscrita a seguinte legenda: **Em 20 de Maio de 1920 os operários da Fábrica de Cleeve entram em greve organizando o primeiro soviete irlandês.**

Antes de cada sequência, um dos intérpretes dirige-se ao público, com a cortina corrida (a qual aliás não oculta a cena) dizendo uma ou duas frases que ajudarão o espectador a entender as linhas ideológicas da cena ou sequência que se segue. O intérprete «interrompe», pois, a sua personagem para atirar a respectiva legenda sonora. Observámos ainda um pormenor significativo: numa cena com uma vela acesa e depois apagada, a luz mantém-se uniforme.

Estes processos brechteanos conjugam-se com uma cuidadosa marcação do «gestus» das personagens (guarda-roupa, comportamento em cena, composição, vozes) e articula-se com os aspectos vincadamente naturalistas da encenação (os pormenores da cena; a utilização de liquidos como o leite; o lavar a cara com água) e ainda com a estilização de algumas marcações de duas personagens (o poeta e a rapariga que o ama). Essa estilização (por exemplo, o poeta finge uma pose para ser fotografado ou esculpido; ou os dois fingem uma cena de beijo muito cinematográfica porque, aliás a jovem imita uma **vamp** dos anos 20), essa estilização, dizíamos, só é utilizada nas cenas em que intervêm essas duas personagens, querendo-se assim sublinhar o artificialismo que as define e que marca as suas relações. Esse processo parece-nos, no entanto, minimizar a personagem feminina que, por razões de coração ou por razões políticas ou por ambas, virá a ter no final da peça um comportamento heróico, o que retrospectivamente altera a visão que o espectador tem dela.

Um dos aspectos importantes do teatro de O'Casey consiste no facto das suas personagens populares não serem marionetas que o autor comanda mecanicamente. Personagens complexas, tratadas por vezes até com alguma crueldade, a sua razão não é uma razão individual (a sua luta seria justa porque eles seriam bons) mas uma razão colectiva, que neste caso diz respeito à libertação não só do imperialismo britânico como também do capitalismo.

Donal Davoren habita no mesmo quarto com Seumas Shields. Este é vendedor ambulante e aquele é poeta. Um dia, um colega do último deixa no quarto uma mala, antes de partir para uma emboscada feita pelo I.R.A. ao exército ocupante, na qual será morto. Donal é tido na vizinhança por elemento do I.R.A., lenda que cultiva porque khe dá uma certa aura romântica em relação aos vizinhos e à jovem Minnie Powell que se apaixonou por ele. Porém, Donal é apenas poeta e só Shelley lhe diz alguma coisa; quanto a Seumas Shields é um egoista e um poltrão que finge encontrar na religião (como possivelmente o amigo na poesia) a justificação para o seu desinteresse pela luta dos patriotas irlandeses.

Quando o exército britânico faz uma busca à casa, os dois descobrem que a mala que o guerrilheiro do I.R.A. lá deixara continha bombas. É aí que intervém a jovem Minnie que leva a mala para o quarto dela. Presa, é morta pouco depois, quando era levada para a prisão, sem que o poeta e o místico tivessem feito um gesto para a salvar, embora Donal lamente a sua cobardia: **É horrível pensar que Minnie morreu, mas é ainda mais horrível pensar que Danoven e Shields estão vivos.**

Algum tempo antes, Shields lamentara-se: **Os civis é que pagam as favas; quando há uma emboscada não sabem onde se hão-de meter. Uma bala nas costas para salvar o Império britânico, uma bala no peito para salvar a alma da Irlanda.** Foi com uma bala no coração que Minnie morreu.

O conflito da peça situa-se ou define-se ao nivel das suas personagens: a cobardia do intelectual e do pseudo-místico perante o combate político; o egoismo da personagem para quem o exército revolucionário não passava de um recurso para resolver problemas pessoais (o que não deixa de evocar o que aconteceu entre nós com o COPCON); a inconsequência de um jovem, em quem se pode ver uma caricatura do esquerdista fala-barato, cuja tagarelice leva os soldados ingleses à busca; a passagem do guerrilheiro cuja presença aparentemente insignificativa é, todavia, o signo contrapontístico do conflito principal da peça (**lutar** ou **não lutar** pela Revolução).

É na caracterização muito forte das personagens e nas relações que entre elas se estabelecem que esses níveis se tecem dramaticamente como uma rede fina mas inquebrantável. Essa caracterização é bem conseguida pelos intérpretes: Vítor Ribeiro faz um bom Shields; embora mais neutro, António Rama convence na personagem do poeta. São eles que estão mais tempo em cena, mas o trabalho de Helena Isabel, borboleta frágil mas mulher decidida quando se trata de salvar o seu amor; de Graça Vitória, numa composição excelente que a torna quase irreconhecível; de Júlio Cleto no guerrilheiro ignorado; de Carlos Queirós, no tagarela do Tommy; bem como José Severino, Mário Jacques, Inês Palma, formam uma equipa bastante coesa.

A clareza do espectáculo, que o grupo declaradamente pretendeu, bem como o seu ritmo, são prejudicados, a nosso ver, pelo uso excessivo dos nomes, algo rebarbativos, das personagens, pelo prolongamento da cena da leitura da carta, que devia ser encurtada assim como deviam ser suprimidas algumas passagens com citações de poemas.

O leitor, se é de Moscavide, tem um espectáculo digno (!) da capital; se é da capital, não deixe de ir a Moscavide. Vale a pena.

"UMA CANÇÃO PARA A EUROPA"

. . Carlos Paredes, citado no «DL» e noutros jornais como sendo autor de uma das músicas do concurso «Uma canção para a Europa», afirmou-nos que «não é autor de nenhuma das músicas apresentadas no concurso».

Carlos Paredes adiantou que «nem sequer concorreu, embora nada tenha contra o festival».

INFORMAÇÃO DE JOSÉ NIZA

Entretanto, José Niza, um dos concorrentes a «Uma canção para a Europa» dirigiu-nos uma carta na qual refere que vieram a público trocados alguns nomes dos autores das composições.

Assim, segundo José Niza, os autores são os seguintes:

. «Onde é que tu moras?» (letra de Joaquim Passos e música de Paulo de Carvalho); «Estrela da tarde» (Ary dos Santos e Fernando Tordo); «Os lobos e Ninguém» (letra e música de José Luís Tinoco); «Novo fado alegre» (Ary dos Santos e Tordo); «Maria-Criada, Maria Senhora» (Tó Zé Brito); «Cantiga de Maio», (Joaquim Pessoa e Carlos Mendes); «No teu poema» (música e letra de José Luís Tinoco)(«Uma flor de verde pinho» (Manuel Alegre e José Niza).

Por duas vezes, nas edições de 4 e 23 de Fevereiro, o «D.L.» cometeu os mesmos lapsos, por deficiência na obtenção de dados correctos, dado o sigilo em que decorreu a organização do concurso.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

TELEJORNAL E OUTRAS COISAS QUE CHEIRAM MAL

Imitando a história da formiga, a Televisão Portuguesa andou a trabalhar no Verão com o fim de arrecadar para o Inverno.

Saudosa de antigas... digamos... de antigas porcarias, ei-la que desenterra um grão apodrecido: *As Solteironas*, num dos seus mais pobres episódios. Com uma agravante: aquilo que antes vinha às horas menos frequentadas, aparece agora no período de maior audiência. Precisamente à hora em que aparece Zenha, Machete e quejandas personalidades do ailaife, aparecem também as *solteironas*.

Prefiro as solteironas.

Se possível, em todo o caso, mais de acordo com a sua verdade. Querer dizer *maricas* e traduzir *divertido* é um purismo que nesta nossa Televisão sobe a demasiada virtude.

SABER PAPAGUEAR

As solteironas vieram logo a seguir ao *Telejornal* ou, se preferirem, ao *Telepasquinal*.

O *Telejornal* é um dos mais claros sintomas da forte guinada para a direita. Começa a apresentar sintomas alarmantes. Com o alibi do pluralismo, o *Telejornal* representa hoje em dia um poderosos factor de desestabilização.

Verifique-se, por exemplo, o prazer, o acinte com que se cuida nele, dos ataques ao Presidente da República. Claro que não é ele que diz: limita-se a dizer, muito honradamente, aquilo que os outros dizem...

É o que diz o P.P.D., o C.D.S., o M.R.P.P., a A.O.C., um *Emiele* qualquer; é o que diz novamente o P.P.D.; é o que diz não sei que organização de retornados... Desta última, por exemplo, transcreve uma afirmação: «Só um Governo e um Presidente devidamente eleitos poderiam tomar semelhante decisão...»

Quem diz isto? De que autoridade política, moral, nacional, se reveste? Não se sabe. Nem importará isso muito ao *Telejornal*. Mas repete. Repete, como um papagaio.

Papagaio que sabe demasiado bem o que está a repetir...

OS AMIGOS E OS INIMIGOS

A tónica anticomunista é permanente nos *Telejornais*. Nesse aspecto, há por lá bons especialistas. Não se perde uma oportunidade de cravar o ferrão na União Soviética a propósito de Angola, do Chile, da América, não importa quê, não importa quem.

De cada vez que se refere ao M.P.L.A., o *Telejornal* sente-se na obrigação de acrescentar que é apoiado pelas forças da União Soviética e de Cuba. Como quem pratica um acto de gratidão? Qual quê! Para acirrar, para atacar, para fazer o jogo pueril (perigosíssimo jogo...) da ultra-reacção.

Talvez, no *Telejornal*, haja grande decepção pela vitória do M.P.L.A. Talvez preferissem que a União Soviética deixasse livre o campo de manobra ao imperialismo, que ficasse muito quietinha encaixotada entre o Báltico e o Pacífico, enquanto a C.I.A., o Zaire, a União Sul-Africana, os mercenários e o E.L.P. ajudavam a U.N.I.T.A. e a F.N.L.A. a despedaçar a terra angolana.

Mas a União Soviética não fez o gosto ao *Telejornal*. Desculpem lá, rapaziada que por lá anda, desculpem lá o mau jeito. Angola é território livre de África, bate ao ritmo do coração do seu povo. Angola tem amigos, os amigos são para as ocasiões.

Os inimigos, os que contra ela agem bem mandadinhos à batuta ianque, esses estão condenados pela história — e já começam a dar mostras de grande nervosismo.

A COISA GRAVE

Numa pequena povoação do Alto Alentejo durante um comício do P.S., o dr. Mário Soares teve dificuldades em manter, nas calmas, os seus ataques aos trabalhadores alentejanos.

Houve incidentes. Parece que graves, gravíssimos, coisa em grande! Foi com esta impressão que ficamos quando, no *Telejornal* da hora do almoço, o repórter pressuroso, se refere ao assunto em entrevista ao chefe do Estado-Maior do Exército.

Pensei que o caso ficaria por aqui. Mas não. No *Telejornal* principal voltaram à carga — confrontações violentas, patati, patatá...

Olá, pensei eu, a coisa é grave, é grave mesmo! Se no incêndio das sedes, nos atentados, nas perseguições aos elementos progressistas, se ao assassínio de progressitas a *Televisão* respondera nhã-nhã — e se agora fazia este cagaçal todo é porque a coisa fora realmente, francamente GRAVE!

Esta impressão mais se radicou quando chegamos ao último *Telejornal*. O assunto volta a ser referido, com a citação, pela terceira vez no dia, de frases contra outro partido retiradas de um comunicado do P.S. Das confrontações — esclarece finalmente o *Telejornal* — *resultaram vários feridos ligeiros...*

A isto chamarei eu manipulação. Se me derem licença, está claro...

AS FATIAS DO BOLO

Essa manipulação tornou-se evidente com a presença do dr. Mário Soares frente às câmaras de televisão. Uma expressão feroz, palavras violentas, nitidamente despropositadas face às dimensões do incidente.

Ocorreram graves perturbações relativamente a outras organizações partidárias. Incêndios, saques, feridos, mortos: nunca por nunca ser, aquele dirigente foi à televisão protestar, com ou sem veemência. E mesmo quanto a uma condenação formal, por parte do seu partido, estamos conversados...

O incidente serviu apenas de pretexto para lançar um violento, impulsivo, desordenado ataque a outro partido, de mistura com palavras e expressões absolutamente incorrectas e insensatas. A televisão, essa, abriu-lhe as pernas com a maior ternura...

A intervenção do dr. Mário Soares teve uma finalidade nitidamente eleitoralista. O dr. Mário Soares procura, raivosamente, conservar e disputar a clientela aos partidos da direita mostrando-lhe que não é menos anticomunista do que eles, graças a Deus.

O nosso país tem necessidade de um Partido Socialista forte, capaz de aglutinar, de chamar a si uma esquerda moderada, resolvida a conservar e a defender as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores em geral. Não me parece que a melhor forma de conseguir isto seja anavalhar tão raivosamente à esquerda, numa guerra de terra queimada que pode conduzir a um beco sem saída.

A grande luta de certos partidos, hoje, é ver quem fica com a maior fatia do bolo da reacção amassado durante 50 anos. O baile continua...

O DIA

Luís Francisco Rebelo escreveu uma pequena peça chamada *O Dia Seguinte*. Poucas obras de teatro terão conhecido, junto dos grupos amadores, dos bons grupos amadores, maior audiência.

Porquê junto dos grupos amadores? Porque a *O Dia Seguinte* foi cortada toda a possibilidade de acesso ao teatro profissional. Quem tem alguma memória recorda-se, por exemplo, que *O Dia Seguinte* esteve para ser representado no Teatro Nacional — mas à última hora *O debate* denunciou as posições antifascistas do autor e que parecia impossível vê-lo aceitar por uma companhia paga pelo Estado, etc., etc. Resumindo: o espectáculo ardeu, por ordem superior...

Haveria muito interesse em que este facto, e outros igualmente significativos, nos fosse contado pelo dramaturgo em pessoa. Era tão fácil, tão fácil... Alguns pobres cinco minutos lhe bastavam. Pois ninguém teve essa lembrança na Televisão Portuguesa. Em sua substituição, leram uns breves apontamentos que devem ter sido escritos há uns dez anos...

Claro que a proibição da peça não se justifica apenas pelas opções políticas de Luís Francisco Rebelo. A verdade é que ela não podia agradar à ditadura fascista: era um protesto e era, simultaneamente, um grito de esperança, uma afirmação de confiança no futuro. Isto numa época de desespero, na época em que o imperialismo arrastava o sabre atómico e o fascismo odiava e perseguia tudo quanto lhe cheirasse à certeza, à vitória, de um *dia seguinte* — dia que não era o réu...

Tarde, mas chegou à televisão. Ainda e mais uma vez, por actores na sua maioria amadores. Entre eles, Estrela Novais, em certos momentos, merece ser especialmente recordada.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE MOURA

ANÚNCIO

Pela secção da Secretaria Judicial desta comarca, na Execução da Sentença movida pelo Exequente José Teixeira Mateus da Silva contra os Executados Lúcio Valente Racha; e outros, é por este meio CITADA a mulher daquele executado, MARIA MANUELA ESTEVES FRANCO, doméstica, com última residência conhecida na rua 25 de Abril, n.º 7, na vila do Entroncamento, para os termos da dita execução, na qual foram penhorados bens de natureza imobiliária, nos termos da al. a), do n.º 1, do art.º 864.º, do Código de Processo Civil, com a dilacção mínima.

Moura, 10 de Fevereiro de 1976

O Juiz de Direito
Fernando Bento
O Escrivão de Direito
José Pereira Calado

Hoje

«Dois Anos de Férias»

I PROGRAMA

19.00 **«O Segredo dos Flamengos»** — série filmada.
19.25 **Há Só uma Terra** — um programa sobre o meio ambiente.
20.00 **Com Todas as Letras**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **«Jennie»** — episódio com Lee Remick e Christopher Cazenava. Realização de James Cellan-Jones.
22.00 **O Mundo que Nós Somos**
22.45 **Telejornal** — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Dois Anos de Férias»**
20.30 **Ensaio** — a Sociedade Rosa Cruz.
21.15 **«Ann Margret»** — um programa musical com Tina Turner, o grupo The Osmonds e Ann Margret Olsson.
22.15 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
22.45 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **1.º Período** — **13.15**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição: **13.30**: «Lua de Papel» — série filmada; **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Educação Musical (2.º ano): **14.35**: Ciências da Natureza (2.º ano); **15.00**: Educação Musical (1.º ANO); **15.25**: Moral (2.º ano); **15.50**: Moral (1.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Abertura e David; **19.25**: Maria da Fonte» — documentário transmitido dos Estúdios do Porto; **19.55**: Evocação de Werner Heismberg; **20.15**: Vamos Jogar no Totobola — prognósticos para o próximo concurso; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; **21.05**: Programa do Estado-Maior-General das Forcas Armadas; **21.35**: Noite de Cinema — «Costa do Castelo» — Ano de produção: 1943. Realização de Artur Duarte. Interpretes: Maria Matos e António Silva; **22.45**: Telejornal — 3.ª edição: **23.00**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «Luta de Papel»; **20.30**: As Pedras e o Homem; **21.00**: Pesquisa; **22.00**: Expedição; **22.30**: Telejornal; **23.00**: Fecho.

Desporto

O belenense António Vermelhudo é «o homem mais alto de Portugal»: com um pulo de dois metros e 6 cms. ultrapassou o velho «record» do salto em altura, há anos na carteira do africano Tavares Alves

PORTUGAL

Novo máximo nacional em carabina (três posições) fica no «palmarés» do atirador sportinguista Mário Ribeiro, ao conseguir 1103 pontos, na carreira de tiro da Figueira da Foz, durante as provas para escolha da turma portuguesa que irá ao «Torneio das Nações».

O halterofilista Albano Pereira (da selecção regional do Centro) estabeleceu novo máximo nacional na prova de «arranque» e na categoria de meios-pesados, levantando 260 quilos (120 mais 140).

No domingo, travam os campeonatos nacionais das três divisões principais, para se realizar mais uma jornada da decrépita e desacreditada «Taça de Portugal», com jogos secundaríssimos. Entretanto, o dia é aproveitado para o encontro Seixal-Alcochetense (da 3.ª divisão), que estava atrasado em relação ao calendário federativo. Por seu lado, no sábado efectuam-se três embates de juniores: Marco-F.C. Porto, Benfica-Sesimbra e Guimarães-Sanjoanense.

António Garrido, o mais cotado árbitro do futebol português, dirigirá o duelo Sturm Graz-Entracht Frankfurt, na segunda «mão» da corrente eliminatória da «Taça dos Vencedores das Tacas».

O First Portuguese, de Toronto (Canadá) interessa-se pelo concurso do treinador Mário Lino

Amanhã, o Lisboa Ginásio reune-se em assembleia geral, para análise dos muitos problemas que afectam a colectividade.

O Vitória de Setúbal com nova gerência: drs. Aníbal Pescadinha e Custódio de Almeida Simões (assembleia geral); Silvério Jones, Francisco Nascimento de Oliveira e Guido Martiniano Pereira (direcção) e Sérgio Pintado (conselho fiscal) são as figuras exponenciais. A secção de futebol ficará superintendida por Fortes Faria.

Triste: no encontro futebolístico entre o Malveira e o Santa Iria, um desvairado saiu de entre o público e agrediu a pontapé e murro, o árbitro do jogo (Alfredo Nunes Basílio) e um fiscal de linha (Urbano Puim). O juiz ainda está no leito, enquanto o agressor não poderá escapar à justiça legal.

Acidente com um famoso «volante» italiano: Sandro Munari, que se encontrava a treinar nas estradas do nosso País (com vista ao «Rali de Portugal»), teve um despiste e sofreu lesões várias, impeditivas de conduzir durante algum tempo. Já regressou à sua terra, para um período de repouso.

O futebolista Fernando, ao serviço do Estoril-Praia, a contas com um percalço, durante o encontro do seu clube face ao Beira-Mar, no passado domingo fracturou a clavícula esquerda e teve de ser operado pelo dr. Inácio Branco, que foi ajudado pelo massagista estorilense António Silva.

Domingo:
Porto-Red Star

..As bandas da P. S. P. e da G. N. R. são números inscritos no cartaz de uma festa do F. C. Porto, no domingo próximo, como antecipação da inauguração da bancada da maratona (localizada no fecho do Estádio das Antas) num espectáculo previsto para 2 de Maio.

O prato-forte, contudo, será o encontro entre os futebolistas da casa e o grupo francês do Red Star, enquadrado por exibições de escolas futebolísticas, minibasquetebolistas e ginastas, ao som de fanfarra em marchas populares.

O programa do festival foi ontem apresentado aos órgãos de comunicação social, dando-se a conhecer outras iniciativas portistas: uma campanha para obter 70 mil associados, a conquista de uma piscina para o património clubista e a construção de um campo de treinos onde possa localizar-se uma pista de atletismo. Vários planos convergentes para a recolha de fundos (especialmente necessários dado o custo de uma equipa de futebol caríssima) estão nos objectivos imediatos da gerência portista.

MUNIQUE, ANTEPRIMEIRA DE MONTREAL

U.R.S.S. e Alemanha soberbos em pista

Três campeões olímpicos venceram provas nos campeonatos europeus de atletismo, em pista coberta, disputados este fim-de-semana, em Munique, mas houve poucos indícios que permitam fazer previsões para os Jogos Olímpicos de Montreal a disputar dentro de cinco meses. Muitos dos principais atletas europeus decidiram não comparecer a este campeonato preferindo contra-se na sua preparação para Montreal.

Os três vencedores olímpicos (Valery Borzov e Victor Saneyev da União Soviética, Rosemarie Ackermann, da República Democrática Alemã), foram os que mais se destacaram entre os 289 atletas de 25 países que participaram nas 19 provas deste torneio

Borzov (medalha de ouro nos 100 e 200 metro,s dos Jogos Olímpicos de Munique) venceu pela 6.ª vez em sete anos os 60 metros, correndo a distância em 6,58 segundos. Borzov (de 26 anos) declarou que decidiria no último momento se defenderia os dois títulos olímpicos, em Montreal. Actualmente Borzov prefere os 200 metros: mas, nestes campoenatos provou que está ainda na posse de todas as suas qualidades para vencer as provas mais curtas.

Saneyev procurará, em Montreal, conquistar o seu 3.º título olímpico no triplo salto, prova que venceu, em 1968 (na Cidade do México) e em 1972 (em Munique).

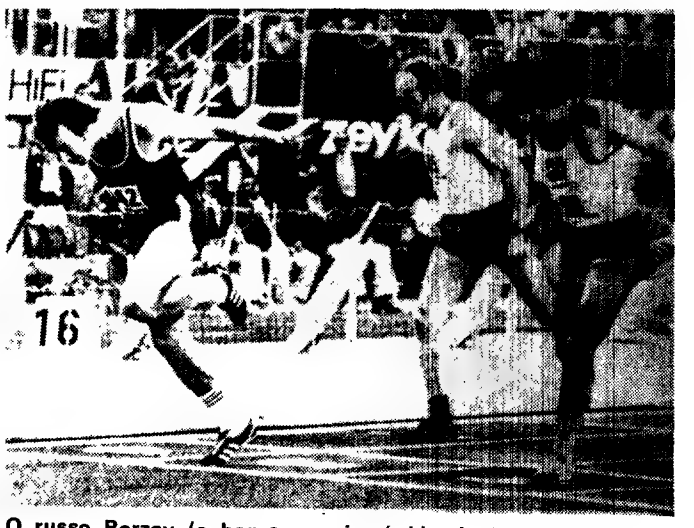
Nestes campeonatos, Saneyev (actualmente com 30 anos), triunfou com um salto de 17,10 metros, marca que constitui novo recorde dos campeonatos e que fica apenas a seis centímetros da melhor marca mundial, em pista coberta, estabelecida há dias pelo próprio Saneyev, durante uma competição na União Soviética.

Rosemarie Ackermann, detentora dos máximos mundiais do salto em altura (tanto ao ar livre como em recinto coberto) com 1,94 metros, mostrou estar em boa forma, ao ganhar o título europeu, transpondo a fasquia a 1,92 metros. Depois da prova, a atleta da República Democrática Alemã declarou estar a experimentar actualmente o «estilo Fosbury», mas sublinhou: *Creio, no entanto,* **que vou continuar a utilizar a técnica de rolamento.**

Apenas um novo máximo mundial em pista coberta foi estabelecido nestes campeonatos. A proeza pertenceu a Rita Wilden (da Alemanha Federal) que melhorou o seu próprio máximo dos 400 metros com o tempo de 52,26 segundos. De salientar que, no salto em altura, tanto Rosemarie Ackermann como o soviético Sergei Senyukov tentaram novos máximos da modalidade. Assim, a atleta da República Democrática Alemã tentou estabelecer novo máximo mundial (com a fasquia a 1,95 metros) mas falhou as três tentativas. Senyukov, depois de ter sido o único atleta a saltar os 2,22 metros, fez a fasquia passar para 2,26 metros. Caso conseguisse transpor com êxito bateria o recorde europeu de Valery Brumel...

O britânico Geoff Capes (oficial da Polícia), venceu facilmente o lançamento de peso, apesar de ter um ferimento num dedo. Capes (de 26 anos) obteve a marca de 20,64 metros, ficando a 34 centímetros do recorde europeu, que estabeleceu recentemente, durante uma digressão de seis semanas pelos Estados Unidos.

Na generalidade (porém) foram os atletas da União Soviética e da República Federal da Alemanha que obtiveram o maior número de medalhas. A União Soviética ficou em primeiro lugar (com 6 medalhas de ouro, três de prata e três de bronze), seguida da Alemanha Federal (com quatro de ouro, quatro de prata e quatro de bronze).



O russo Borzov (o homem mais rápido do Mundo) vence os «europeus», à frente do grego Vassilios Papagheorgopolos e do polaco Zenon Nowocz

LÁ FORA

«COLECTIVISMO»

O árbitro espanhol Juan Barrio expulsou todos os onze elementos da equipa de futebol de Siguenza, após discutirem uma das suas decisões num jogo que se disputou naquela cidade espanhola, a contar para a liga regional. Foi a segunda vez, em duas épocas, que Barrio ordenou a expulsão de toda uma equipa por tal motivo.

DINHEIROS

O campeão de Wimbledon o negro Arthur Ashe, dos Estados Unidos adicionou o prémio de 60 000 dólares da «Taca Puma» aos seus laurêis de tenista mundial, ao derrotar na final de singulares do torneio de Roma o seu compatriota Bob Lutz, por 6-2, 0-6 e 6-3.

Lutz e San Smith ganharam a prova de pares vencendo o duo Frew Mcmillan (África do Sul) _ Dick Crealy (Austrália) por 6-7, 6-3 e 6-4.

«MÁXIMOS»

Na segunda jornada dos campeonatos de natação da Alemanha do Leste, foram batidos três recordes mundiais. Kornelia Ender bateu o recorde dos 100 metros livres (com 55,37), Hannelore Anke, o dos 100 metros bruços, (com 1 m 11,91) e Ultrike Richter, o dos 100 metros costas (com 1m 03,03).

Estes campeonatos disputavam-se em piscina de 25 metros.

CASTIGOS

A Federação Alemão de Futebol retirou a licença, até 1 de Janeiro de 1977, a sete jogadores implicados em «combinação» do jogo da Liga Federal entre o Schalke 04 e o Arminia Bielefeld, disputado no dia 17 de Abril de 1971.

Os jogadores sancionados são Fischerr (actual **rei dos goleadores**), Luetkebohmert, Ruessmann, Soberay (todos do Schalke), Wittkamp (Borussia Moenchengladbach), Galbierz (Wuppertaler) e Senger (Essen).

O correctivo da Federação Alemã de Futebol foi-lhes imposto por haverem jurado falso perante um tribunal que investigava o caso de fraude desportiva, o qual, por sua vez, impôs aos sete jogadores penas pecuniárias.

O tribunal de honra da Federação baixou a pena, baseando-se num artigo do estatuto da Federação em que se assinala que «todos os jogadores são obrigados a gozar de boa reputação».

PROFISSIONAIS

O inglês John Curry, vencedor do título olímpico de patinagem artística, anunciou que passaria a profissional depois dos campeonatos mundiais, que se disputam no próximo mês.

Curry (de 26 anos) que vive em Nova York, anunciou que depois de ter conquistado a medalha de ouro, em Innsbruck, foi «inundado» com ofertas para passar a profissional.

FORÇA

O americano Terry Albritton, estudante universitário (de 21 anos) bateu o «record» do mundo do lançamento de peso, estabelecendo a marca de 21 metros e 85 centímetros. O máximo mundial pertencia a um seu compatriota (Al Fuerbach) com 21 m 82.

«RECORDS»

A soviética Lydia Alseieva é a nova titular do «record» europeu do salto em comprimento, em pista oberta, tendo saltado 6 m 64.

A medalha foi ganha pela atleta checoslovaca Jarmila Nygrynova (6 m 57) e a de bronze por uma outra soviética, Galia Gopchencko (6 m 48), na prova dos europeus, que se disputaram em Munique.

Outros «records» em atletismo: 2,30 m. no salto em altura, pelo norte-americano Stones; 5,58 m na vara, por Ripley (ainda dos EUA) e 52,26 s. nos 400 metros (em pista coberta) pela germânica Rita Wilden.

BRASIL

Iniciou-se o campeonato paulista de futebol, um dos principais campeonatos do Brasil. Na primeira «mão», que conta com a participação de 18 equipas, somente duas (Palmeiras e Portuguesa) não se estrearam.

Na primeira fase do campeonato paulista os clubes participantes estão agrupados em três grupos, jogando uns contra os outros.

Os resultados da jornada: São Paulo-Noroeste, 2-0; Santos-Santista, 3-0; Corintians-Marília, 4-0; Guarani-Paulista, 2-0; Comercial-São Bento, 1-0; América-Ferroviária, 2-0; Ponte Preta-15 de Novembro, 1-0 e Juventus-Botafogo, 2-0.

Por seu lado, a equipa de futebol do Cruzeiro ganhou o Campeonato de Minas Gerais-1975, ao derrotar o Atlético (por 1-0). O Campeonato Mineiro do ano passado foi suspenso durante a disputa da «Taça America», visto que o Cruzeiro e o Atlético (finalistas daquela competição) formaram a base da selecção que disputou a «Taça».

O golo da equipa vencedora foi marcado por Palhinha, que finalizou de cabeça um centro de Joãozinho.

O Cruzeiro (vice-campeão de 1975) é um dos representantes brasileiros na «Taça dos Libertadores da América».

TOTOBOLA
Jogue connosco

Torres Novas - Alba	X
G. Vicente - U. Lamas	1
Salgueiros - Sesimbra	1
Almada - Espinho	2
Vasco Gama - Lamego	1
Oriental - Penafiel	X
Marítimo - Paredes	1
Torres Novas - Alba	X
G. Vicente - U. Lamas	2
Salgueiros - Sesimbra	1
Almada - Espinho	2
Vasco Gama - Lamego	1
Oriental - Penafiel	1

TOTOBOLA
Jogue connosco

Benfica - Bayern Mun.	1
Din. Kiew - St. Etienne	1
Hayd. Split - Eindhoven	2
M'Gladbach - R. Madrid	X
Celtic - S. Zwickau	1
Graz - E. Frankfurt	X
Anderlecht - Wrexham	1
Den Haag - West Ham	X
Din. Dresden - Liverpool	X
F. C. Bruges - Milan	X
Barcelona - Levsky Sofia	1
Hamburgo - Stal Mielec	1

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

ÓPERA NO COLISEU DOS RECREIOS

Hoje, TERÇA-FEIRA, 24 de Fevereiro, às 21 horas:

UM BAILE DE MÁSCARAS (G. Verdi)

Elenco:

Carlo Bergonzi, Matteo Manuguerra, Rita Orlandi-Malaspina, Viorica Cortez, Helena Pina Manique, Álvaro Malta, Carlos Fonseca, Oliveira Lopes e Jorge Anciães.

Direcção Musical: Francesco Molinari - Pradelli

Encenação: Giuseppe de Tomasi

Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa

Coro do Teatro de S. Carlos

SOCIEDADE «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 23 e 24 no troço Belém-Algés e 25, 26 e 27 no troço Cruz Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 10 às 12 e das 14.30 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

Geral

Países do Comecon querem acordo com a C.E.E.

Segundo notícias das agências internacionais o Comecon propôs ao Mercado Comum Europeu o estabelecimento de relações comerciais segundo o estatuto de nação mais favorecida nas trocas entre os membros das duas organizações e a remoção das restrições de comércio. Os países socialistas do Leste Europeu que fazem parte daquela organização e integrados no Conselho de Ajuda Mútua Económica (C.A.M.E.), a concretizar-se esta notícia, fariam o primeiro acordo formal com o «grupo dos nove».

A proposta foi apresentada pelo chefe de deputados da Alemanha do Leste, Gerhard Weiss, presidente do comité executivo do Comecon, ao primeiro-ministro do Luxemburgo, Gaston Thorn, actual presidente do Conselho de Ministros da C.E.E. O acordo proposto engloba, segundo as afirmações de Nicolau Faddeyev, secretário do comité executivo do Comecon, a aplicação recíproca pelos membros do Comecon e da C.C.E. do estatuto de nações mais favorecidas; remoção da discriminação e de todas as proibições sobre importações e exportações de qualquer produto, a menos que aquelas sejam aplicadas a todos os terceiros países; medidas para evitar que o comércio de qualquer produto restrinja ou prejudique os mercados internos desses produtos; estudo conjunto das questões financeiras e monetárias com o objectivo de garantir os créditos aos membros de ambas as organizações nos melhores termos possíveis; finalmente, auxílio ao comércio agrícola entre os membros da C.E.E. e do Comecon para que aquele se possa desenvolver em «bases justas estáveis e a longo prazo».

O comércio entre os países socialistas e capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento têm aumentado, embora o comércio mútuo entre os países do Comecon corresponda a mais de 60 por cento do seu comércio externo. Os planos aprovados pelos países membros previam que a percentagem do seu comércio externo mútuo atingisse, no final de 1975, 65 por cento do volume das suas trocas comerciais externas.

Ao mesmo tempo que desenvolvem as suas trocas internas, os países abrangidos pelo C.A.M.E. afirmam-se abertos à mais ampla colaboração internacional para acabar com as diferentes formas de discriminação.

O «Programa Complexo de aprofundamento e aperfeiçoamento da colaboração e desenvolvimento da integração económica dos países do C.A.M.E.» aprovado em 1971, diz claramente que «os países do C.A.M.E., de acordo com a sua política de coexistência pacífica, no interesse do progresso social e partindo também do princípio de que a divisão socialista internacional do trabalho tem em conta a divisão mundial do trabalho, continuarão a incentivar as relações económicas e científico-técnicas com os demais países, qualquer que seja o seu regime social e estatal, na base da igualdade de direitos, do proveito mútuo e do respeito pela soberania.

Lisboa acolhe congresso de turismo

Quinhentos congressistas — 150 dos quais norte-americanos — incluindo representantes de organismos internacionais de turismo, de cadeias de hoteis e de empresas transportadoras internacionais, debaterão, durante três dias, em Lisboa, variadíssimos temas tais como «Captação de Turistas para a Europa» e «Estratégia de Marketing do Atlântico Norte».

O objectivo a alcançar é atrair turistas americanos e canadianos para as diferentes partes do Mundo, nomeadamente Portugal, sendo a conferência coberta por trinta jornalistas estrangeiros, versados na matéria, e contando com a presença de trinta países que, na sua maioria, pertencem ao bloco chamado capitalista.

O Congresso pretende, de certo modo, ser uma feira e uma «bolsa» de turismo através das quais cada país exporá os seus «produtos» turísticos.

ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

ESTREIA HOJE!! (ESTREIA MUNDIAL) 20,30 h. e 22,30 h.

UM SUPER MUSICAL SÓ POSSIVEL GRAÇAS A ZEUS!

taran-tan-tan NÃO ENCHE BARRIGA!

Versão livre de
FRANCISCO NICHOLSON
sobre a "Lisistrata" de Aristófanes

Coreografia: Fernando Lima
Musica: Joaquim Luis Gomes, Correia Martins e Braga Santos
Cenários e figurinos: Madalena Fernandes
Direcção musical: Correia Martins
Encenação: Francisco Nicholson

Para agradar a gregos e lusitanos

É MUITO MAIS QUE UMA REVISTA!

Orquestra Adoque
CORREIA MARTINS • FERNANDO POTIER • NUNO • RUCA • GIL •

e outros

Caso encontrem semelhanças entre T.T.T.N.B.T. e pessoas ou factos da actualidade nacional, vão-se queixar ao Aristófanes!

Assist. de coreografia: João Miranda
Cenografia: José Manuel e Rebocho
Chefe Maquinista: Caetano Bolinhas
Ajudante maquinista: Carlos António
Luminotecnia: Luis de Almeida
Electricista: Iminio Silva
Contra-Regra: Norberto Machado
Ajud. Contra-Regra: Luis Filipe
Tecnico de Som: Fernando Santos
Adereços: Helena Ferreira
Guarda-roupa Adoque, direcção: Fernanda Dionisio
Secretario: Alfredo Fidalgo
Bilheteiros: Henrique Alves e Maria Clara
Fotos: J. Marques
Jornal/Programa: Angelo Granja
Publ. Designer: Filipe Costa
Publicidade: Carlos Graça

Int. men. 18 anos Contém cenas chocantes (eventualmente)

TODAS AS NOITES 2 SESSÕES: 20,30 h. e 22,30 h. • Domingos Matinées às 16 horas. • Bilhetes à venda DESDE 40$00

ANIMADÍSSIMO & MUSICALÍSSIMO!

AUTO FOGUETE NORTE, L.DA

Faço público que, por escritura de 8 de Janeiro corrente, exarada de fl. 41 v.º do livro n.º 129-S das notas do 16.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Fernando Lopes Correia Semedo, foi constuída entre António Augusto Lopes Gomes, Lourenço Ferreira e Wilson Moreira Martins uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Auto Foguete Norte, Lda., tem a sua sede nesta cidade de Lisboa e estabelecimento na Rua de Francisco Sanches, 7-A, loja, e durará por tempo indeterminado, a contar desta data.

2.º

A sociedade tem por objecto o exercício da importação e comércio de peças e acessórios para automóveis ou qualquer outra actividade comercial ou industrial que os sócios resolvam explorar e não dependa de autorização especial.

3.º

O capital social é de 200 000$, está inteiramente realizado, em dinheiro, entrado no cofre social, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são os seguintes: António Augusto Lopes Gomes, uma quota de 100 000$; Lourenço Ferreira, uma quota de 50 000$; e Wilson Moreira Martins, uma quota de 50 000$.

único. Os sócios poderão fazer prestações suplementares de capital quando a sociedade delas necessitar e for deliberado por unanimidade.

4.º

Qualquer sócio poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que forem estabelecidos em acta.

5.º

É livre entre os sócios a cessão, total ou parcial, de quotas; a cessão a favor de estranhos depende do consentimento do sócio ou sócios não cedentes.

6.º

A administração e gerência da sociedade e sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, ficam, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado e constar de acta, a cargo de todos os sócios, que desde já são gerentes.

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, qualquer que seja a responsabilidade que envolvam, são necessárias e bastantes as assinaturas de dois sócios gerentes, devendo uma delas ser sempre a do sócio gerente António Augusto Lopes Gomes, conjuntamente com um dos restantes sócios gerentes.

§ 2.º Qualquer dos gerentes poderá delegar, total ou parcialmente, os seus poderes de gerência, mesmo a estranhos, mediante o respectivo mandato em forma legal.

§ 3.º A sociedade poderá constituir mandatários, nos termos do § único do artigo 256.º do Código Comercial.

7.º

A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer sócio, cabendo aos herceiros do sócio falecido indicar um que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa, no primeiro caso, e no segundo intervirá o representante legal do interdito.

8.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, oito dias de antecedência.

9.º

No caso de dissolução, a liquidação e partilha da sociedade serão feitas conforme os sócios convencionarem e constar de acta.

Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

16.º Cartório Notarial de Lisboa, 9 de Janeiro de 1976.
O Terceiro-ajudante, **Maria Casimira Almendra.** 1-0-27

PUB

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º — Lisboa-1
Telefones: 77 02 74 — 76 32 76 — 77 00 66

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os trabalhadores em geral, das seguintes empresas:

25-2-76—Camionagem Esteves (St.ª Iria)
26-2-76—Boa Viagem
26-2-76—Cidla
27-2-76—Companhia Carris de Ferro de Lisboa (St.º Amaro
1-3-76—Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs
1-3-76—Eduardo Jorge
2-3-76—Sacor
3-3-76—Sociedade Central de Cervejas
3-3-76—Transportes Andorinhas
4-3-76—Claras Transportes
8-3-76—Companhias Reunidas Gás e Electricidade
8-3-76—Empresa Geral de Transportes
9-3-76—Isidoro Duarte
10-3-76—Sociedade Nacional de Transportes SONAP
10-3-76—União das Cooperativas Abastecedoras de Leit UCAL

para plenários a efectuar em cada uma delas, nos dias acima indicados, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

a) Discussão da Política Salarial e Contratação Colectiva;

CONVOCAM-SE

Para conclusões finais destes plenários, todos os trabalhadores dos transportes rodoviários para uma ASSEMBLEIA GERAL a efectuar no próximo dia 11-3-76 pelas 21.30 horas na VOZ DO OPERÁRIO.

Lisboa, 23-2-76

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Nunes Mosteiro.

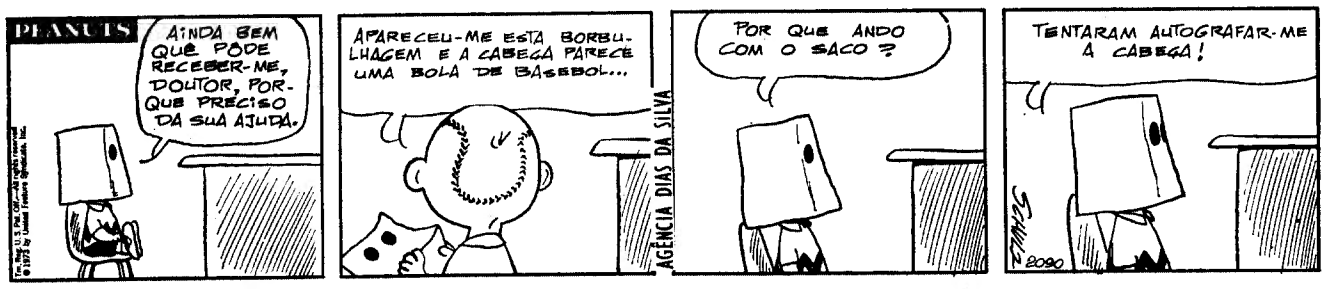
C A M A R A D A:

RECORTA ESTA CONVOCATÓRIA E AFIXA-A NA TUA EMPRESA EM LOCAL BEM VISÍVEL PARA TODOS OS TRABALHADORES.

Geral

TITO DE MORAIS NO PORTO

PORTO, 24 — O secretário de Estado do Emprego, eng. Tito de Morais, deslocou-se hoje acompanhado do seu chefe de gabinete e do director-geral do Emprego, tendo tido uma reunião na delegação do Serviço Nacional de Emprego e outra na Comissão de Planeamento da Região Norte. Amanhã, quarta-feira, aquele secretário de Estado terá nova reunião na delegação do S.N.E.



Projecto Almeida Santos

Continuação da pág. 6

ser feita até um ano após a entrada em vigor do diploma, mas desde esta data é obrigatório um mínimo de 33 horas semanais.

O trabalho extraordinário nos órgãos de Informação estatizados só é possível em casos excepcionais e não poderá acarretar uma remuneração superior em 5 por cento à remuneração mensal líquida.

Os jornais diários editados por empresas estatizadas ou sob intervenção do Estado passam a partir do início do mês seguinte ao da entrada em vigor do diploma a ser obrigatoriamente publicados ao domingo, salvo casos excepcionais autorizados pelo ministro da Comunicação.

Por outro lado a correcção de distorções salariais nas empresas estatizadas só é possível desde que não haja acréscimo da massa salarial.

Quanto à chamada **disponibilidade** são colocados nessa situação todos os trabalhadores das empresas estatizadas ou, com intervenção cujo posto de trabalho seja extinto em virtude da reestruturação do sector a que pertencem. Os trabalhadores **disponíveis** poderão ser depois colocados pelo ministro da Comunicaçao ou secretário da Informação em qualquer outro posto de trabalho, de preferência no mesmo sector e na mesma localidade. Enquanto permanecerem na situação de **disponibilidade** os trabalhadores receberão 75 por cento da retribuição anteriormente auferida, ficando suspensos os descontos para a Previdência e quaisquer outros.

O trabalhador que recusar a situação de **disponibilidade** receberá as indemnizações a que teria direito em caso de despedimento colectivo, devidamente justificado e no prazo de cinco anos não poderá ser admitido em qualquer órgão de Informação estatizado ou com intervenção. No caso de o trabalhador aceitar a disponibilidade mas recusar o novo emprego é despedido com justa causa.

IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES DE ARTIGOS DE OPINIÃO

O projecto de decreto-lei estabelece depois diversas medidas quanto a tiragens e sobras. A tiragem deve ser obrigatoriamente mencionada na primeira página, em local e caracteres bem visíveis. As sobras nas publicações estatizadas ou com intervenção não poderão exceder mensalmente 10 por cento da respectiva tiragem.

A partir da data da entrada em vigor do diploma é obrigatória a identificação dos autores dos artigos de carácter doutrinário, insertos em qualquer publicação periódica. A identificação pode ser feita pelo nome completo ou literário, das respectivas iniciais ou pseudónimo literário, habitualmente usado, de forma a possibilitar a fácil identificação da autoria pelo leitor ou por quem nisso estiver interessado. Aliás, a direcção da publicação é obrigada a fornecer por escrito, no prazo de oito dias a identificação do autor do artigo assinado desde que isso lhe seja solicitado.

De resto, o projecto de decreto-lei considera de carácter doutrinário «todos os artigos em que o seu autor se não limite à reprodução ou ao tratamento impessoal das notícias ou à descrição objectiva de factos, antes emita juízos ou opiniões pessoais».

Finalmente, o projecto fixa o preço mínimo dos jornais diários em 5$00 por unidade, permitindo às administrações das empresas não estatizadas ou sem intervenção fixar livremente os preços acima daquele mínimo. O preço das publicações periódicas não diárias será livremente fixado pelas respectivas administrações.

MOÇÃO DA RENASCENÇA GRÁFICA

Entretanto, os trabalhadores da Renascença Gráfica, reunidos em plenário no passado dia 20, debateram as implicações do projecto acima transcrito, tendo aprovado a seguinte moção:

«Os trabalhadores da Renascença Gráfica SARL, empresa proprietária do «Diário de Lisboa», reunidos em plenário no dia 20 de Fevereiro de 1976, atomarem conhecimento do chamado «projecto de Estatuto da Informação» do ministro Almeida Santos, consideram que:

1.º — A «vasta recolha de opiniões» referida no preâmbulo do projecto não passou, com certeza, pela sua discussão junto dos mais directos interessados, os trabalhadores da Informação(jornalistas e outros);

2.º — As medidas preconizadas tendem a fazer pagar aos trabalhadores os prejuízos resultantes de alegadas medidas de austeridade que se pretende afectem principalmente o sector da Imprensa nacionalizada ou com intervenção do Estado;

Assim, decidem:

a) Rejeitar na globalidade o projecto do ministro Almeida Santos, que constitui um verdadeiro atentado à liberdade de Imprensa e ao direito ao trabalho;

b) condenar o processo seguido na sua elaboração, por desprezar o direito dos trabalhadores no seu conjunto em participarem democraticamente na reestruturação do próprio sector;

c) mandatar a Comissão de Trabalhadores para todas as diligências que venha a considerar necessárias, no sentido de desmascarar o referido projecto e de fazer ver às autoridades competentes a necessidade de processar em termos democráticos a elaboração de um projecto de reestruturação da Imprensa».

O projecto de decreto-lei do MCS destina-se, uma vez aprovado e em vigor, a resolver determinados problemas pontuais com que se debatem os órgãos de Informação estatizados, ou não, conforme se salienta no preâmbulo resctivo. As modificações estruturais deverão ser decididas pela futura Assembleia Legislativa pois nos termos da Constituição àquela compete definir o regime dos meios de Comunicação Social, designadamente os estatizados, mediante um estatuto de informação.

Aliás, o texto já aprovado da futura Constituição estabelece alguns princípios programáticos em relação aos órgãos de Comunicação estatizados. Assim, nestes não é obrigatória a participação dos jornalistas na respectiva orientação ideológica e ao mesmo tempo que se consagra a independência face ao Governo e à Administração Pública prevê-se a criação de conselhos de Informação, constituídos por representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa e com funções de garantes do pluralismo ideológico.

Tais disposições constitucionais levam o MCS a escrever no texto preambular do projecto:

«Toma assim corpo a definição da Informação a cargo de órgãos de Comunicação Social estatizados como um serviço público autónomo, a aconselhar o seu enquadramento jurídico em empresas públicas dotadas de estatuto próprio, em que claramente se determinem osireitos e deveres do Estado, como forma de pôr cobro à tentação de intervenções administrativas.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental, o céu estava em geral limpo e o vento era fraco de Leste.

TEMPERATURAS EXTREMAS

LISBOA
Máxima 16,8º

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 0,8º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo; vento fraco de Oeste

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO	13º
COIMBRA	14º
PORTALEGRE	14º
LISBOA	12º
FARO	14º
FUNCHAL	16º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.53	3,3 m	5.10	1,6 m
		17.42	1,7 m
Dia 25			
0.24	3,5 m	6.30	1,5 m
13.07	3,3 m	18.53	1,6 m
Dia 26			
1.30	3,6 m	7.32	1,4 m
14.07	3,5 m	19.48	1,4 m

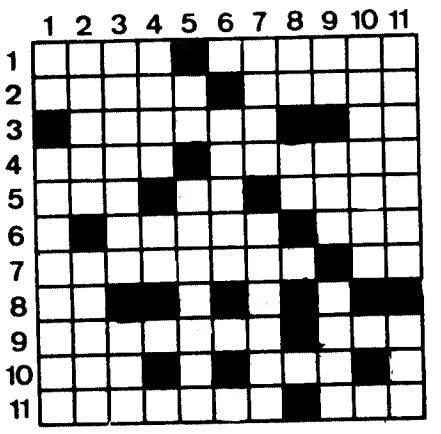
AMANHÃ

NASCER ÁS 8.16
OCASO ÁS 19.24

DIA 1 | DIA 9 | DIA 16 | DIA 22

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11304



HORIZONTAIS:

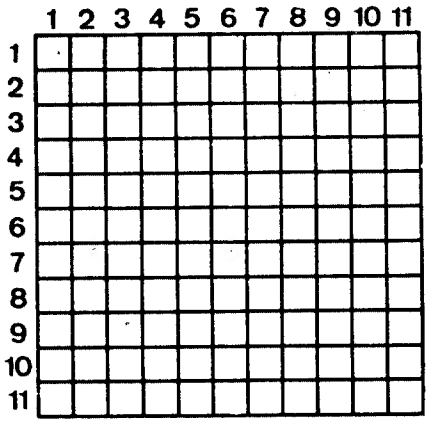
1 Reunam. Acrescentaras.
2 Lentes. Velha.
3 Zombara. Nota musical.
4 Nome de fruto. Pôr só.
5 Gosta muito de. Amónio (s.q.). Uma das ilhas de Sunda.
6 Cidade de Portugal. Sufixo que designa pequenez.
7 Meteram em atoleiro. Artigo definido.
8 Nota musical.
9 Origina. Boi selvagem.
10 Mulher chinesa da classe baixa. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
11 Lentos. Princípio.

VERTICAIS:

1 Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis. Estacariam.
2 Agregado de vapores condensados na atmosfera. Prazo.
3 Ostentação. Preposição.
4 Vila e concelho do distrito do Porto. O lado do vento (inv.).
5 Apelido. Seguras.
6 Versejar.
7 Apelido. Roçais.
8 Idem. Rio da Rússia.
9 Letra grega. Pequeno poema medieval narrativo ou lírico. Divindade latina identificada com a divindade grega Hera, deusa dos fenómenos celestes e do casamento.
10 Ataca.
11 Irias para fora. Rezo.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7464



HORIZONTAIS:

1 Seguraram.
2 Cidade do Egipto. Sapo do Amazonas.
3 Ouro (s.q.). Ecoa. Vimeiro (planta).
4 Artigo indefinido. Interjeição da Ilha das Flores o mesmo que ah! oh!
5 Animais bravios e carniceiros. Roçai.
6 Além. Mulher de baixa estatura.
7 Anel. Duração.
8 Sofre. Reprime.
9 Porco. Batráquio. Coragem.
10 Alugariam.
11 Bebida alcoólica da Índia. Pequeno símio do Brasil.

VERTICAIS:

1 Freguesia do concelho de Braga. Prendem.
2 Alúmen. Fruto silvestre.
3 Actínio (s.q.). Ave trepadora. Estrépito de desmoronamento.
4 Freguesia do concelho de Penafiel. Acudir.
5 Curso de água natural e abundante. Isolado. Fome.
6 O mesmo que airo. Liga.
7 Letra grega. Cidade da Roménia. Cabelos brancos.
8 Rumo. Assanha.
9 Cardeal e erudito italiano que publicou em 1822 fragmentos importantes da República de Cícero. Casa onde se fabrica ou vende pão.
10 Antiga unidade monetária da Alemanha. Círculo.
11 Estado do N. da Europa. Classe de tropa.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11303

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Matança. Tal.	1 Mapas. Abar.
2 Amarem. Cole.	2 Ama. Emaçara.
3 Parem. Lapas.	3 Tarem. Marés.
4 Em. Balada.	4 Arem. Parça.
5 SEM. Casarem.	5 NEM. Carta.
6 Pá. Crá.	6 Cm. Ba. Ro. To.
7 Amarrais.	7 LASCA. Ari.
8 Acarto.	8 Calariamos.
9 BARCA. Amigo.	9 Toparas. Ivã.
10 Área. Trovas.	10 Arade. Egas.
11 Ras. Loisas.	11 Lesamos. Os.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7463

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Lupa. Laçara.	1 Ló. CMV. Sena.
2 Repicarem.	2 Oreis. Más.
3 Res. Ópio.	3 Pr. Elmos. Ps.
4 Crê. An.	4 Aer. Bem. Boa.
5 Melburne. Ac.	5 Perú. Aral.
6 Vime. Iodara.	6 Lis. Ris. Réu.
7 Somasses.	7 Ac. Anosa. Sr.
8 Amima.	8 Cão. Edema.
9 Em. Bar. Aa.	9 Arpa. Ásia.
10 Nápoles. Dã.	10 Reinar.
11 Assa. Ural.	11 Amo. Camarão.

Provérvio: SEM BARCA, NEM LASCA

Teatro Villaret
A RTP apresenta
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

PARA O SEU LAR
QUADROS A ÓLEO
LINDAS PAISAGENS
FRUTAS E FLORES
BONS PREÇOS
A VENCEDORA
Rua de S. Lázaro, 127-A

BARES · BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Tina, Strip-tease-seuse.
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO F-1

TODA A NOITE

ALVALADE
Neoterápia, Campo Grande, 138 (T.774682); Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B (T.725859)
AMOREIRAS
Pátria, C.dos Mestres, 30-A (T.680627)
AVENIDAS NOVAS
Fátima, Av. 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa du Bocage) (T.763107)
BAIXA
Normal, R.da Prata, 220 (T.321342/325553)
BENFICA
GLavinha, R.Eng. Paulo de Barros, 28-A (à R.do Casquilho) (T.708242)
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, R.Coelho da Rocha, 119 (T.666206)
CARNIDE
Leal de Matos, R.Neves Costa, 33 (T.780181)
CASTELO
Ziler, R.S.Tomé, 54 (862835)
LAPA
Pinheiro, R.Presidente Arriaga, 16 (T.691054)
PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira, 140-B (T.720703/728395)
RESTELO
Belém, R.Tristão Vaz, 10-A (à encosta do Restelo) (T.612248)

TURNO F-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCÂNTARA
Dilena, R.Alianca Operária, 49-A/B (T.636620)
ALTO DE S.JOÃO
Nova Luz, R.D.Domingos Jardo, 28-A (à Av. D.Afonso III) (T.843439)
ARCO DO CEGO
Palma, jav. Duque de Ávila, 25-31 (T.47088)
AREEIRO
Vera Cruz, P.Afrânio Peixoto, 2-B (à Av. S.João de Deus) (T.724941)
ARROIOS
Antolin, Av. Almirante Reis, 88-C (T.821773)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, P.das Casas Novas, lote 66 (T.310172)
BENFICA
Sousa, E.de Benfica, 429 (T.780027)
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, R.Silva Carvalho, 232-C (T.650760)
CONDE REDONDO
Contemporânea, R.Conde Redondo, 26-30 (T.45048)
ESTRELA
Aurélio Rego, C.da Estrela, 139 (T.661758)
S.PAULO
Ultramarina, R.de S.Paulo, 99 (T.321771)
LUMIAR
Matos Viegas, Av. Rainha D.Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (T.794174)
PENHA DE FRANÇA
Branquinho, R.de Sapadores, 87 (T.842725)
XABREGAS
Romana, R.Actor Augusto de Melo, 7-A (T.883800)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G.Guerra, 29 (T.2112081)
CAXIAS
Nova, R.Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Toda a noite
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P.Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central, Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204)
AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suiça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite
CASCAIS
Misericórdia, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas: Cascais, R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R.Elias Garcia, 209 (T.930019); Flama, R.Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 23-D (T.938149)
DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)
VENDA NOVA
Nova, R.Elias Garcia, 10 (T.972530)
QUELUZ
Zeller, R.da República, 83 (T.950045)
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)
COLARES
Abreia (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9-2.º, piso E (T.2768030)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Santa Marta, R.Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T.2072141)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (T.2750254)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Giraldes, R.Almirante Reis, 45 (T.2310008)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T.22484); Nova, R.General Gomes Freire (T.22052)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 5

ATÉ ÀS 22 HORAS

Magalhães, R.de Serralves, 566; Correia, P.Mousinho de Albuquerque, 78; Corujeira, R.de S.Roque da Lameira, 1473; Lapa, R.Anero de Quental, 211; Luso-Francesa, R.Sá da Bandeira, 140; Central, R.31 de Janeiro, 203; Gomes Carneiro, R.de Cedofeita, 348

TODA A NOITE

Foz, R.Senhora da Luz, 380, Foz; Couto, L.de S.Domingos, 106; Alírio de Barros, R.de Costa Cabral, 240; Nova de Monsanto, R.de Monsanto, 148

COIMBRA

Dias Frrreira, R.do Brasil, 70 (T.26046); Higiene, R.Fernandes Tomás, 41 (T.22634; St.ª Cruz, R.dos Padeiros, 94 (T.22356)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Mostra-me a Tua Piscina»
ÁDOQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan não Enche Barriga»
S.CARLOS
21.00 (10 anos)
«Um Baile de Máscaras»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé!»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»
VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»
MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Sua Excelência Gostava de Saias»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»
PARIS
21.00 (18 anos)
«A Rebelde Apaixonada»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Demónios Sobre Rodas»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Meias Pretas»
PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Bob e Carol e Ted e Alice»
IDEAL
21.15 (10 anos)
«Um Dólar Furado»
PALÁCIO FOZ
21.00 (18 anos)
«O Vagabundo de Montparnasse»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Morrer em Madrid»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«A Violência do Leopardo»
ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«A Classe Dominante»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (18 anos)
«O Pirata»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Os Malditos»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«O Esquadrão da Morte»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Os Homens que Contam»

PORTO/Teatros

COLISEU
21.15 (6 anos)
Grande Companhia Internacional de Circo

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«O Dia da Violência»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Processo Arquivado»
TRINTADE
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«A Confissão de um Comissário»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Vício»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As Viúvas Alegres»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«A Escapadela»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Mulher de Azul»
S.TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
«As Aventuras de Pinóquio»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Batalha de Neretuza»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Núpcias de Porcelana»

rádio

1.º Programa

15.00 Painel da tarde
18.00 Música portuguesa
18.30 A casa e a vida, por Aquilino Ribeiro
19.00 Poemas e poetas, por Herminia Toial — música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 1.º episódio do folhetim «A Noite e a Madrugada», de Fernando Namora, numa adaptação de Judith Navarro — painel da noite
21.30 A economia portuguesa — a economia no nosso dia a dia, por Abílio Dinis Silva
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horte — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa

16.15 Música de câmara
17.00 Ópera
18.02 Música sinfónica
18.25 Os Solistas de Zagreb
19.00 Intérpretes célebres
20.00 Música vocal
21.00 Música sinfónica
22.00 Recital de violeta, por François Broos
22.22 Ricercare em mi, de Froberger
22.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
23.00 Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo — intercâmbio musical
00.00 3 Prelúdios e Fugas, BWV 855, 856 e 857, do 1.º Caderno de «O Cravo Bem Temperado», de Bach
00.16 Música sinfónica
01.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), **233,2 m** — **1286** KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), **93,2** MHz

cinemas

CASTIL
T.530194 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
AS INSACIÁVEIS
com Dorothy Malone
Realização de Alberto Martino
2.ª semana

IMPÉRIO
T.555134 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
67 DIAS
Panavision
Para todos
Nas tardes de Carnaval
«FESTIVAL DO OESTE»
Amanhã às 18 e 30
(Maiores 18 anos)
MULHER À DERIVA

ROYAL
T.865037 — 15.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A FÚRIA DO CAMPEÃO

POLITEAMA
T.326305 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. men. de 18 anos
AS ORGIAS SEXUAIS DE CAMILLE

VOX
T.720808 — 15.15, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
Um filme de Marco Vicário

ROMA
T.727778 — 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
AS INSACIÁVEIS
com Luciana Paluzzi e Robert Hoffman
2.ª Semana

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — 21.00
Maiores de 18 anos
O JUSTICEIRO AMARELO

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYWOOD
Um filme de Frank Tashlin
3.ª Semana
com Jerry Lewis e Dena Martin

EDEN
T.320768 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
O PADRINHO DE HARLEM
Um filme de Larry Cohen

ODEON
T.326283 — 15.15, 18.15 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Hoje últimas
COMO CAÇAR UM MARIDO
A comédia de sexo e de pecado à solta
Um festival de malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T.763319 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
9.ª Semana
Hoje às 24 h (Grupo D - M/18 anos)
A FREIRA DE MONZA

CASINO ESTORIL
T.264621 — 17.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NUPCIAS!...
c/Lando Buzzanca e Iva Furstenberg

S. JORGE
T.54153/4 — 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A SÉTIMA ALVORADA
2.ª Semana
Uma história de amor e aventura

RESTELO
T.610375 — 21.00
Interdito a men. de 18 anos
TARZOON: A VERGONHA DA SELVA

AVIS
T.47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
14.ª Semana
Amanhão mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA
T.2930394 — 21.00
Não acons. a menores de 18 anos
FILME DE AMOR E ANARQUIA

ESTÚDIO
T.555135 — 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
4.ª Semana

ESTÚDIO 444
T.779095 — 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
9.ª Semana

MUNDIAL
T.538743 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. men. de 18 anos
O VENTRE DE DEBORAH
Bradford Dillman, Marina Malfatti

UNIVERSAL
T.774402 — 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões
Ás 17 e 23 h
Não acons. men. 18 anos
SANGUE CONDOR

CONDES
T.322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
Ele aí está — tremendo Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNA
T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
HENNESSY (O Militante)
5.ª Semana
um filme de Don Sharp

LONDRES
T.801313 — 14.15, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY
T.48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
EMILIENNE
com Betty Mars e Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T.570596 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. men. de 13 anos
ENTRE DOIS DESTINOS
com Joseph Bottome e Deborah Raffin

ALVALADE
T.897480 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. 13 anos
Ele aí está — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrim

PATHÉ
T.821933 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quente como fogo, duro como aço
JUSTIÇA DE MULHER

NIMAS
T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 664631/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUIZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

SEGUNDO SANTOS SILVA

Dívida pública aumentou para 112 milhões

«O pagamento das operações financeiras não contabilizadas na dívida pública, está assegurado, em último caso, através da imobilização de parte das nossas reservas de ouro» afirmou o dr. Santos Silva, secretário de Estado do Testuro, ao dar posse, ontem de manhã, ao Director Geral dos Serviços da Junta de Crédito Público, dr. Brás dos Santos.

Em 31 de Dezembro passado, a dívida pública portuguesa ter-se-á situado «em 112 milhões de contos, o que representará menos de 30 por cento do produto nacional bruto, relação esta bem mais favorável do que a conhecida em grande parte dos países ocidentais, designadamente entre outros, a Bélgica e a Inglaterra, com uma dívida pública representando perto de 50 a 80 por cento do seu produto nacional, respectivamente».

As restantes operações financeiras não contabilizadas na dívida pública, e realizadas durante o exercício finndo pelo Banco de Portugal, como agente do Estado», incluem entre outras, segundo as afirmações do Secretário de Estado, o empréstimo de cerca de 6,5 milhões de contos do Banco de Pagamentos Internacionais (em Junho de 1975), 2,3 milhões do Fundo Monetário Internacional para financiamento do défice da nossa balança de pagamentos gerado pela elevação dos custos do petróleo (Dezembro de 1975); 6,5 milhões de contos do Banco Central da Alemanha e 1,3 milhões de contos do Banco Nacional da Suíça (início deste ano):

. . Estas operações «não envolveram a assumpção de qualquer compromisso político» e o seu pagamento está assegurado, em último, caso, através da imobilização de parte das nossas reservas de ouro».

A dívida pública, interna e externa aumentou, desde o 25 de Abril de 1974, para 112 milhões de contos mais do dobro do que a registada do final de 1973 (5 milhões de contos). O brusco agravamento da dívida públiCa deve-se, segundo a análise feita pelo dr. Santos Silva, ao grande défice orçamental conhecido em 1975 e «parcialmente provocado por uma discutível política financeira, prosseguida por anteriores Governos que vieram a assumir encargos não orçamentados dificilmente comportáveis e que se virão a repercitir em anos futuros». O défice estimado era de 16 milhões de contos e veio a atingir 33 milhões, «sendo de lamentar que as despesas de investimento se hajam situado abaixo dos valores previstos» — afirmou o Secretário de Estado do Tesouro —

. Para este ano o défice já anunciado é de 35 milhões de contos e as despesas de investimento atingirão 28 milhões de contos.

Embaixada de Cuba

"não é casa de câmbio"

Não é verdade que a Embaixada de Cuba em Lisboa converta angolares em escudos ao contrário do que noticiava um semanário lisboeta na sua edição de 20 do corrente.

Um representante daquela missão diplomática, esta manhã contactado pelo nosso jornal, rebateu categoricamente «a atoarda posta a circular com a intenção de denegrir a luta e os progressos verificados no decurso da revolução cubana», afirmando ainda que a Embaixada de Cuba em Lisboa «não é uma casa de câmbio», mas «uma missão diplomática com as responsabilidades revolucionárias resultantes de uma luta que travou contra o imperialismo», caminhando com segurança para «a vitória final».

PUB

SINDICATO
DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

ASSEMBLEIA
DE DELEGADOS (CPES e ES)

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os delegados sindicais do CPES e ES da Grande Lisboa para a assembleia de delegados a realizar no dia 24, às 21,30 horas, no Clube Nacional de Natação, Rua das Gaivotas, 2, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Avaliação de conhecimentos no CPES e ES
1.1. Problemas específicos de via única (7.º ano de escolaridade)

A COMISSÃO DIRECTIVA

LUANDA REAGE AO RECONHECIMENTO

Atitude realista nas relações com Lisboa

Enquanto internacionalmente continuam a surgir gestos de apoio à República Popular de Angola, nomeadamente através do seu reconhecimento por novos países, entre os quais o Paquistão, e pela concessão de fundos de auxílio ao M.P.L.A. pela República Federal Alemã e pela Dinamarca, aventando-se ao mesmo tempo a hipótese de uma próxima visita de Idi Amin a Luanda, anunciada pela Rádio Uganda, em Portugal o apoio diplomático anunciado anteontem continua a suscitar reacções diversas e em Angola as relações com o nosso país são encaradas com realismo.

Por parte das forças que se opõem à decisão portuguesa, tenta-se utilizar como argumentos a incerteza existente quanto à possibilidade dos interesses dos retornados poderem ser servidos pelo acto de reconhecimento e a presença em território angolano de forças cubanas, que para ali se deslocaram a pedido do Governo legalmente constituído em Luanda.

A estas posições respondeu ontem o capitão Sousa e Castro, porta-voz, do Conselho da Revolução, numa entrevista concedida à RTP.

O argumento de peso que levou ao reconhecimento de Angola foi a convicçao sincera, pela maior parte dos militares, de que a defesa dos interesses dos retornados poderia eventualmente ser feita como o reconhecimento da R. P. de Angola. Na situação em que estavamos, é que não eram de certeza defendidos os seus interesses», declarou o capitão Sousa e Castro acrescentando ser prematuro pensar que as dificuldades que se têm vindo a sentir nas relações com outras ex-colónias, nomeadamente Moçambique e Guiné-Bissau se repetiriam no caso angolano.

Quanto à questão da presença das tropas cubanas, o capitão Sousa e Castro sublinhou que aquela só se registou depois da ingerência dos exércitos zairense e sul-africanos:

. «Neste momento, digamos que há um corpo do Exército cubano a auxiliar o M.P.L.A., espera-se que essas tropas retirem o mais depressa possível, assim que a situação esteja estabilizada». «De resto — acrescentou — não foram as tropas cubanas as primeiras a combater em Angola, mas sim as tropas zairenses e sul-africanas, e posteriormente as cubanas».

O RECONHECIMENTO VISTO DE LUANDA

O M.P.L.A. e o Governo de Luanda continuavam esta manhã a manter silêncio quanto ao acto de reconheciento, anunciado anteontem por Portugal.

Nos círculos governamentais angolanos, contudo aceita-se a situação com realismo e, embora se considere que o reconhecimento foi tardio, não se exclui o reatamento da cooperação com Portugal nsos mais diveros domínios, como aliás foi, desde o início, desejo manifestado pelo presidente Agostinho Neto e por outros altos responsáveis políticos.

Nos mesmos círculos admite-se que o desbloqueamento das relações levará ainda um certo tempo, mas os observadres estrangeiros na capitalangolana insistem no significado das homenagens que continuam a ser dispensadas ao almiante Rosa Coutinho, vendo nelas um sinal da amizade que une o povo angolano ao Povo Português.

Atentado "à madeirense"

FUNCHAL, 24 — Sobre o tejadilho do automóvel de Félix Pita, director dos Serviços Fiscais da Delegação de Turismo da Madeira, foi colocado um fortíssimo petardo, constituído por dezasseis velas de gelamonite. Cada uma destas velas tinha uma carga de 100 gramas, o que significa que o engenho prometia grandes estragos, com a força de 1600 quilos de dinamite.

Trata-se do atentado a que nos referimos na edição de ontem e que viria a ser frustrado pelo proprietário da viatura que, ao ver algo a queimar, sobre o carro, alertou as autoridades. A carga explosiva foi neutralizada pouco antes de rebentar e pouco depois de um outro atentado que destruiu o automóvel de Monteiro de Aguiar, deputado do PS à Constituinte e membro da nova Junta Governativa da Madeira.

Vital Moreira

. Na entrevista, que publicamos ontem, de Vital Moreira, referimos, por lapso que o deputado do P. C. P. tinha sido candidato pela C. D. E. de Coimbra, em 1969. Na verdade, Vital Moreira participou na campanha eleitoral da C. D. E., mas apenas numa das comissões de apoio. Aqui fica a rectificaçao.

Eleições presas a um decreto

Continuação da pág. 1

dades, embora essa hipótese seja agora remota.

Os últimos contactos foram estabelecidos no sábado com o P. P. D. e P. S. e ontem com o M. D. P. / C. D. E. e P. C. P.. Estes dois últimos partidos classificaram o encontro de «positivo». Aliás, tanto o P. C. P. como o M. D. P., apesar de todas as transformações operadas nas Forças Armadas, continuam a acreditar nos militares como garantes indispensáveis das liberdades democráticas e a reconhecer a necessidade da sua presença fora dos quartéis, ao lado do Povo, cujos interesses devem intransigentemente defender.

Para o P. S. e P. P. D. os contactos estão praticamente terminados. Manuel Alegre, do Secretariado Nacional do P. S., em declarações prestadas à Anop, considerou que o acordo do seu partido em relação à nova versão reformulada do Pacto é «total».

Quanto ao P. P. D., levantou, como se sabe, a questão da simultaneidade das eleições, mas este ponto não fazia parte do Pacto e foi remetido para a Assembleia Constituinte.

Falando também para a Anop, um porta-voz do P. P. D. referiu ontem que o seu Partido mantém a exigência da «simultaneidade ou proximidade das eleições presidenciais e legislativas», acrescentando que o encontro de sábado entre o M. F. A. e uma delegação do P. P. D. deveria ter sido o último.

«Por nós pensamos não voltar ao Palácio das Necessidades e julgamos que o encontro de sábado foi o último» — salientou o porta-voz do P. P. D.. Disse ainda que a simultaneidade era problema da competência do Conselho de ministros.

nota e tome

INCONGRUÊNCIA

Portugal reconheceu a República Popular de Angola. Do acto resultou o reconhecimento do legítimo Governo de Angola, liderado pelo M.P.L.A. Este declarou recentemente ilegais a U.N.I.T.A. e F.N.L.A., movimentos destroçados e sem representatividade popular.

Ora, em Lisboa mantém-se aberta uma delegação da U.N.I.T.A., organização neste momento ilegal e subversiva, que se opõe abertamente ao novo Estado com quem Portugal abre relações «na base da não-ingerência nos assuntos internos, da igualdade e respeito mútuo». Alguém sabe explicar?

Discurso de Brejnev

Continuação da pág. 12

dial nas condições da crise económica que abalou o Mundo capitalista, tendo destacado o aumento da influência dos partidos comunistas nos países capitalistas.

Na parte do relatório intitulada «Os Resultados do Quinquénio e as Principais Tarefas da Política Económica do Partido», Leonid Brejnev acentuou que, pelo crescimento da potência económica do país, o nono plano quinquenal não teve precedentes. O volume da produção industrial, tal como estava programado, aumentou em 43 por cento.

Foi cumprida com êxito a principal tarefa do nono quinquénio — elevar o nível de vida do povo. A renda real «per capita» aumentou quase 25 por cento. Nos últimos 5/5/ anos, melhoraram as condições habitacionais de 56 milhões de pessoas.

Apesar da seca sem precedentes, com que o campo soviético não se confrontara em nenhum quinquénio anterior, o volume médio anual de toda a produção agrícola superou o do oitavo quinquénio em 13 por cento.

No seu relatório, Leonid Brejnev argumentou detalhadamente a estratégia económica do Partido, cuja tarefa suprema continua a ser o aumento indeclinável do nível material e cultural de vida do povo. No 10.º quinquénio, o salário médio dos operários e empregados deverá aumentar em 16-18 por cento, e a renda dos kolkhosianos — em 24-27 por cento, mantidos os actuais preços estatais a retalho das principais mercadorias.

Na parte final do relatório intitulada «O Partido no Socialismo Desenvolvido», Leonid Brejenev frisou que o P. C. U. S. desempenha dignamente o papel de dirigente político da classe operária, de todos os trabalhadores e de todo o povo soviético. O P. C. U. S. continua a crescer e a fortalecer-se, contando, actualmente, nas suas fileiras com quase 15,7 milhões de membros. Hoje 58 por cento dos que ingressam no P. C. U. S. são operários, o que demonstra o papel de vanguarda da classe operária na vida da sociedade soviética. Cresce a afluência de jovens nas fileiras do Partido.

No período decorrido entre o XXIV e o XXV congressos, o P. C. U. S. dedicou muita atenção ao trabalho dos sovietes, ao aperfeiçoamento da legislação, ao fortalecimento da ordem legal soviética, ao bom funcionamento dos órgãos de direcção estatal, ao fortalecimento da capacidade defensiva do país e ao aperfeiçoamento das Forças Armadas, os sindicatos e o Komsomol maiores organizações públicas das massas que fazem parte integrante do sistema político soviético. Entendemos — salientou Leonid Brejnev — o aperfeiçoamento da nossa democracia socialista, antes de mais nada, como a garantia eficaz de uma participação cada vez mais ampla dos trabalhadores na direcção de todos os assuntos de sociedade, como o desenvolvimento das bases democráticas da nossa estrutura estatal, como a criação das condições para o florescimento multilateral da personalidade. Leonid Brejnev deteve-se na elaboração do projecto da nova Constituição da U. R. S. S.

A concluir, Leonid Brejnev disse: «Vamos analisar, no nosso Congresso, os resultados de cinco anos de intenso trabalho. São bons resultados. Vamos debater os nossos planos para o próximo quinquénio. São planos tensos, mas realistas, ponderados».

CONTRA AS INGERÊNCIAS EM PORTUGAL

MOSCOVO, 24 — (F. P.) — A União Soviética pronuncia-se categoricamente contra toda a ingerência nos negócios internos de Portugal. Como todos os outros povos, o povo português tem o direito de seguir a via que ele próprio escolheu», declarou Leonid Brejnev.

O líder soviético acrescentou que à Revolução portuguesa tinha acabado com um dos últimos regimes fascistas do nosso tempo e contribuira para a derrocada do último império colonial.